

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Silêncio Gritante : Lei e natureza

A internalização das políticas ambientais em Londrina - PR

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof.^a Dra.^a Leila da Costa
Ferreira.

ADILSON FRANCELINO ALVES

Prof.^a Dr.^a Leila da Costa Ferreira
Orientadora

Campinas, outubro/2001

ADILSON FRANCELINO ALVES

**“SILÊNCIO GRITANTE: LEI E NATUREZA
A internalização das políticas ambientais em Londrina – PR”**

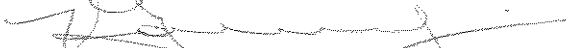
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
23/10/2001

BANCA



Profª. Dra. Leila da Costa Ferreira



Profª. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Profª. Dra. Sônia Regina Da Cal Seixas Barbosa

OUTUBRO / 2001

UNIDADE 30
CHAMADA T/UNICAMP
AL 87 s
EX
COMBO BC/ 49850
PROC 16-837/02
C DV
PREÇO R\$ 11,00
DATA
Nº CPD

CM00170448-4

318 ID 248397

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

AL 87 s Alves, Adilson Francelino
 Silêncio gritante: lei e natureza a internalização das políticas
 ambientais em Londrina - PR / Adilson Francelino Alves.
 -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

 Orientador: Leila da Costa Ferreira.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Políticas públicas – Londrina (PR). 2. Meio ambiente.
 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Sociologia. 5. Legislação.
 6. Sociologia urbana. I. Ferreira, Leila da Costa. II. Universidade
 Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
 III. Título.

À professora Leila da Costa Ferreira pela competência, confiança e trato doce e firme. Obrigado pela dedicação com que ampliou meus horizontes.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Aos meus pais Euvino e Iara por tudo sempre.

À Adriana esposa e companheira pelos momentos mágicos e pela compreensão das ausências constantes neste últimos anos.

À Ana Luiza, que apesar dos seus poucos dias de vida tem deixado um pai babão e parece ter estado presente sempre..

À tia Aparecida e ao tio Eloi pelo apoio logístico e carinho com que me receberam.

Ao Alexandre, Lucimar, Jú e Vinícius Pessoa, por me receberem em sua casa com um carinho ímpar.

Ao professor Antonio Carlos Zani pelo apoio incondicional, sem o qual este trabalho teria sido muito mais difícil.

Ao amigo Benílson Borinelli pelas longas conversas, pelo apoio e leituras dos textos ainda crus.

Ao Élsio Lenardão pela apoio que não mereço e pelos livros.

Ao Alexandre Iramar pela simpatia, pelas longas conversas e apoio no inglês.

Aos professores Ricardo Silveira, Nelson Tomazi, Angela Buchmann, Fausto Lima.

Aos Edson Holtz e ao pessoal do CDPH da UEL.

Aos colegas do CTU vocês me fizeram crescer.

Aos funcionários da UNICAMP em especial à Chis e a Lurdinha.

Aos funcionários da AMA pela atenção e apoio e aos entrevistados pela colaboração.

Lista de siglas e abreviaturas

AMA: Autarquia Municipal do Ambiente
 ASMS: Autarquia Municipal de Saúde
 AMEPAR – Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
 BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
 COPATI – Consórcio Intermunicipal Proteção Ambiental o Rio Tibagi
 COHAB-LD: Companhia de Habitação/Londrina
 CTNP: Companhia de Terras Norte do Paraná
 COPEL: Companhia Paranaense de Energia Elétrica
 CMNUMAD: Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
 COMURB: Companhia Municipal de Urbanização
 CODEL: Companhia de Desenvolvimento de Londrina
 EIA – Estudo de Impacto Ambiental
 EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FGV: Fundação Getúlio Vargas
 Fipe :Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas
 FMI: Fundo Monetário Internacional
 GEF – *Global Environment Facility*
 IAP – Instituto Ambiental do Paraná
 IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
 IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal,
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDH: índice de Desenvolvimento Humano
 IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
 IPPUL: Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina
 ISER - Instituto de Estudos da Religião
 MIT: Massachusetts Institute of Technology
 MMA: Ministério do Meio Ambiente
 Nasdaq: Bolsa de Valores das empresas de tecnologia (EUA)
 OIT: Organização Internacional do Trabalho
 ONG: Organização não Governamental
 OTAN: Organização para o Tratado Atlântico Norte
 ONU: Organização das Nações Unidas
 PT: Partido dos Trabalhadores
 PEA – População Economicamente Ativa
 PDI: Programa de Desenvolvimento Industrial
 PNB: Produto Nacional Bruto
 PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PML: Prefeitura Municipal de Londrina
 REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
 RIMA: Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
 SANEPAR: Companhia Paranaense de Saneamento
 SEPLAN: Secretaria de Planejamento
 SUS: Sistema único de Saúde
 UNFPA: United Nations Population Fund
 Agradecimentos

Resumo

O presente trabalho procura analisar a legislação ambiental em Londrina e a atuação da Autarquia Municipal do Ambiente. De colonização recente (1925) o município de Londrina caracterizou-se pôr um rápido processo de desenvolvimento econômico, que trouxe consigo uma enorme degradação ambiental. Em poucas décadas, juntamente com rápido crescimento econômico, a região viu desaparecer boa parte da cobertura vegetal nativa.

Nas últimas três décadas um intenso debate é travado no cenário internacional, nele desenha-se ao lado de uma forte crítica ao processo de depleção dos recursos naturais, uma grande preocupação com a construção de propostas economicamente viáveis onde o processo desenvolvimento sustentável surge como alternativa à degradação ambiental que visam em última instância ampliar a expectativa da vida humana no planeta.

Simultaneamente, a sociedade contemporânea caminha para um rápido processo de globalização que enfraquece o poder de regulação dos Estados Nacionais frente aos grupos econômicos transnacionais cada vez mais poderosos. Como fator complementar deste movimento, o espaço local cresce em importância regulatória e vê suas atribuições aumentarem desde o final da década de 80 por conta da ampliação das atribuições dadas aos municípios.

Este debate internacional faz com que internamente o Estado se mova para absorver a pressão por regulação ambiental, deste modo uma farta legislação e órgãos ambientais são criados por decreto. Entretanto, há na tradição política brasileira um paradoxo quase inconciliável entre as intenções formais e a atuação prática, que leva a maioria das agências a adotarem políticas paliativas e de baixa prioridade, com uma atuação marginal e meramente cosmética.

Pretende-se verificar o processo de construção do arcabouço legal/ institucional do Município de Londrina, verificando na confecção desta legislação a atuação do poder público na interpretação e regulação da natureza ao longo do processo de ocupação e colonização.

Abstract

This work paper aims to analyze the environmental legislation of Londrina and the role played by the Municipal Autarchy for Environment. Result of a recent colonization (1925) Londrina experienced a fast process of economic growth, which brought with it an enormous environmental degradation.

In the last three decades an intense debate is gaining ground in the international arena. Beside the strong criticism on the process of exploitation of the natural resources, it can be perceived the concern with the construction of feasible economic proposals, where the sustainable development process appears as the alternative to the environmental degradation, and a solution to increase the expectations of the human life in this planet.

Simultaneous to this discussion, the modern society evolve towards a rapid process of globalization that makes the regulation power of the national governments feeble when facing to more and more powerful transnational economic groups. The complementary fact of this process, is that as a result of the responsibilities given to the municipal districts since the end of 80's the local power gains regulator importance and has its attributions increased,

The international debate on the subject, makes the governments work to assimilate the pressions for environmental regulations, and thus, a plentiful legislation and environmental agencies are created by ordinance. But there is a problem. The Brazilian political tradition keeps a paradox between formal intentions and practice that leads great part of these agencies to adopt emergency and low priority policies with merely marginal performance and cosmetic results.

This research work intended to trace the construction of the legal and institutional structure of Londrina City, analyzing the performance of the Public Power in the interpretation and regulation of the environment along the period of its colonization.

Sumário

Agradecimentos	ii
Lista de siglas e abreviaturas	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	1
 Capítulo I - Alguns aspectos da discussão sobre desenvolvimento sustentável.....	9
O conceito de sustentabilidade: uma breve abordagem histórica.....	10
Algumas dimensões da sustentabilidade.....	15
A Agenda 21.....	22
A esfera local e a proposta de desenvolvimento sustentável	25
 Capítulo II - Instrumentos propostos para se alcançar a sustentabilidade: Problemas ambientais urbanos na perspectiva do relatório Brundtland, Agenda 21 e Habitat II.....	27
A questão Urbana.....	27
A Agenda 21 e o desenvolvimento Urbano Sustentável	36
A instituição da ‘Nossa Própria Agenda’	38
Cidade sustentável na Agenda 21 brasileira.....	41
 Capítulo III - Características Ambientais da Cidade de Londrina – PR.....	47
Algumas características ambientais e sociais do município de Londrina.....	49
Localização e características morfológicas do município de Londrina	51
Geologia.....	52
Aspectos minerais.....	53
Aspectos hídricos.....	55
Hidrografia (Rede de drenagem).....	58
Relevo	61
Pedologia (Solos).....	62
Vegetação	62
Parques públicos metropolitanos.....	64
Parques públicos municipais.....	65
Praças e jardins públicos	65
Clima.....	67

Regime térmico	68
Regime pluviométrico	68
Disponibilidade hídrica	69
Ventos	70
O Clima urbano de Londrina	70
Fatores Naturais e legais limitantes ao desenvolvimento urbano e ao planejamento ambiental	73
Fatores políticos (fronteira administrativa municipal)	73
Fatores legais	74
Fatores naturais	75
Aspectos sociais do Município de Londrina, alguns indicadores das carências sociais	76
Educação	76
Saúde	80
Dados sobre o número de Internações habitante/ano	82
Mortalidade infantil e materna	83
Ocorrência de endemias	83
Habitação	85
Aspectos da dinâmica populacional do município de Londrina	89
Densidade e espacialização	93
Espacialidade	94
Envelhecimento da população	97
Diminuição da participação da população de 0 a 4 anos	100
 Capítulo IV –Mapeando a política ambiental em Londrina: A Lei e o meio ambiente em Londrina de 1936 a 1997	 101
A legislação ambiental em Londrina de 1936 a 1970	106
Período de 1970 –1989	111
A década de 90 e a legislação ambiental em Londrina	117
 Capítulo V - A criação da Autarquia do Meio Ambiente	 129
A atuação da Autarquia do Meio ambiente de 1993 a 1997	134
Considerações finais	141
Bibliografia	145

Apresentação

Discutir a questão urbana no Brasil, sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, é tarefa fundamental para avançar na compreensão das possibilidades de se alcançar um patamar de maior justiça social e qualidade de vida.

Nosso processo de urbanização acelerado e desigual tornou grande parte das cidades em lugares inabitáveis, de um lado milhões de pessoas vivem em condições subumanas, sujeitas a um grande número de doenças e riscos de vida, oriundos da ocupação de áreas frágeis como encostas ou de áreas sujeitas a inundações constantes, geográfica e socialmente afastadas das oportunidades; de outro um país rico industrializado que sofre os mesmos problemas de poluição típicos dos países desenvolvidos e com cidadãos amedrontados pela violência urbana, e sofrendo com doenças típicas do mundo moderno.

Simultaneamente, a sociedade contemporânea consolida cada vez mais o processo de globalização que acelera as mudanças e aumenta o processo de urbanização no Brasil e no mundo. O espaço urbano surge, não apenas como espaço de relações sociais, culturais e econômico, mas ganha o status de ‘meio ambiente’, permeado e coordenado por um amplo rol de ações sociais, atividades econômicas, grupos de pressão, leis, regulações de cunho eminentemente técnico (dentre outros aspectos), e isto ao contrário dos ecossistemas naturais, são produto do embate entre as diversas posições antagônicas que se colocam no mesmo espaço físico em busca de poder e controle sobre as atividades e destinos das sociedade.

A ‘natureza urbana’ sistematizada, disciplinada e traduzida pelas legislações ambientais representa um novo patamar da intervenção humana sobre a natureza, pois coloca pela primeira vez a tentativa de gerir e coordenar o complexo rol das atividades humanas e naturais através de regulações jurídicas e institucionais.

A articulação das cidades em redes mundiais de produção, distribuição e consumo, conectadas a nível global pelas novas tecnologias, estruturas de logística e transporte permitem às cidades potencializarem sua ação passando a constituir, quando articuladas, um ‘quase’ organismo global que se lança para além das fronteiras sua influência e poder.

A necessidade de estabelecer parâmetros mundiais de qualidade, controle, comunicação etc. é constantemente colocado pelo centro do capital como fator imperativo para o avanço dos processos

produtivos, de que necessita o grande capital internacional; entretanto estas iniciativas encontram inúmeras barreiras que estão diretamente conectadas aos diversos ‘estados-nação’ onde cada um tem especificidades regionais e locais como: cultura, religião, tecnologia, processos produtivos, mão de obra, legislação etc, que de certa forma impede uma padronização global (pelo menos no médio prazo).

Acreditamos que as preocupações ambientais podem constituir, de certa maneira, como um elemento ímpar na nova padronização mundial, pois aparentemente tem a capacidade de reunir em torno de si ‘um consenso’ onde os mais diferentes discursos na ‘babilônica’ rede mundial, que se formou com o processo de globalização econômica, passam a falar um ‘dialeto’ comum que pode se traduzir na visão apocalíptica dos limites naturais dos recursos planetários.

Deste modo a articulação simultânea de elementos globais com as especificidades locais, resulta em uma nova perspectiva e patamar da organização humana, traduzida pela ‘consciência ecológica global’ e, apresenta para o cientista social um momento privilegiado na especulação acerca dos desdobramentos deste novo amálgama que se descortina com a articulação simultânea do global, do local e da questão ecológica.

Este trabalho pretende examinar um destes momentos, nele serão articulados de maneira sintética a história e o debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, analisadas as propostas surgidas dos debates mundiais ocorridos no âmbito dos encontros da ONU, fazendo uma pequena incursão na problemática da sustentabilidade urbana no Brasil.

Aqui serão discutidos os elementos de constituição e construção do arcabouço institucional e legal encarregado de coordenar a dinâmica econômica e social da cidade de Londrina sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da questão ecológica, verificando as diversas interfaces deste processo com o meio ambiente. A discussão, acerca do conceito de sustentabilidade urbana, será abordada de forma sucinta e os temas a ele relacionados como os problemas de habitação, saúde, utilização dos recursos naturais etc, serão verificados observando o grande debate histórico que se desenvolveu a partir da década de 1950 e, sobretudo a partir dos anos 1970.

Esta dissertação representa o segundo momento de uma preocupação surgida das discussões a respeito da capacidade das cidades de médio porte incrementarem seu próprio processo de desenvolvimento econômico, sobretudo pelos questionamentos dos caminhos da economia da região de

Londrina que após a mudança da sua base econômica forçada em parte pelo fim da cafeicultura, teve que rever os caminhos de um rápido processo de colonização.

Até meados da década de setenta a economia da região de Londrina era baseada grandemente na cafeicultura, embora com o processo de urbanização e com a transformação da cidade em pólo regional, o processo de mudança do eixo econômico vai aos poucos mudando o perfil econômico da cidade. Este evento que já vinha ocorrendo na década de cinquenta por conta da diversificação econômica, fez com que as mudanças climáticas (sobretudo a grande geada de 75) não representassem um impacto tão grande na cidade, ao contrário de outros municípios da região, embora no imaginário popular o marco das transformações tenha sido causado pela grande geada de 1975 e pelo esgotamento do modelo agro-exportador.

Assim o município começa a reorientar ‘sua vocação’ e procurar alternativas econômicas para continuar a crescer. Dentre estas alternativas, era recorrente a idéia de criar-se um forte processo de industrialização, intentada por diversas administrações locais e que culmina, no final da década de noventa com a proposta de criação de um grande parque industrial, a ser implantado artificialmente com fortes incentivos fiscais.

A necessidade de questionar o processo de ‘industrialização’ proposto pelo PDI (Programa de Desenvolvimento Industrial de Londrina) ocorreu no curso de especialização feito na Universidade Estadual de Londrina em 1998, os estudos apontaram para um processo crescente de complexização da economia local, e não havia indícios de sua vinculação ao processo de globalização da economia, isto ocorria apenas no discurso dos órgãos públicos e privados, encarregados de criar uma expectativa positiva de geração de emprego e renda para a população.

O que se verificou, entretanto, foi um crescente processo do potencial do município nos setor de prestação de serviço e comércio, neste momento as questões ambientais passavam ao largo das discussões que empreendíamos, aparecendo apenas pontualmente em um ou outro momento das discussões e na maioria das vezes nos discursos dos agentes.

O que era apenas pontual, após um olhar mais atento, revelou-se potencialmente interessante, assim ao analisarmos as questões ambientais a dimensão meramente econômica do referido trabalho

sofreu uma revisão profunda, as limitações ambientais do município passaram a ter um destaque maior, a ponto de reorientar o perfil do trabalho inicialmente proposto.

Observar sociologicamente a cidade sob perspectiva ambiental é um exercício fascinante e complexo, o desafio de checar as origens do debate em torno dos conceitos sócio ambientais, particularmente na perspectiva do desenvolvimento sustentável, tornou-se para nós um imperativo necessário para dar continuidade ao processo de análise sobre o papel desempenhado pelas cidades de médio porte no processo de globalização.

Visto aqui no sentido de empreender um exercício para uma compreensão mais completa do urbano que, inserido no amplo rol de relações sócio ambientais da cidade, se amplia ainda mais pela compreensão do urbano como um sistema ecológico complexo, determinado por internalidades e externalidades que se potencializam pela ação social e cultural dos sujeitos, individuais e coletivos.

Assim, analisar o papel desempenhado pelos municípios brasileiros na dinâmica do processo ecológico mundial é tarefa bastante atual e fundamental, dada às mudanças em curso a respeito do papel desempenhado pelas localidades e à crescente importância das decisões e soluções locais.

A ampliação dos poderes municipais ocorridos com a promulgação da carta constitucional de 1988 fez ampliar também a importância dos municípios no âmbito nacional, onde eles passam a coordenar um amplo rol de atividades, que antes eram de atribuição exclusiva da União e dos Estados, isto implica também na necessidade de reorganizar estas atividades a fim de satisfazer as novas exigências surgidas deste alargamento do poder.

Atividades como criação de um plano diretor que vise normatizar a utilização do solo urbano, estabelecer regras disciplinando construções, gerenciar o meio ambiente, saúde, educação, transporte público, segurança e a promoção do seu desenvolvimento econômico, são algumas das tarefas hoje empreendidas pelos municípios, algumas delas já eram tarefas tradicionais das municipalidades, outras são incorporadas pela carta de 88.

Dentre todas, a que se apresenta particularmente complexa para os países do terceiro mundo é a do desenvolvimento econômico, que precisa hoje estar aliada ao processo de construção da sustentabilidade

urbana, em função das mudanças ocorridas em nível global, ocasionadas pelos avanços na compreensão dos limites de suporte planetários.

A intensificação do processo de globalização desdobra-se em vários níveis de articulação, dentre os quais, a internalização da demanda ecológica tem provocando uma intensa movimentação em muitas administrações municipais do país.

Analisar o processo por que passam as cidades brasileiras, no tocante ao processo de acomodação e de busca de soluções para os problemas de ordem ecológica, problematizando-o de forma a verificar como o capital natural dos municípios tem sofrido o impacto da recente legislação ambiental e neste sentido, de certa forma, introduzir a discussão da eficácia das políticas públicas nos projetos de regulação ambiental implementadas pelos municípios no período recente da história brasileira, na tentativa de tornarem as cidades (ao menos no discurso) mais humanas e habitáveis.

Trata-se de procurar entender como se constituem e se articulam o discurso técnico e político dos poderes públicos locais que justificam a confecção de uma legislação ambiental específica, bem como a criação e manutenção órgão de controle ambiental.

Para pensar estas questões, dentre as várias cidades possíveis, escolhemos Londrina, que por suas características históricas, culturais, geográficas, porte, liderança regional, infra-estrutura urbana, recursos humanos, rede de educação, rede telemática e telecomunicação, agrega fatores que se enquadram na proposta de pesquisa da internalização das políticas ambientais em cidades de médio porte. Além disso, há na história recente do município a confecção de uma ampla legislação ambiental. Criada em sua grande maioria na década de 90, e que articula-se pela primeira vez na história do município um com órgão exclusivamente de cunho ‘ambiental’, enquadrando-se portanto na categoria das cidades que pretendemos analisar .

Assim, como objetivo geral pretendemos analisar a capacidade das cidades produzirem e tecerem uma legislação que se conecta com os ‘destinos’ de sua economia e com o “novo” conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, tendo em vista o fenômeno da globalização e, como objetivos específicos, discutir a eficácia das políticas públicas municipais de controle e ordenação das questões ambientais, tendo como desdobramento do item anterior, discutir a participação da sociedade civil organizada,

principalmente as Ongs e o setor econômico na proposição e ou intervenção nas políticas públicas ambientais.

Este trabalho não tem como preocupação esgotar todos os aspectos das dificuldades na implantação de tais leis e projetos, ele é antes de mais nada uma introdução à problemática da questão ambiental na cidade de Londrina. Nesse sentido serão aqui levantadas apenas algumas das questões do amplo rol de recortes possíveis.

Os capítulos serão distribuídos de forma a construir uma lógica causal entre o global e o local e vice versa. Deste modo nos dois primeiros capítulos faremos uma introdução sintética acerca das dimensões da sustentabilidade; no capítulo I estaremos discutindo o processo de formação da agenda global que introduziu o debate ambiental na esfera política internacional. No Capítulo II veremos alguns aspectos dos diversos instrumentos institucionais criados para dar conta dos novos desafios que o tema exige, neste momento da dissertação não há um aprofundamento deste instrumentos que são apenas descritos de forma rápida e objetiva. O que se quer neste capítulo é expor resumidamente diversos momentos destas propostas que comporão o quadro internacional de normas, regras e propostas para o disciplinamento da questão do meio ambiente.

O capítulo III procurará mapear alguns dos diversos aspectos das características ambientais da cidade de Londrina. Na construção deste capítulo entrou a preocupação de mostrar, com dados geo- físicos do município, a amplitude dos problemas a serem enfrentados pelas administrações locais no trato com as questões ambientais; neste capítulo houve também a preocupação de verificar os aspectos sociais de Londrina, para tanto, em sua parte final, introduzimos o tópico: *aspectos sociais do município de Londrina, alguns indicadores das carências sociais*, na maioria são dados ali levantados foram pesquisados na própria Prefeitura de Londrina ou no IBGE.

Os capítulo IV e V procuram mostrar o modo como a natureza foi incorporada ao discurso oficial. No capítulo IV procuramos fazer um levantamento histórico que compreendeu os anos de 1936 a 1997, onde queremos verificar na legislação criada no município de Londrina referências a questões ambientais; tal recorte se deve a dois fatores a) 1936 marca o início da emancipação política do município de Londrina e b) 1997 determina o final do primeiro período da atuação da AMA – Autarquia Municipal do Meio Ambiente, órgão criado em 1993 pela administração petista. Optamos por não avançar neste período

porque logo após a derrota do PT a AMA teve sua função e atuação bastante modificada ficando imersa em uma série de denúncias de desvios e corrupção.

Neste capítulo procuramos identificar os discursos e as conexões lógicas encontradas nos atores municipais e sua articulação com o debate local e internacional.

Capítulo I

Alguns aspectos da discussão sobre desenvolvimento sustentável

A definição do conceito de desenvolvimento sustentável é uma tarefa ainda em construção. Um intenso debate se desenvolve em torno de um consenso que está longe de chegar a um termo, uma vez que existem pelo menos uma centena de definições disponíveis em todo o mundo. Entretanto, o que se impõe como consenso hoje no cenário internacional é a imperatividade de se buscar alternativas que apontem para a garantia da continuidade da vida no planeta.

Neste sentido, vivemos um momento paradoxal da história da humanidade, de um lado, o desenvolvimento das forças produtivas gerou um volume de conhecimento e riquezas nunca antes visto; simultaneamente, a concentração da renda assume contornos assustadores jogando para fora do sistema enormes contingentes da população mundial, aumentando o desemprego e a pobreza.

Paralelamente, as dimensões do processo de globalização impõe-se ao mundo como uma brutal realidade, criando nas suas dinâmicas o que se pode chamar zonas de exclusão, que são tecidas graças às novas tecnologias de comunicação e telemática, no mesmo espaço físico, de forma contínua ou descontínua no território. As mudanças estruturais amplas que se anunciam não permitem com segurança que se façam diagnósticos precisos ou aproximados do que poderá vir a ser o mundo que se descortina, por ainda desconhermos todos os seus desdobramentos e conseqüências (Santos, 1997, Viola, 1997).

Estamos vivendo portanto, em um período de transição onde o velho se confunde com o novo e os papéis não estão definidos claramente. Como exemplo das transformações e das indefinições pode-se apontar o setor econômico onde a palavra de ordem passa a ser “fusão”. Grupos empresariais (antes concorrentes) se reorganizam para manter sua hegemonia no mercado ou para não desaparecer. Paralelamente na “nova economia” grupos poderosos surgem virtualmente do nada, através da Internet, principal meio de articulação do que habituou-se chamar de ‘nova economia’, representada em número pelo índice Nasdaq da bolsa de valores de Nova Iorque.

Neste cenário de transformações e instabilidades econômicas e sociais a questão ecológica surge com bastante força, e aparentemente se mostra capaz de permear todas as esferas e estratos deste emaranhado de mudanças, traduzida pelo conceito de sustentabilidade. Dentro dela há diversas propostas

de grupos, governos, organismos internacionais, ONGs e uma série de novos atores encarregados de discutir e propor uma ‘nova’ maneira de organizar o mundo.

Neste período de transição, convivem lado a lado em um cenário de crise setores e tendências contraditórias que insinuam um mundo novo em luta pela colocação de modelos cujo mote predominante é a preocupação (pelo menos no discurso) com a continuidade da existência da vida humana no planeta.

É importante observar que o debate atual em torno das questões ecológicas tem um longo processo de evolução histórica que se inicia na década de 50, com os movimentos da contracultura, e caminha até as discussões institucionais e governamentais a respeito dos temas correlatos a ela. Passando necessariamente pela abertura do leque discursivo com a participação do chamado terceiro setor onde, Ongs das mais diferentes matizes e tamanhos se inserem no processo de definição de conceitos e na confecção de propostas políticas de ação.

No âmbito deste trabalho, abordaremos alguns dos aspectos da institucionalização das discussões sobre a sustentabilidade. Sobretudo no que diz respeito ao papel desempenhado pelos municípios brasileiros, que a partir da Constituição de 1988, tiveram uma maior liberdade de legislar sobre a questão do meio ambiente. E como desdobramento discutiremos alguns aspectos da definição do termo ‘desenvolvimento sustentável’.

O conceito de sustentabilidade: uma breve abordagem histórica

Quando em Estocolmo no ano de 1972, os governos do mundo reuniram-se para discutir os problemas ambientais globais, grande parte do ambientalismo estava ligado aos movimentos da contracultura, à uma pequena elite intelectualizada e a setores das universidades. Grande parte das discussões deste encontro ocorreu dentro de uma polarização que se cristalizou a partir daí. Os países ricos estavam preocupados em frear o desenvolvimento dos países do terceiro mundo para garantir a preservação ambiental global, de outro lado os representantes dos países pobres não podiam abrir mão de sua difícil tarefa de vencer a miséria em que grande parte da sua população estava imersa.

Neste momento, boa parte das discussões girava em torno de aspectos técnicos: a poluição provocada pela industrialização, o crescimento populacional e a urbanização; até então problemas tipicamente dos países ricos (Guimarães, 1997; Sachs, 1994).

Esta polarização que se criou ficou conhecida como ‘questão norte/sul’, ela pode ser resumida basicamente pela posição dos países do norte desenvolvido, os quais enxergavam a questão ambiental sobre o prisma da preservação dos recursos naturais para o ‘bem de toda a humanidade’ e a posição do sul e leste pobres, que contrapondo-se a esta idéia queriam garantir o direito de também levarem a cabo políticas de desenvolvimento similares aos países ricos. Este momento pode ser ilustrado pela posição do Brasil na conferência de Estocolmo. O representante brasileiro reafirmou a política de soberania nacional reivindicando total liberdade de dispor dos recursos naturais do modo que o país bem entendesse, sem aceitar a interferência externa que visasse diminuir o ritmo do crescimento econômico em detrimento da preservação dos recursos naturais.

No decorrer das décadas de 70 e 80, houve um avanço teórico em torno das questões políticas envolvidas e também uma maior compreensão dos meios científicos a respeito do funcionamento da biosfera e da ameaça do colapso do ecossistema mundial por conta das transformações globais do planeta e da ameaça nuclear, ocasionando pouco a pouco uma abertura para a compreensão e aceitação dos problemas ambientais como um fato não apenas local ou de modismos, mas como um verdadeiro problema a ser enfrentado pelos governos.

Havia no início das discussões um reducionismo econômico das potencialidades e da capacidade do planeta, que pode ser simbolizada pelo relatório do Clube de Roma de 1972, a primeira manifestação sobre a questão do desenvolvimento sustentável. Neste documento eram discutidos cinco grandes grupos de assunto: industrialização, crescimento populacional, desnutrição, depressão dos recursos naturais e degradação do meio ambiente.

A base de dados utilizada para a confecção do relatório era toda da década de 60. Os dados colhidos foram processados pelo M.I.T, que chegou a conclusão de que os recursos naturais se esgotariam em 100 anos. As principais teses que o clube de Roma foram publicadas em 1972 por Dennis Meadows e um grupo de pesquisadores, com o título ‘Limites do crescimento’, as principais conclusões do documento foram:

- 1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais - continuarem imutáveis, os limites deste planeta serão de crescimento serão alcançados um dia*

dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

2. *É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.*
3. *Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito”¹*

As propostas apresentadas pelo relatório para se alcançar a estabilidade eram o congelamento do crescimento populacional e industrial. Na época a população mundial era de aproximadamente 3,5 bilhões de pessoas e hoje, no início do terceiro milênio, já ultrapassamos a marca dos seis bilhões de pessoas e em 2025, segundo previsão da ONU, chegaremos a oito bilhões. Destes, mais da metade viverá em cidades, principalmente do terceiro mundo.² Aparte os exageros apontados no relatório, o que ficou de concreto deste relatório como alerta, foi a idéia de que existem limites a serem respeitados na natureza.

O avanço na compreensão das questões ambientais e dos riscos da utilização descontrolada dos recursos naturais é lento, mas gradualmente vai sendo internalizada por toda a sociedade em vários momentos episódicos da história da institucionalização do movimento ecológico. Como no texto do Clube de Roma, na Declaração de Estocolmo de 1972 e em Cocoyoc de 1974, que representam marcos para estes avanços. O último em particular, representa um avanço importante nas discussões críticas sobre as causas das políticas de desenvolvimento implementadas pelo primeiro mundo (Bruzeke, 1996).

É importante notar que em todas as declarações da ONU havia uma pressão social muito forte, que apontava para uma diversidade de atores envolvidos no processo de decisão, e conseqüentemente

¹ Trecho do texto “Limites do crescimento – um relatório para o projeto do Clube de Roma” de Dennis Meadows, Donella H Meadows, Jörgen Randers, William W. Behrens publicado em 1972, e extraído pelo autor do artigo ‘Desestruturação e Desenvolvimento’ de Franz Josef Brüsek in: Incertezas da Sustentabilidade na Globalização, Editora da Unicamp, 1996.

² United Nations (UN) Population Division, Word Urbanization Prospects: the 1994 Revision (UN, New York, 1995).

controvérsias bastante acentuadas em seu interior, mas o traço mais marcante (de todas elas) é que havia uma certa dose de otimismo no poder da tecnologia e na concepção de um ecodesenvolvimento, onde se alcançaria um equilíbrio entre produção humana e natureza (Sachs, 1996).

Deste modo, outro grande agente (ou agentes) importante na introdução das questões ecológicas, foram os vários movimentos da sociedade civil que surgiram em diversas partes do mundo e mantiveram uma postura crítica e às vezes intransigente no tocante às questões ambientais e que são, num primeiro momento, as vozes que se fazem ouvir no início do processo de tomada da consciência ecológica.

A publicação do relatório Brundtland em 1987 é sem dúvida um outro marco na história da definição em torno de um conceito “lapidar” de desenvolvimento sustentável primeiro, porque ‘populariza’ o conceito e segundo, conduz à convocação da Eco 92 no Rio de Janeiro que estabelece o momento da proposição de sérios acordos em torno de problemas ambientais globais e na transição para a sustentabilidade. Na definição do relatório Brundtland o desenvolvimento sustentável é descrito como:

“A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ela atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (Nosso futuro comum, 1991:9)

O relatório foi publicado em 1987, pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, encarregada de coordenar a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e de escrever uma ‘Agenda Global para mudanças’ que em seu texto deveria:

“Propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí por diante;

Recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre os países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas recursos, meio ambiente e desenvolvimento;

Considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental;

Ajudar a definir noções relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas de proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade Mundial”

(Nosso futuro comum, 1991: XI)

A aceitação mundial do relatório Brundtland foi muito grande, e deveu-se segundo alguns autores, graças ao tom diplomático empregado nele. Entretanto muitos dos pontos nevrálgicos e controversos existentes nos relatórios anteriores ainda permaneceram intocados. Observa-se, por exemplo, que a crítica ao modo de vida e produção dos países capitalistas é bastante reduzida. O Relatório Brundtland fala em consumo mínimo, mas não em consumo máximo. Não tocando num ponto que muitos ambientalistas acham primordial, que é a necessidade de se mudar hábitos de consumo, principalmente nos países de primeiro mundo, o que implicaria sem sombra de dúvida, em tocar no núcleo do sistema internacional e de como se organiza a economia capitalista global centrada em um consumo concentrado em poucos países .

Para citar um exemplo das diferenças existentes nos padrões de consumo mundial, um relatório apresentado pelo Indira Gandhi Institute, em 1988, mostra um estudo comparativo entre os gastos com combustíveis entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O estudo mostra que de todo o consumo de combustíveis sólidos, líquidos, gasoso e de eletricidade feito em 1988, 74,8% foram feitos pelos países desenvolvidos e apenas 25,2% pelos países em desenvolvimento.

Se estes números³ forem decompostos e analisados sob a ótica do consumo em quilos por habitante obteremos uma cifra ainda mais desproporcional, os habitantes do grupo dos países desenvolvidos consumiram naquele ano 451,5 kg e os do grupo dos países em desenvolvimento apenas 9,7 kg o que representa para os habitantes do primeiro grupo um consumo 46,54 vezes maior que os do segundo grupo. Assim, apesar da grande aceitação o relatório Brundtland sofre também críticas severas.

³ Relatório feito por Indira Gandhi Institute of Development Research of India, Bombay para o secretariado do CNUED in Estratégia de transição para o século XXI de Ignacy Sachs, caderno de desenvolvimento e meio ambiente, número 1 1994

O ponto forte do relatório Brundtland é sem dúvida a convocação para 1992 de uma grande conferência, onde seriam estabelecidos acordos para a fixação de propostas e metas mais concretas para que se pudesse alcançar a sustentabilidade do planeta.

A resolução 44/228 da ONU que convocou a conferência do Rio traz em seu texto a referência explícita da relação entre pobreza e meio ambiente, sinalizando para a abertura no sentido de debater as causas da miséria e de se buscar soluções a prazos determinados para os graves problemas da miséria e degradação ambiental. A Rio 92 teve como objetivo examinar estratégias de desenvolvimento através de ‘acordos específicos e compromissos dos governos e das organizações intergovernamentais, com identificação de prazos e recursos financeiros para implementar ditas estratégias’ (Guimarães, 1997).

Entretanto os resultados esperados no avanço das discussões e principalmente das decisões foram em grande parte frustrados. Apesar de reunir mais de 35 mil pessoas, entre chefes de Estado, representantes de 133 das maiores ONGs do mundo, grupos ecológicos e grupos indígenas de todo o planeta; a delegação dos Estados Unidos pressionou para que o tratado de redução de CO₂ não fosse implementado. Ficou, o que seria um acordo reduzido a apenas um protocolo de intenções sem o estabelecimento de limites e prazos para a redução da emissão do gás. Além disso, a convenção sobre a biodiversidade foi enfraquecida sem a assinatura dos Estados Unidos, adiando-se mais ainda o momento para a tomada de decisões rumo ao ‘desenvolvimento sustentável’.

Algumas dimensões da sustentabilidade

Apesar da ocorrência de vários episódios frustrantes, principalmente por parte dos países industrializados, houve um avanço significativo da percepção dos problemas ambientais, se comparado os encontros de Estocolmo e o do Rio 92 (Guimarães, 1996). No primeiro encontro, a tônica do discurso girava em torno da busca de soluções técnicas para os problemas da poluição. No segundo encontro, houve uma interação entre as questões ambientais, pobreza, responsabilidade ética dos povos e governantes, e a ampliação da percepção de que a grande maioria dos problemas ambientais globais como superaquecimento, poluição do ar e das águas é, em grande parte, causado pelos países ricos e industrializados, cabendo-lhes portanto, a maior responsabilidade em combater seus efeitos.

Mesmo este avanço teórico na percepção de que o ‘desenvolvimento’ pode dar-se de maneira ‘sustentável’, e que pode e deve garantir a inclusão dos pobres em um nível de consumo mínimo e ao

mesmo tempo procure garantir às gerações futuras a base material para sua existência foi motivo de muitas discussões e controvérsias, uma vez que esbarra inevitavelmente nas decisões políticas e também porque está diretamente relacionada aos sistemas de poder vigente.

A maneira como os países organizam e coordenam suas forças produtivas é de fundamental importância para o avanço de uma mentalidade de ‘desenvolvimento sustentável’. Neste sentido, o fator importante a ser observado são as empresas transnacionais (Etns) que detêm um poder muito grande de decisão, por possuírem não apenas boa parte dos estoques de recursos naturais em todo o planeta; mas também e fundamentalmente, pelo seu poder político na tomada de decisões econômicas e políticas em muitos países.

Ao esboçar uma crítica ao modo de produção vigente esbarramos, inevitavelmente nesta questão. Podemos observar aqui um outro aspecto da crise ecológica e que foge às discussões teóricas, pois entra em contato direto com o complexo mundo das relações internacionais de produção e das redes de interdependência da base material da vida; que em última instância, define a maneira como extrairemos da natureza todo o alicerce para a continuidade social e cultural do homem, através de sua atividade produtiva.

“Justifica-se pois a afirmação de que a sociedade global de fins de século enfrenta-se uma crise específica, ou seja o esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto, tanto nacional como internacionalmente. As propostas de superação da crise através do desenvolvimento sustentável questionam, em poucas palavras, um estilo de desenvolvimento internacionalizado, determinado pela tendência homogenizadora da economia mundial como resultado da adaptação de modelo tecnológico e institucional das empresas transnacionais (...)” (Guimarães, 1996:16)

Neste sentido, observar as forças econômicas e políticas em jogo no cenário mundial representa uma tarefa necessária para compreender os limites e as possibilidades da tese do ‘desenvolvimento sustentável’. Caso contrário, acreditamos que chegaremos a uma ilusão retórica, que na palavra de muitos críticos, (Sachs 1994, Yearley 1995, Guimarães 1996,) representaria, em última instância, apenas um *esverdeamento* do atual modo de produção, sem atingir o cerne da questão que é a propositura de políticas públicas que visam a promover e reorientar o atual modo de produção e transitar do modelo degradador

dos recursos naturais para o processo de construção de uma sociedade que se erija orientada pelo desenvolvimento sustentável.

A reorientação da política produtiva para viabilizar o desenvolvimento sustentável deve privilegiar o ser humano em detrimento da visão economicista, que impera nas análises de implementação de políticas de desenvolvimento capitaneadas pelos organismos internacionais, sobretudo na América Latina. Onde em um curto período de tempo o PIB aumentou significativamente e grande parte da população sofreu com as mudanças estruturais ocasionadas pela mudança no eixo produtivo, que retirou milhares de pessoas do campo e as colocou nas periferias das grandes cidades. Elas cresceram durante os últimos trinta anos a taxas enormes, tendo como consequência imediata o inchaço e o aparecimento de grandes metrópoles desestruturadas para enfrentar um amplo rol de problemas que surgiu deste crescimento desenfreado.

A América Latina é hoje, em consequência disso, a região mais urbanizada do planeta, quatro em cada cinco latino-americanos vivem atualmente em cidades. Entretanto o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mostra que apenas desenvolvimento econômico e industrial não bastam para trazer qualidade de vida às populações. As pequenas, médias e grandes cidades não conseguem dar aporte adequado aos habitantes atuais e aos novos habitantes que cada vez mais buscam nas estruturas urbanas uma alternativa para uma existência inviabilizada grandemente pelos programas de desenvolvimento centralizantes.

Restam aos municípios as consequências das distorções dos planos nacionais de desenvolvimento. A operacionalidade institucional e administrativa local, timidamente ensaiada por alguns governos municipais tem mostrado alguma eficácia no trato da correção de alguns destes índices. Entretanto o volume de problema e a pobreza estrutural emperram os processos e programas que visam diminuir os impactos da miséria sobre a população carente.

Pode-se observar, diante do exposto, que a sustentabilidade é construída de uma dimensão multifacetada e de um complexo jogo de interesses e necessidades. Criar condições para sua construção não é tarefa fácil, pois implica em mudanças não apenas estruturais mas também de mentalidade. É preciso vontade política para se alcançar as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, que a grosso modo podem ser divididas e resumidas em alguns tópicos alencados para facilitar não apenas a compreensão, mas para dar instrumentalidade e articulação aos diversos momentos dela, como segue:

- a) Sustentabilidade ecológica; diz respeito à base física do sistema ecológico, são os recursos naturais que podem ser divididos em renováveis e não-renováveis;
- b) Sustentabilidade ambiental; está diretamente relacionada com a capacidade de carga do sistema e dos impactos disso no ecossistema, ou seja, com os limites que cada ecossistema pode oferecer à intervenção econômica;
- c) Sustentabilidade demográfica; pode ser vista como um desdobramento do item anterior, mas diz respeito especificamente ao planejamento das tendências de crescimento populacional, migrações e distribuição espacial no território;
- d) Sustentabilidade cultural; é de fundamental importância, pois a diversidade cultural é base para a manutenção ecológica a longo prazo. A tendência de homogeneização do sistema capitalista levou o planeta à crise atual, e o respeito à diversidade cultural dos povos pode garantir, por exemplo, a segurança alimentar da humanidade;
- e) Sustentabilidade social; objetiva a melhoria de vida principalmente dos excluídos e tem o objetivo de superar a pobreza;
- f) Sustentabilidade política; busca em essência um processo de democratização e de construção de uma cidadania onde os atores da sociedade jogam um papel fundamental no processo de construção da sustentabilidade, implica em construir novas instituições que garantam a inclusão dos excluídos com suas diferenças ao modelo existente. É de fundamental importância, sobretudo no âmbito deste trabalho, pois é em torno deste eixo que são articuladas as diferenças e a ação concreta no meio ambiente.
- g) Sustentabilidade institucional, diz respeito ao desenho de novas instituições que comportem as mudanças necessárias e conduzam o processo de transição para a sustentabilidade ;
- h) Sustentabilidade tecnológica; remete a uma dimensão fundamental, pois está relacionada com a maneira como o homem se relaciona com a natureza, os métodos de extração, utilização, transformação etc. tem relação também com a apropriação das pesquisas, que atualmente são feitas

privadamente, e com os custos altíssimos cobrados para sua utilização. A transferência tecnológica deve ser um fator imperativo para a preservação da natureza;

i) Sustentabilidade econômico financeira; o atual padrão financeiro é totalmente incompatível com a proposta de desenvolvimento sustentável. Os países do terceiro mundo para construírem um parque produtivo endividaram-se muito além de sua capacidade de solver a dívida contraída. Além disso, a apropriação das riquezas é feita quase sempre por uma elite reduzida e por um seleto grupo de multinacionais; as populações ficam assim à margem dos frutos do desenvolvimento .

Os aspectos apresentados acima formam apenas um resumo das dimensões da sustentabilidade, mas mesmo bastante sintético é ilustrativo e faz parte de um conjunto inseparável de mudanças que precisam ser implementadas sob pena de vermos frustrados os esforços atuais de construção de uma nova sociedade que, nas palavras do Relatório Brundtland, possa garantir a esta geração e às gerações futuras o acesso aos recursos indispensáveis a uma existência digna.

Com a definição embora ainda bastante ampla e parcial, de *desenvolvimento sustentável* gostaríamos de inserir uma questão fundamental para a continuidade da análise e compreensão do conceito de sustentabilidade. Ela se resume ao questionamento de quais seriam (ou são) os atores deste novo processo que se anuncia com a proposta de desenvolvimento sustentável.

Esta pergunta é feita por Guimarães, Ferreira, Leis e outros autores e encerra um dos grandes questionamentos a respeito dos papéis que jogam as forças que hoje compõem o cenário de poder no mundo. Como dissemos no começo do texto vivemos em um momento paradoxal da história da humanidade, e um destes paradoxos é sem dúvida o papel desempenhado pelos Estados nacionais na atualidade. O receituário do FMI dita que a saída para os problemas fiscais e de endividamento do Estado moderno é sua redução e o desmantelamento das estruturas de regulação e de apoio social, e vê no mercado a grande panacéia para promover os ajustes para implementar políticas de desenvolvimento.

“(...) o desenvolvimento sustentável; assume importância precisamente no momento em que os centros de poder mundial declaram falência do Estado como motor do desenvolvimento e propõem sua substituição pelo mercado, ao mesmo tempo que declaram também.

(Guimarães,1997:29)

Guimarães chama ainda a atenção para uma contradição central na implementação das políticas de sustentabilidade. Para o Relatório Brundtland, como vimos, o desenvolvimento sustentável deve prover as necessidades desta geração sem comprometer as gerações futuras. Ora, sabemos que a ótica do mercado não se orienta por esta lógica, sendo estranhos a ele conceitos como “gerações futuras” e “longo prazo”. Uma outra contradição, desta vez apontada por Yearley (1996), diz respeito aos interesses das empresas e dos países desenvolvidos. Ele ressalta que a grande maioria dos problemas ambientais como poluição, depleção dos recursos naturais, perda da biodiversidade e aquecimento global surgem das atividades econômicas. Por conexão o modo como as economias destes e dos outros países estão organizadas tem uma influência e um peso decisivo nos tipos de impactos, na quantidade de poluição gerada e na quantidade de riscos ambientais causados.

Uma das características das grandes empresas é que elas são globalmente móveis, dentro da racionalidade capitalista e com estudos de logística pensam e analisam cuidadosamente aonde vão se localizar de modo a obter recursos naturais mais baratos e abundantes, buscando ainda locais onde possam depositar seus dejetos industriais de maneira mais barata e satisfatória.

Embora estes elementos tenham variações de empresa a empresa, há uma tendência lógica de se procurar instalar os empreendimentos onde as exigências pelo controle sobre os poluentes gerados sejam menores e mais fracas; e por via de consequência necessite custos menores. Outro fator não menos desprezível, reside nos fartos incentivos fiscais disponíveis hoje no mercado para a instalação de plantas industriais em determinadas regiões do planeta.

A consequência mais visível disso é que muitos países do terceiro mundo estão extremamente endividados, necessitando urgentemente de recursos e investimentos externos para dar continuidade aos projetos nacionais de desenvolvimento. Por necessitarem destes recursos podem se inclinar a aceitar propostas “ambientalmente duvidosas” para exploração de recursos altamente poluentes ou até para depósito dos rejeitos industriais dos países centrais.

Neste sentido, não é difícil detectar que a desconfiança na viabilidade da implementação do processo de ‘desenvolvimento sustentável’ pelos atores globais que se propõem a realiza-lo tenham tantas vozes. A dúvida surge, toma corpo e fica mais evidente quando estes organismos são questionados e as propostas para a transição ao modelo de desenvolvimento sustentável são colocadas na contraposição do atual modelo de desenvolvimento mundial levado a cabo por estes órgãos.

Como supor que quem constitui hoje os pilares que sustentam a atual política desenvolvimentista, e por via de consequência seriam os maiores interessados na continuação do atual modelo econômico, possam constituir-se como os porta-vozes e os construtores da transição para o desenvolvimento sustentável nas palavras de Guimarães “os quais tem tudo a perder e muito pouco a ganhar com a transformação do estilo”.

Seguindo na identificação e no breve diagnóstico dos possíveis ‘atores’ do desenvolvimento sustentável, encontramos um outro paradoxo. A gestão financeira dos recursos para essa transição é feita pelo Banco Mundial, que representa em última instância os interesses do atual modelo de desenvolvimento. Os críticos deste modelo de gestão financeira também para a desproporção dos recursos gastos com o modelo atual de desenvolvimento industrial, se comparados com os recursos orientados a promover as políticas de sustentabilidade, observamos que ficam muito aquém das necessidades para a solução mínima dos problemas levantados.

Além disso, existem críticas na definição do que sejam projetos de interesse ambiental global e na aplicação dos recursos dos mesmos. A decisão da definição do que sejam problemas ambientais globais é feita pelo GEF – *Global Environment Facility*, cuja fase piloto foi iniciada em 1991 e estendeu-se até 1994, tendo no período recursos de aproximadamente US\$ 730 milhões. Em uma segunda fase de 1994 a 1997, os recursos foram na ordem de apenas US\$ 2 bilhões de dólares a serem aplicados em quatro ‘problemas’ ambientais globais a saber: aquecimento global, poluição de águas internacionais, camada de ozônio e biodiversidade.

Na contramão do processo de desenvolvimento sustentável o Banco Mundial consumiu US\$ 7 bilhões em 46 projetos financiados em 1996 no setor ‘produtivo internacional’, visando programas de geração de energia. Destes apenas dois projetos incorporavam critérios de conservação de energia (Guimarães, 1997 25).

A Agenda 21

Um dos grandes méritos da Rio 92, foi a proposta de se estabelecer um conjunto de atividades e tarefas a serem implementadas pelos países participantes da conferência e o estabelecimento de prazos para o cumprimento destas propostas. Este documento ficou conhecido por Agenda 21.

A proposta é bastante abrangente e ambiciosa envolvendo todos os níveis de governo, do global ao local, onde cada um deveria elaborar uma agenda a ser implementada pelos países signatários de modo a inserirem em suas políticas elementos de construção do ‘desenvolvimento sustentável’; as incorporações destas políticas deveriam ser priorizadas para a correção das distorções encontradas em muitos países, inclusive o Brasil, onde existe uma constante dissociação entre riqueza e distribuição da renda. Introduz ainda uma premissa que é no mínimo paradoxal para muitos ambientalistas, ou seja, que o desenvolvimento material deve ser compatível com a preservação do meio ambiente.

Além disso, a Agenda 21 em seu texto traz os valores estimados para dar aporte financeiro necessário à transição para o desenvolvimento sustentável:

“O Secretariado da Conferência estimou o custo total anual médio (1993-2000) da implementação nos países em desenvolvimento das atividades da Agenda 21 em mais de \$600 bilhões de dólares, inclusive cerca de \$125 bilhões a serem providos pela comunidade internacional em termos concessionais ou de doações. Estas são estimativas apenas indicativas e aproximadas, não revisadas pelos Governos. Os custos reais e os termos financeiros, inclusive os não concessionais, dependerão, inter alia, das estratégias e programas específicos que os Governos decidam adotar para a implementação.”

(Agenda 21 Cap. 33:350)

Como foi dito anteriormente, as pesadas dívidas externas jogam papel fundamental no atrelamento das opções de desenvolvimento e no desequilíbrio fiscal dos países em desenvolvimento, impedindo grandemente os investimentos em áreas essenciais para a construção da sustentabilidade como: saúde, habitação, saneamento, educação, etc. O FMI (um dos pilares do atual sistema monetário) tem papel fundamental na definição das políticas de ‘ajuste’ das chamadas economias em

desenvolvimento, ditando um receituário neoliberal de ajustes, cujo objetivo principal é reduzir o tamanho do Estado retirando-o exatamente das chamadas funções sociais. O texto da Agenda 21 faz um alerta no sentido de ‘velar’ para que os impactos de tais ajustes, não sejam negativos aos objetivos ambientais propostos.

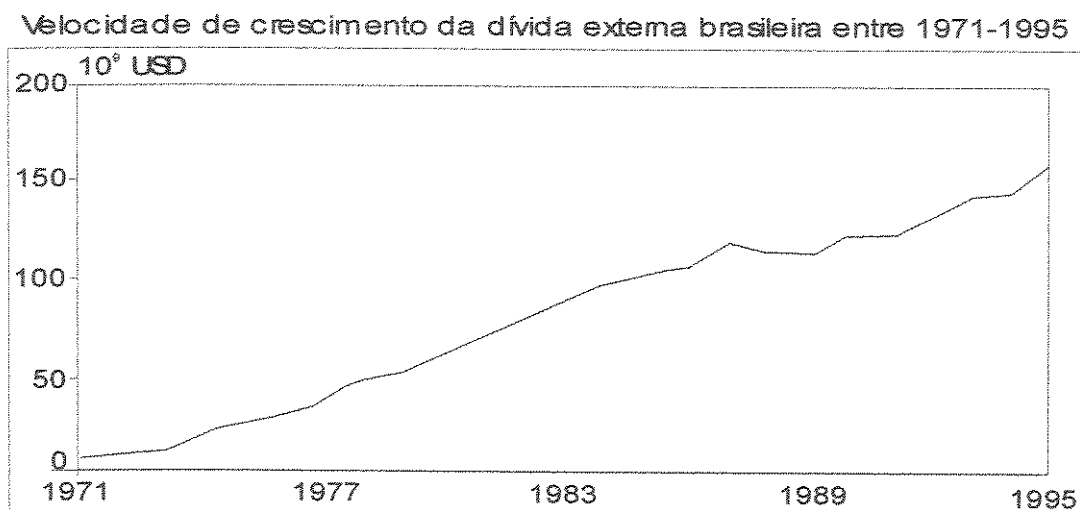
“Muitos países em desenvolvimento endividados estão passando por programas de ajuste estrutural relacionados ao reescalonamento da dívida ou a novos empréstimos. Embora tais programas sejam necessários para melhorar o equilíbrio entre os orçamentos fiscais e as contas da balança de pagamentos, em alguns casos eles produziram efeitos sociais e ambientais adversos, como cortes nas verbas destinadas aos setores da saúde, do ensino e da proteção ambiental. É importante velar para que os programas de ajuste estrutural não tenham impactos negativos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento social, para que tais programas sejam mais compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável.”

(Agenda 21 Cap. 02:15)

Ocorre que o volume de recursos destinados a pagar os ‘serviços’ das dívidas interna e externa é bastante pesado para os países do terceiro mundo. Dados do PNUD de 1991, indicam que o fluxo de capital líquido para o pagamento dos ‘serviços’ da dívida externa somaram de 51 bilhões de dólares só no ano de 1989. E que no período de 1984 a 1989, o valor pago chegou à cifra de 239 bilhões de dólares (Sachs, 1996).

No caso brasileiro, os pagamentos dos juros somaram de 1980 a 1992 a astronômica cifra de 182,6 bilhões de dólares. Apesar destes pagamentos o estoque da dívida mantém-se em crescimento, atingindo em dezembro de 1997 (três anos após o início do plano real) o montante de 192 bilhões de dólares; sendo 86 bilhões do setor público e 106 bilhões de responsabilidade do setor privado. O gráfico abaixo indica o crescimento da dívida externa brasileira.

Gráfico 1 Crescimento da Dívida Externa Brasileira 1971-1995



Fonte: A economia brasileira em gráficos. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

O gráfico apresentado mostra de maneira sintética o avanço da dívida externa brasileira ao longo de mais de duas décadas isto sem contar os 43 bilhões pedidos recentemente para “equilibrar” as contas do ajuste do Plano Real. O fato é que os desequilíbrios causados pelo contínuo aumento dos juros internacionais causam um impacto tremendo no equilíbrio das contas públicas, comprometendo na origem o processo do desenvolvimento sustentável recomendado pelo relatório Brundtland e Agenda 21.

Na avaliação do Secretário Geral da Agenda 21 seriam necessários, como vimos, para implementação nos países em desenvolvimento das atividades necessárias para a superação dos graves problemas sócio-ambientais, um custo anual médio de mais de \$600 bilhões de dólares, inclusive cerca de \$125 bilhões a serem providos pela comunidade internacional. Segundo Jayawardena⁴, os 125 bilhões de dólares representam apenas 0,8% do PNB dos países industrializados. No texto, o autor afirma que estes valores poderiam ser facilmente obtidos se houvesse dentre outros fatores o desengajamento progressivo dos EUA da OTAN com o fim da guerra fria, os recursos oriundos deveriam ser aplicados nos financiamentos propostos pela ONU. Mas acontecimentos como a guerra do Kosovo não deixam muita esperança para que tal fato ocorra.

⁴ In Sachs (1996) op. Cit.

A esfera local e a proposta de desenvolvimento sustentável

O debate em torno dos atores da transição para o 'desenvolvimento sustentável' precisa levar em conta também a esfera local, que deve desempenhar um papel importante no processo de discussão da sustentabilidade, apontada no Encontro Habitat II.

Os municípios e localidades aparecem como uma das opções mais importantes para o avanço da democratização do espaço e para a solução dos graves problemas sociais e ambientais existentes nos países de terceiro mundo.

A esfera local, mais precisamente o município e sua inserção na estrutura institucional brasileira, suas leis ambientais, seu contato direto com as mazelas nacionais, e as soluções porventura encontradas colocam-se como objetos de estudo fundamentais para a compreensão dos caminhos possíveis para a construção do desenvolvimento sustentável.

Assim, faz-se necessário compreender como os organismos internacionais em sua proposta da transição para desenvolvimento sustentável 'desenham' o urbano e na sequência, necessita-se empreender uma análise dos limites das propostas globais apresentadas e da sua efetivação e regulação na esfera local.

Capítulo II

Instrumentos propostos para se alcançar a sustentabilidade

Problemas ambientais urbanos na perspectiva do relatório Brundtland, Agenda 21 e Habitat II.

No âmbito das Conferências mundiais, houve um avanço formal em direção a uma agenda global e a indicação de uma série de propostas visando a construção do desenvolvimento sustentável em seus vários aspectos. Instrumentos e análises importantes foram criados para que o desenvolvimento sustentável pudesse ser implementado pelos diversos órgãos internacionais, pelos governos nacionais e locais e pelas Ongs (dentre outros agentes).

O avanço da compreensão dos problemas da sustentabilidade urbana foi sem dúvida um destes avanços e que é tratada particularmente no capítulo 7 da Agenda 21 global, desdobrando-se depois na proposta nacional apresentada oficialmente em meados de 2000 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no texto intitulado Cidades Sustentáveis.

No primeiro documento é feita uma análise onde são apresentados os problemas ambientais dos assentamentos humanos. Aponta para o baixo investimento global em habitação saneamento, segurança, etc, e também mostra os problemas urbanos como um 'nicho' empresarial em potencial, onde os investimentos feitos retornam rapidamente. Vamos analisar alguns dos aspectos das discussões e das propostas surgidas nestes encontros, procuraremos fazer um recorte específico das abordagens referentes ao meio ambiente urbano, principalmente no Relatório Brundtland, Agenda 21 e Habitat II.

A questão Urbana

As discussões em torno das questões urbanas aparecem no relatório Brundtland no capítulo 9 com o título 'O desafio urbano'. Numa breve análise do aspecto do crescimento, os índices de urbanização mundial são apresentados como um fato inquestionável, sobretudo nos países do terceiro mundo. A busca pelos centros urbanos, segundo o relatório, está intimamente relacionada com a política econômica adotada pelos países em desenvolvimento em concentrar nas cidades, sobretudo nas capitais, grande parte dos investimentos e subsídios destinados a produzirem impactos no processo de desenvolvimento dos países.

Estes fatores aliados à precariedade da vida no campo criaram uma forte atração para as cidades, onde a população poderia encontrar uma maior perspectiva de vida com salários e estruturas melhores.

Na perspectiva do Relatório Brundtland, o sistema econômico mundial tem nas cidades a sua coluna dorsal, onde se organiza em 'redes justapostas de comunicação, produção e de comércio'. As cidades desempenham papéis diferenciados dependendo da posição estratégica que ocupam na rede urbana nacional e internacional. O fundamental para o sucesso de políticas de sustentabilidade está diretamente relacionado com políticas urbanas eficazes.

Mas a perspectiva de se implantar políticas eficazes de gerenciamento urbano esbarra na aguda crise fiscal e na conseqüente falta de recursos da grande maioria das cidades. Sobretudo dos países do terceiro mundo, exatamente onde o movimento migratório é maior. Segundo o Relatório, estas cidades não dispõem de recursos para oferecer uma infra-estrutura mínima e condições de vida, então serviços como: água potável, saneamento básico, escolas, sistema de transporte, segurança, habitação, saúde, acesso aos equipamentos urbanos, etc, são cada vez mais precários nas maiores cidades do terceiro mundo.

As conseqüências imediatas disso são o aumento assustador de doenças, problemas ambientais e o surgimento de verdadeiras cidades clandestinas dentro dos conglomerados urbanos, implicando recursos cada vez maiores na resolução dos problemas, que na maioria das vezes não são solucionados.

Um quadro ilustrativo é apresentado, onde se verifica um perfil bastante característico das condições de vida nas cidades do terceiro mundo como segue:

'problemas ambientais nas cidades do terceiro mundo

Das 3.119 vilas e cidades da Índia, somente 209 tinham esgoto parciais e somente oito tinham uma rede completa de esgotos e serviços de tratamento de esgotos. No rio Ganges são despejados diariamente os esgotos sem tratamento das 114 cidades que ele banha, cada uma com 50 mil habitantes ou mais. As fábricas de DDT, curtumes, fabricas de papel e polpa, complexos petroquímicos e de fertilizantes, fábricas de borracha e inúmeras outras indústrias lançam seus resíduos no rio. O estuário de Hoogly (perto de Calcutá) está entulhado de resíduos industriais não-tratados de mais de 150 das grandes indústrias dos arredores dessa cidade. Sessenta por cento da

população de Calcutá sofre de pneumonia, bronquite e outras doenças respiratórias associadas à poluição do ar.

As indústrias chinesas, a maioria das quais utiliza carvão em fornos e caldeiras antiquadas, se concentram em cerca de 20 cidades e fazem com que o ar apresente um índice elevado de poluição. A mortalidade por câncer de pulmão nas cidades chinesas é de quatro a sete vezes mais alta do que no país como um todo, e a diferença é atribuída em grande parte à poluição do ar. Na Malásia, o vale de Klang (onde fica a capital, Cuala Lampur) altamente urbanizado, tem índices de poluição duas a três vezes mais alto que o das principais cidades dos EUA, o sistema fluvial do rio Klang está altamente contaminado por esgotos e emissões industriais e agrícolas.”

(Fontes: Centre for Science and Environment. State of India's environment; citizens report. New Dehli, 1983; Smil V. The bad earth; environmental degradation in China. London, Zed Press, 1986; Sahabat Alan Malaysia. The state of Malaysia environment 1983-84 – towards greater environmental awareness. Penag, Malaysia, 1983 – in Box 9.2 Nosso futuro comum – comissão sobre o meio ambiente e desenvolvimento, 2ª edição, 1987. FGV, São Paulo: 268)

O relatório quer de maneira sintética demonstrar que os problemas trazidos pelo acelerado processo de urbanização, ocorridos em apenas três décadas, e a industrialização sem controle ambiental imprimiram um quadro dramático em vários países do terceiro mundo. O crescimento da base econômica não conseguiu acompanhar o processo de urbanização. Na década de 80 a crise econômica deixou em seu rastro não apenas a redução significativa do emprego e renda, mas redundou em cada vez menores verbas para administrar as áreas urbanas sempre crescentes.

Para solucionar ou minimizar os impactos da urbanização não existe um receituário *pronto e acabado*. O relatório procura extrair da experiência histórica elementos para uma nova estratégia de desenvolvimento urbano, como por exemplo: limitar os subsídios de energia, alimentos e água para as grandes cidades, estimular a desconcentração urbana, tornando cara a vida nas metrópoles. No momento em que os atrativos das grandes cidades estiverem reduzidos, estimular economias descentralizadas aproveitando os recursos locais, incentivar a descentralização administrativa e dos órgãos públicos e criar complementaridade entre os desenvolvimentos rurais e urbanos estimulando a pequena posse da terra, dar

incentivos ao processo de produção rural com fixação de preços mínimos e política cambial, aumentando assim, inclusive a segurança alimentar das comunidades.

A elaboração de estratégias nacionais é proposta sob a base apresentada acima. Devem segundo o Relatório, ser formuladas pelos governos centrais ou federais e aplicadas de forma explícita pelos governos locais. E não serem apenas embutidas em políticas macroeconômicas, pouco eficazes, que na maioria das vezes, são elaboradas de forma contraditória para atender às demandas surgidas no dia a dia. O que se necessita é uma política urbana que privilegie a criatividade local descentralizada, com o fortalecimento dos governos locais estimulando as oportunidades de desenvolvimento descentralizado e o planejamento a médio e longo prazo.

Nesse sentido, é dedicado um espaço significativo para a análise dos governos locais visando seu fortalecimento. Assim, de certa forma, a estrutura de poder é questionada, principalmente em países asiáticos e africanos que encontram suas raízes fincadas no colonialismo e com fortes características rurais. Estruturas estas não preparadas para enfrentar os graves problemas das cidades, sobretudo nos países que se libertaram mais recentemente.

No caso dos governos latino-americanos a crítica se dirige à 'tradição' de se importar modelos dos EUA e da Europa, em sua grande maioria, inadequados para as realidades locais. A consequência imediata disso é a realidade urbana hoje observada em cidades que consomem mais do que produzem tornando-se dependentes cada vez mais de recursos externos, como é o caso de São Paulo com sua dependência de mananciais externos para o abastecimento de água potável para a região metropolitana (Hogan, 1999; Marcondes, 1999).

As vias de desenvolvimento são diferentes de região para região, assim modelos padronizados e copiados têm a tendência de fracassarem. Isto ocorre em função das particularidades de cada cidade, que só podem, segundo o Relatório, ser conhecidas pelos governos locais.

Nesse sentido, a importância dada aos governos locais é colocada em primeiro plano para o processo de desenvolvimento sustentável. Isso se deve não a uma característica destes governos, na verdade, há uma falta de autonomia deles na maioria dos países em desenvolvimento. Para que este processo tenha mudanças será necessário mudar a estrutura de poder. As localidades devem Ter uma maior autonomia econômica, financeira, política e institucional, aumentando sua eficiência em executar

tarefas que visem resolver na própria região, os problemas de forma não centralizada, e não mais por órgãos que decidem sem conhecer a realidade local, agindo em função apenas de cronogramas técnicos, econômicos ou meramente administrativos.

O Relatório afirma que mesmo as cidades mais ricas têm apenas entre 10 a 50 dólares por habitante/ano para investimentos, apesar da importância e da eficácia das decisões tomadas localmente, o que se nota é a redução do poder das localidades em função dos governos centrais, resultando em ineficiência administrativa e perda dos recursos disponíveis.

Um outro aspecto da sustentabilidade urbana está ligado diretamente ao papel dos cidadãos. A grande barreira no terceiro mundo está na precariedade do emprego, os cálculos chegam a afirmar que 25 a 50 por cento da população economicamente ativa dos países em desenvolvimento não conseguem estabilidade financeira devido ao pequeno número de empregos disponíveis. A precarização é a regra. Assim, o setor informal atinge índices bastante elevados e o caso brasileiro é ilustrativo neste aspecto:

“O mercado de trabalho brasileiro vem enfrentando dificuldades, sobretudo na absorção de mão de obra disponível no País e na capacidade de gerar remunerações que atendam às necessidades da população.

Do total da população ocupada em 1990, 19,7% tinham rendimento abaixo do salário mínimo e o número de empregos sem carteira assinada, isto é, sem reconhecimento legal de sua condição de trabalhador, atingiu 34%”

(IBGE/PNAD-1990)

Dados mais recentes da PEA – População Economicamente Ativa apontam para um quadro ainda mais dramático da distribuição de renda no Brasil. O processo de internacionalização da economia fez com que os índices de desemprego aumentasse significativamente, assim grande parte da população brasileira recebe uma remuneração inadequada ou excessivamente irregular devido à precariedade das ocupações encontradas.

Quadro 1- Distribuição de Renda No Brasil (População Economicamente Ativa)

Distribuição de rendimento no interior da população economicamente ativa PEA

	Pessoas	% PEA	% Acumulada
Sem declaração	835.543	1,2	1,2
Sem rendimento	10.513.919	15,1	16,3
Menos de 1 salário mínimo	15.387.922	22,1	38,4
1 a 2 salário	14.204.236	20,4	58,8
2 a 3 salário	8.425.601	12,1	70,9
3 a 5 salário	8.425.061	12,1	83,0
5 a 10 salário	7.032.489	10,1	93,1
10 a 20 salário	3.202.915	4,6	97,7
Mais de 20 salário	1.531.829	2,2	100
Total PEA	62.558.972		

Fonte: FIBGE, 1996

Os dados apontam claramente que mais de 70% da população economicamente ativa recebe menos que três salários mínimos. O número dos que recebem menos de um salário aumentou de 19,7% para 22,1%. E a população sem rendimento chega a 15,1%. Esta precariedade no emprego encontra no setor informal da economia a única saída para a sobrevivência. Longe dos benefícios da legislação trabalhista e seguridade social, boa parte da população vive precariamente. O Relatório Brundtland afirma que apesar de boa parte das populações pobres não estar empregada a maioria trabalha de fato entre 10 a 15 horas diárias. Então, o subemprego não é um problema para estas populações, mas sim a baixa remuneração.

Dada a importância do setor informal nestas economias, recomenda-se que os governos apoiem estes setores com facilidade de crédito, criem cooperativas, dêem títulos de terra para invasões dentre outras. Nas palavras do Relatório: 'Assim os governos podem se tornar parceiros e patrocinadores das pessoas que são a estrutura humana principal de suas cidades'.

Ora, o que se desenha aqui, aparentemente é o reconhecimento da impossibilidade de dar às pessoas condições de garantir uma cidadania e a estabilidade mínima para que ela se concretize. A perspectiva de seguridade social que lhes garanta, por exemplo, uma aposentadoria no fim da vida desaparece na 'informalidade'. Não entraremos em discussão dos limites e potencialidades apresentadas pelo Relatório Brundtland, mas uma pergunta deve ser feita: na sua perspectiva a parceria da 'informalidade' com o Estado o eximiria de suas obrigações sociais?

O Relatório Brundtland apresenta ainda uma outra preocupação no aspecto da sustentabilidade urbana procurando identificar os problemas habitacionais mais presentes dos pobres urbanos. Sobre tudo os do terceiro mundo, que em geral apresentam três características: a) os serviços e infra-estruturas como água, saneamento e os meios de retirar os resíduos sólidos dentre outros são muito precários, ocasionando várias doenças. b) A maioria das pessoas vive amontoadas propiciando a proliferação de doenças contagiosas e c) as construções geralmente são feitas em lugares precários sujeitos a todo o tipo de ação da natureza, ou em áreas altamente poluídas devido ao seu baixo custo e pouco interesse comercial. Esta tendência representa uma realidade presente na maioria das cidades do terceiro mundo. Segundo estimativas da ONU deverão viver mais de 50% da população do terceiro mundo nas condições descritas acima, calcula-se, ainda que 1 bilhão de pessoas viverá em favelas no ano 2000.

Quadro 2 – População das Grandes Cidades do Mundo residentes em Favelas

Porcentagem da população mundial residente em cortiços e favelas:

Cidade	%
Lagos (Nigéria)	58
Bombaim (Índia)	57
Karachi (Paquistão)	37
Rio de Janeiro	34
São Paulo	25,5*
Cidade do México	25
Xangai (China)	20
Seul (Coreia do Sul)	12

Fonte: UNFPA (United Nations Population Fund); OIT (Organização Internacional do Trabalho); Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas)

Diante desta realidade, o Relatório Brundtland propôs sete ações prioritárias que os governos deveriam tomar para minimizar o impacto sobre as populações mais pobres: 1) dar a posse da terra para as pessoas que vivem em assentamentos ilegais e prover os serviços básicos de infra-estrutura urbana; 2) garantir a disponibilidade de terra e recursos para que as pessoas possam melhorar suas moradias; 3) suprir de infra-estrutura e serviços as novas zonas habitacionais e implantar nas já existentes a estrutura necessária; 4) colocar à disposição das populações, técnicos capazes de orientar a melhor aplicação dos recursos de forma a melhorar as condições de saúde e higiene; 5) planejar e orientar a expansão física das

1

cidades, suprimindo as necessidades de conjuntos habitacionais, zonas de produção e cultivo, e áreas de lazer como parques etc.; 6) verificar como a ação governamental pode melhorar a vida dos moradores de cortiços; e finalmente 7) introduzir mudanças no sistema financeiro de modo a permitir a construção de habitações de baixa renda.

Apresentadas as propostas gerais caberia a cada cidade discutir a melhor forma de organizar as transformações necessárias para atingir as metas. Assim cada comunidade deveria ter a autonomia decisória para gerir seu capital financeiro e humano. A eficácia destas propostas estaria em construir junto com os pobres urbanos um processo de discussão direta, e decidisse coletivamente onde os recursos deveriam ser aplicados e contasse com a participação comunitária no processo de construção, utilizando-se de formas coletivas como os mutirões.

Na sequência, é apresentado um breve diagnóstico da sub-utilização dos recursos naturais, como por exemplo, o uso das terras urbanas para estoque de lotes com fins a especulação imobiliária. Também, o uso das terras perto de portos e estações ferroviárias controladas pelo poder público e pouco aproveitadas. Neste sentido, a agricultura urbana é sugerida como forma de se utilizar abundantemente a mão de obra ociosa e as terras que na maioria das vezes servem para depósito de entulho, para produzir alimentos. Aumentando assim a segurança alimentar das populações e servindo muitas vezes para autoconsumo ou como fonte de renda extra para as famílias.

O relatório apresenta a seguir a sugestão para utilização de resíduos sólidos para reciclagem como fonte interessante de recursos, a utilização destes resíduos na adubação das áreas agricultáveis urbanas aumenta a produção e ajuda no processo de redução dos problemas ambientais e na educação da poluição.

Finalmente, é tratado o aspecto da cooperação internacional para programas de desenvolvimento da sustentabilidade urbana. O grande índice de urbanização mundial leva a crer que a preocupação mais imediata das pessoas estará relacionada com a qualidade de vida no meio urbano. E que a eficácia dos programas de melhora da qualidade de vida das cidades dependerá da capacidade das economias e dos governos gerenciarem seus recursos. E no caso específico dos países em desenvolvimento, isto estará intimamente ligado ao mercado internacional.

A melhoria no cenário econômico internacional aumentaria, segundo o Relatório Brundtland, a perspectiva de minimizar os problemas ambientais nos países em desenvolvimento. Pois estes dependem

em muito das oscilações internacionais para adequarem seu processo de desenvolvimento. Além disso, é recomendado estreitar os laços e fortalecer a cooperação entre os próprios países em desenvolvimento para a ampliação dos diversos tipos de ajuda direta da comunidade internacional.

Entretanto, o Relatório reconhece que o volume de recursos disponíveis é bastante reduzido. A média anual destinada para a resolução dos problemas urbanos de 1980 a 1984 foi de apenas 900 milhões de dólares e que somente 5% da população mundial foi beneficiada por algum programa habitacional ou de melhoria urbana patrocinada por instituições ou agências de assistência ao desenvolvimento. Finalmente o Relatório sugere que as agências financiadoras deveriam aplicar estes recursos em três áreas prioritárias: 1) concessão de recursos para infra-estrutura destinada aos governos locais; 2) na assunção de tarefas como a reorganização de mapas de propriedade privada, lançamento de impostos, formação de equipes técnicas para aconselhamento de famílias e a grupos comunitários sobre reforma de moradias; e 3) Cursos de formação profissional no interior do país e no próprio local de trabalho.

A importância das mulheres é destacada pelo relatório. Sugere a necessidade de privilegiar a inserção da mulher nas comunidades e garantir seu acesso ao direito de moradia, que é negado em muitos países apesar delas chefiarem de 30% a 50% das famílias. Ressaltando ainda a necessidade de se lutar pelo atendimento às necessidades especiais da mulher que em muitas culturas são completamente ignoradas.

O Relatório Brundtland é estruturado de forma a contemplar aspectos bastante amplos da questão ambiental. Estes aparecem interconectados em todo o corpo do texto, não sendo possível observar as partes sem levar em conta o todo.

Neste trabalho corremos o risco, de abordar dentro dos diversos recortes possíveis, apenas a questão urbana, sabendo das dificuldades disso decorrentes, entretanto a aproximação de uma especificidade complexa como a questão urbana, permite observar os limites e riquezas encontradas nas análises dos que, em última instância, tem o privilégio de propor formas de intervenção na solução de problemas que a maioria dos habitantes do terceiro mundo convive diariamente, ignorando quase que por completo a existência destas propostas.

Ao analisarmos o modo como a localidade, através de sua prefeitura responde aos problemas ambientais, verificando quais os agentes envolvidos, os resultados dos embates entre grupos de interesse distintos, a utilização da máquina pública e a questão ambiental como instrumento de poder e repartição

das riquezas etc, é papel fundamental, principalmente em um momento em que a natureza é ‘reinventada’ e o urbano ganha status de ‘meio ambiente’. Sem contatar o grande processo de normatização criado para responder as novas demandas da população e a atuação das promotorias públicas que em atuam na defesa do patrimônio ambiental.

Todos os aspectos levantados necessitam de uma análise crítica, onde se verifique a real distância entre a teoria e a prática e se revelem os fatos por detrás do discurso e da legislação. Esta em particular será discutida em capítulo específico onde será descrito o objeto de estudo a que este trabalho se propõe. Por ora, o que se pretendeu foi fazer uma aproximação de reconhecimento a um documento que marcou uma época e imprimiu um novo conceito ao mundo, consequentemente, deve ser analisado de forma crítica para se verifiquem os limites e as possibilidades das propostas apresentadas.

A Agenda 21 e o desenvolvimento Urbano Sustentável

A Agenda 21 foi o documento mais importante obtido da ECO 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro. A Agenda está organizada em 40 capítulos, onde são tratados vários temas específicos a respeito da sustentabilidade no planeta. Representa um avanço teórico (e de certa forma prático) na compreensão do conceito sobre o desenvolvimento sustentável, lançado pelo Relatório Brundtland, apresentando propostas e parâmetros para a transição a um ‘novo’ modelo de desenvolvimento.

“A Agenda 21, provavelmente o mais importante resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 1992), cristaliza a essência da perspectiva sustentabilista presente no conceito de desenvolvimento sustentável, combinando ao mesmo tempo pragmatismo e utopia. Trata-se, portanto, de um novo referencial, com o qual o objeto deste trabalho - redução das desigualdades sociais - passa a dialogar numa via de mão dupla, constatando que a relação humana com o meio ambiente chegou a um ponto de estrangulamento que exige repensar valores, práticas e políticas, e da conformação de um novo paradigma, o qual, por sua vez, não comporta os níveis de desigualdade atuais.”

Desenvolvimento Sustentável Definidos na Agenda 21 Redução das Desigualdades
Sociais Parceria 21 IBAM – ISER – REDEH

No capítulo sete, intitulado *'Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos'*, é feita uma pequena introdução onde se procura caracterizar os diferentes padrões de consumo do primeiro e do terceiro mundo. É importante ressaltar que o grupo dos países desenvolvidos foi analisado no capítulo quatro, o texto da Agenda 21 diz apenas que as cidades deste grupo exercem uma pressão muito grande sobre o meio ambiente.

Em relação ao segundo grupo, há o alerta da deterioração da qualidade de vida urbana, devido aos baixos investimentos de recursos no setor. O aporte financeiro destes países é de aproximadamente 5,6% do orçamento total dos governos e que o sistema das Nações Unidas gastou apenas 1,0% de seus recursos, em 1988, em programas que visavam a melhoria da qualidade de vida das cidades.

Em contrapartida, os governos dos países ricos investem nos sistemas urbanos entre 29,3 e 49,4 por cento, ficando a média em torno de 39%. Estes dados são fornecidos pelo Banco Mundial e estão contidos no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1991.

A Agenda 21 tem o ano 2000 como data inicial para implementação dos programas contidos no programa de sustentabilidade, é uma tarefa ambiciosa tanto em relação ao tempo como aos objetivos propostos:

“O apoio externo contribuirá para a geração dos recursos internos necessários para melhorar as condições de vida e de trabalho de todas as pessoas até o ano 2000 e além, inclusive do número crescente de desempregados - o grupo sem rendimentos.

Ao mesmo tempo, as implicações ambientais do desenvolvimento urbano devem ser reconhecidas e levadas em consideração de forma integrada por todos os países, atribuindo-se alta prioridade às necessidades dos pobres de áreas urbanas e rurais, dos desempregados e do número crescente de pessoas sem qualquer fonte de renda.

O objetivo geral dos assentamentos humanos é melhorar a qualidade social, econômica e ambiental dos assentamentos humanos e as condições de vida e de trabalho

de todas as pessoas, em especial dos pobres de áreas urbanas e rurais. Essas melhorias deverão basear-se em atividades de cooperação técnica, na cooperação entre os setores público, privado e comunitário, e na participação, no processo de tomada de decisões, de grupos da comunidade e de grupos com interesses específicos, como mulheres, populações indígenas, idosos e deficientes. Tais abordagens devem constituir os princípios nucleares das estratégias nacionais para assentamentos humanos”.

(Agenda 21 Cap. 07:161)

Para que estas mudanças ocorram nas cidades, foram estabelecidas oito prioridades. Para cada uma foram definidas primeiramente as bases para a ação, onde se faz um pequeno resumo do tema a ser tratado. Em seguida é estabelecido um objetivo geral. Isso feito, é então estabelecida uma pauta de atividades a serem cumpridas ou respeitadas. E finalmente, são apresentados os meios para a implementação com estimativa de custos e financiamentos, os meios científicos e tecnológicos e a capacitação dos recursos humanos para atingir os objetivos propostos.

As oito prioridades são: 1) Oferecer à todos uma habitação adequada; 2) Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos; 3) Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra; 4) Promover a existência integrada de infra-estrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos; 5) Promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos; 6) Promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres; 7) Promover atividades sustentáveis na indústria da construção; 8) Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos.

A questão dos recursos humanos aparece de maneira insistente em todas as prioridades a serem desenvolvidas e tem destaque especial no item oito. O treinamento de mão de obra e a sua qualificação para enfrentar criativamente os problemas urbanos são vistos como fundamental condição da transição para a sustentabilidade.

A instituição da ‘Nossa Própria Agenda’

Com todo o movimento internacional em torno da questão do desenvolvimento sustentável, alguns países da América Latina procuraram produzir um documento inicialmente intitulado ‘Nossa Própria

Agenda', vinculado ao BID e PNUD. O documento procurou preencher uma lacuna na propositura de políticas ambientais e na identificação dos problemas ambientais da região, com o objetivo de apresentar uma proposta na conferência das Nações Unidas, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro.

Os países signatários do documento estavam preocupados em fazer uma revisão das condições que fizeram o processo de desenvolvimento da América Latina, e em mostrar a forte interdependência entre o norte e o sul, para, a partir dessa compreensão, estabelecer bases mais favoráveis de negociação aos países em desenvolvimento.

“Para alcançar tais metas, temos que estabelecer certas posições que propiciarão uma base sólida para nossa incumbência. Estas posições supõem um acordo, em âmbito regional, quanto ao que constitui o desenvolvimento sustentável; as causas do desenvolvimento inadequado que nos levaram ao presente impasse; um acordo sobre nossa ordem do dia em termos ambientais; os conceitos estratégicos subjacentes ao tipo de desenvolvimento que almejamos alcançar, e sua experimentação global; nosso desenvolvimento já atrasado, na revolução científico tecnológica em curso, e a necessidade de fortalecer nossa capacidade de negociar como Norte em condições mais favoráveis para nosso desenvolvimento sustentável” (Nossa Própria Agenda)

A apresentação da proposta desta agenda regional representava um avanço na compreensão do papel que o patrimônio natural da América Latina podia desempenhar no processo de negociação. Embora o conceito de desenvolvimento sustentável não estivesse claramente estabelecido e a avaliação das potencialidades reais por parte dos governos eram limitadas, enxergava-se a necessidade de estabelecer propostas no sentido de alavancar o desenvolvimento regional de forma mais integrada:

“Temos que definir nosso próprio programa de ação. Se não conseguirmos avaliar objetivamente os problemas e as oportunidades apresentados pelo patrimônio natural da região, não saberemos estabelecer as prioridades para a ação e certamente cometeremos erros no planejamento das estratégias que acreditamos capazes de nos proporcionar o desenvolvimento sustentável.” (Nossa Própria Agenda)

Tinha-se também a intenção de mostrar a vinculação entre estratégia de desenvolvimento e problemas ambientais. E fazer assim a conexão que os países do primeiro mundo temem fazer que é mostrar os nexos entre a questão ambiental e o subdesenvolvimento.

Apontar que os padrões de consumo de recursos naturais, que estes países adotaram, exerceu sim uma pressão enorme sobre o meio ambiente mundial, causando uma degradação ambiental sem precedentes na história. Mas ao mesmo tempo sugerir a percepção oriunda da década de 80 (a chamada década perdida), que a estagnação econômica gerou em seu bojo efeitos também muito perversos ao meio ambiente, com decréscimo significativo nas áreas de educação, saúde, pesquisa, serviços sociais e controle, enfim, na qualidade de vida da população.

Não entraremos aqui em um debate crítico a este discurso. Basta lembrar que o que se produziu na região foi um desenvolvimento ‘sem povo’, onde o ‘bolo’ quando crescia era paulatinamente dilapidado por uma elite despreparada. E também lembrar que apenas crescimento econômico não garante qualidade de vida para a população. Para comprovar isso, basta observar o IDH – índice de Desenvolvimento Humano- de vários destes países para desfazer a conexão mecânica que se pretende estabelecer entre aumento de riqueza e melhoria na qualidade de vida da população.

No texto inicial de Nossa Própria Agenda’ é apresentada, ao nosso ver, uma incorreção de análise, pois aparentemente aos pobres é atribuída a culpa pela degradação ambiental:

“(...) em grande parte em consequência da pobreza e do desemprego, obrigam a região a abusar de seus recursos naturais.(...) Como já assinalamos antes, a pobreza não é só causa como também resultado da degradação ambiental. Como se trata do principal problema social que a região é incitada a resolver, uma estratégia básica para alcançar o desenvolvimento sustentável tem de enfrentar abertamente o problema da pobreza aberrante”.

(Nossa Própria Agenda, s/d grifo nosso :06)

O texto é desenhado na perspectiva de encontrar na riqueza ambiental dos países Latino Americanos uma espécie de barganha com os países do norte, na esperança de convencer com argumentos de que o sul ‘preservou’ seu potencial biológico e ‘deve ser respeitado por isso’. Apesar das nossas dívidas “temos riquezas inestimáveis” diz o texto. Afirma ainda que estas são as idéias fundamentais para guiarem as negociações e estabelecer estratégias para o ‘desenvolvimento sustentável’.

Como vimos anteriormente o processo que se seguiu, na Eco 92, foi bastante frustrante (ver Guimarães, 1996), pois grande parte da pauta ambiental foi adiada ou transformada em uma carta de intenções. Entretanto, após a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, houve um amadurecimento das questões ambientais no Brasil e a construção da Agenda 21 brasileira resultou na apresentação de algumas propostas feitas nos mesmos moldes da Agenda 21 global. Ela foi desdobrada em vários aspectos da problemática ambiental brasileira como: Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Infra-estrutura e Integração Regional; Gestão dos Recursos Naturais; Redução das Desigualdades Sociais; Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. No próximo tópico para fins deste trabalho, vamos analisar, entretanto, apenas a agenda brasileira que trata da questão urbana e de cidades sustentáveis.

Cidade sustentável na Agenda 21 brasileira

A Agenda 21 Brasileira foi produzida pelo Ministério do Meio Ambiente com parceria com o IBAM, o ISER, a REDEH⁵, a assessoria de consultores temáticos e os ‘cabeças de rede’, assim chamados os representantes de ONGs importantes no Brasil; e utiliza grandemente os conceitos e referenciais cunhados pela Agenda 21 global para definir sua proposta:

“A partir do exame do conceito, ainda em construção, de desenvolvimento sustentável – firmado na Agenda 21 e incorporado em outras Agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos –, o marco teórico utilizado considera duas noções-chave para o tema Cidades Sustentáveis: a de sustentabilidade ampliada, que trabalha a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento, e a noção da sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável. Distingue, além disso, ao menos, quatro dimensões básicas: ética, temporal, social e prática e indica critérios e vetores de sustentabilidade, paradigma e produto do desenvolvimento sustentável, a serem incorporados pela esfera pública, estatal e privada.”

(Cidade sustentável, 1999:12)⁶

O documento procura estabelecer estratégias de desenvolvimento norteadas pelos conceitos e textos citados acima destacando-se: integração setorial e espacial das políticas e ações urbanas; planejamento estratégico; descentralização; incentivo à inovação; custos ambientais e sociais dos projetos econômicos e

⁵ IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, ISER - Instituto de Estudos da Religião e REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano.

⁶ Documento disponível na Internet no endereço <http://www.mma.gov.br>

de infra-estrutura; novos padrões de consumo dos serviços urbanos e fortalecimento da sociedade civil e dos canais de participação.

Partiu-se para a definição de ‘premissas’ que deveriam nortear a confecção do documento, num total de dez, que vão desde ‘crescer sem destruir’ passando pelo fortalecimento do poder local até ‘informações para tomada de decisão’. Estabeleceu-se então um diagnóstico dos pontos de estrangulamento para a construção do desenvolvimento sustentável, que não entraremos em detalhes aqui. E chegou-se a quatro itens que foram chamados de ‘estratégias para a sustentabilidade Urbana’:

1. Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental;
2. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade;
3. Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis;
4. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.

Todas estas ‘estratégias’ foram subdivididas em propostas específicas referentes a várias dimensões a elas atinentes para que novos padrões de desenvolvimento possam ser atingidos num prazo de dez anos. Existe por parte do corpo técnico a clareza das dificuldades que há em definir, num primeiro momento, o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ e na contradição que muitos críticos observam entre crescer (desenvolvimento) e preservação ambiental (sustentabilidade). O texto introduz também a discussão à respeito dos diferentes e contraditórios papéis desempenhados pelos ‘atores’ da sustentabilidade e que a construção da sustentabilidade será feita de avanços onde os agentes ‘vão pactuando’ novos consensos à medida que o processo avança.

Para tentar dirimir as diferenças de análise, foi introduzido o conceito de *sustentabilidade ampliada*, onde ao mesmo tempo se discute as questões ambientais e as questões sociais. É um artifício *lógico formal* que visa equacionar as divergências entre várias posições opostas entre si, que nas palavras dos relatores do texto, seria:

“O conceito de sustentabilidade ampliada, em outras palavras, realiza o encontro político necessário entre a Agenda estritamente ambiental e a Agenda social, ao enunciar a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza. Sob esse ponto de vista, o marco teórico da sustentabilidade ampliada foi fundamental para construir o pacto global em torno da Agenda 21 e superar a dicotomia ou o conflito de interesses entre o Norte, rico e desenvolvido, e o Sul, pobre e pouco desenvolvido.”

(Cidade sustentável, 1999:24)

O documento apresentado coloca a questão da sustentabilidade em termos que apontam para a abertura de um leque de maior flexibilidade para os interesses do Norte, aproximando-se do que Guimarães chama de ‘conservadorismo dinâmico’ onde tudo muda para ficar a mesma coisa. Pois se obedecermos às análises feitas antes da ampliação do conceito de sustentabilidade, os recursos globais não comportam um padrão de consumo no patamar estabelecido pelos países ricos por um período muito longo de tempo.

A necessidade de ampliar os conceitos para ‘acomodar’ posições contrárias fertilizou o terreno para que se introduzissem outras visões complementares, como o de ‘cidades sustentáveis’, como demonstra o texto, fruto do embate entre os ambientalistas. Girardet discutia a capacidade de suporte (carrying capacity) com críticas radicais às ‘cidades biocidas’ ou doentes que retiravam do meio ambiente muito mais recursos e energia do que forneciam, funcionando como verdadeiras usinas de consumo, como São Paulo que busca recursos, como a água em regiões distantes.

O processo atual de crescimento populacional das cidades mundiais cria, em seu interior, uma forte destruturação ambiental, sobretudo nos países mais pobres. Basta observar que grande parte das

maiores cidades do mundo localiza-se nos países em desenvolvimento. Assim uma das tarefas atribuídas aos gestores urbanos é constituir o processo de desenvolvimento aos novos paradigmas, reorganizando o sistema e o modo de gestão das cidades brasileiras. Para isso, o documento 'Cidades sustentáveis' estabelece uma lista de mudanças necessárias para se alcançar este novo patamar. Um total de nove 'ações' definidoras de estratégias se propõe a alavancar o processo de desenvolvimento urbano sustentável. As propostas não são novas, mas o texto aponta que a sua combinação em planejamento urbano pode revelar uma nova dimensão da gestão urbana.

O documento se estende por uma série de análises e propostas visando estabelecer o perfil urbano brasileiro com a identificação dos principais problemas existentes, para estabelecer, dentro da estrutura proposta pela agenda 21 global, um rol de estratégias prioritárias para o objetivo proposto:

Estratégia um:

Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental.

Estratégia dois:

Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade.

Estratégia três:

Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.

Estratégia quatro:

Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a *sustentabilidade* urbana.

Objetivamos nesta parte do trabalho apresentar de forma sintética e introdutória o conceito de desenvolvimento sustentável e sua evolução conceitual no debate internacional, de modo a fazer uma aproximação do debate nacional, que se desdobrará na análise prática e local.

Deste modo as principais estratégias traçadas pelo governo brasileiro foram descritas de forma bastante resumida, pretendíamos iniciar um processo de discussão para formar uma base crítica, minimamente construída com o fim de introduzir no debate sobre o ‘desenvolvimento sustentável’ e suas consequências no espaço dos municípios.

Capítulo III

Características Ambientais da Cidade de Londrina - PR

Diante das mudanças estruturais e conceituais em curso em todo o planeta, o espaço local movimenta-se para adquirir conexão com o grande movimento global. A implementação de políticas de atratividade para o capital internacional é particularmente nas áreas ligadas aos setores de industrialização e transformação que implicam geralmente em grandes impactos ambientais.

O propósito de estudar como ocorreu o processo de internalização das políticas ambientais no município de Londrina, deveu-se a necessidade de se observar como os agentes públicos locais, atendendo ou antecipando as demandas externas responderam à evolução da legislação ambiental e ao crescente processo de tomada de consciência em torno das questões ambientais, que já vinha ocorrendo em larga escala no cenário nacional e internacional.

Verificar os fatores que compuseram as discussões sobre a questão do meio ambiente e a eficácia desta legislação, na construção de instituições capazes de atender a demanda por políticas públicas ambientais em Londrina, permite empreender um exercício de análise onde a articulação entre o global e o local nem sempre se evidenciam, pois os desdobramentos políticos tendem a simular a produção de uma lógica própria 'interna' na solução destas demandas, vistas na maioria das vezes como externalidades ao processo de 'desenvolvimento'.

Decorridos aproximadamente 70 anos de fundação. O município de Londrina, teve em seu início, como entidade colonizadora, uma empresa privada de capital predominantemente inglês protagonista de um dos empreendimentos de colonização mais bem sucedidos da história do Brasil, do ponto de vista da velocidade e do sucesso econômico.

Deste empreendimento nasce uma grande quantidade de cidades, das quais Londrina constitui-se o pólo de atratividade regional e com isso teve um rápido crescimento demográfico e uma enorme taxa de urbanização.⁷

⁷ Ver no Item Apêndices a rede de cidades que se constituíram a partir de Londrina .

A exuberância natural das florestas encontradas na região Norte do Paraná e a qualidade do solo foram durante o período de colonização amplamente utilizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná para atrair colonizadores de todas as partes do Brasil e do exterior.

O rápido desmatamento da região e a introdução de plantações de café causaram enormes impactos na fauna e flora. Em poucos anos, desapareceria sob a administração dos produtores de café quase toda a floresta que antes cobria todo o território, dando lugar aos imensos cafezais que trouxeram ao município o título de capital mundial do café.

O resultado mais visível do impacto ambiental foi a redução da riqueza florestal do município a poucas reservas de mata, ao desaparecimento quase completo da cultura indígena (os poucos índios que resistiram ficam confinados na Reserva do Apucarantina, sendo, entretanto fácil encontrá-los mendigando ou vendendo cestarias pelas ruas da cidade), além de muitos outros problemas ambientais que podem ser verificados quando se observa mais atentamente a situação sócio ambiental do município.

Uma outra característica do município de Londrina que deve ser estudada é o seu elevado índice de urbanização. Atualmente a população urbana ultrapassa o índice de 90% gerando uma enorme crise de moradia, este aspecto configura-se num dos principais problemas ambientais e sociais a serem enfrentados pelo município. No processo de urbanização, as terras mais férteis foram ocupadas por loteamentos regulares, o que por si só já representaria um grave problema de planejamento ambiental, econômico e urbano mas que foi agravado mais ainda pelas constantes invasões de terras urbanas ocorridas na década de 90, mas aqui há um outro problema, ao contrário dos loteamentos regulares, as invasões ocorreram em quase toda sua maioria em locais impróprios para a habitação.

O caso mais expressivo é o do assentamento União da Vitória localizado na porção sul do município, ali residem aproximadamente 12 mil pessoas amontoadas em barracos construídos em um terreno pedregoso e com declives de até 45 graus.⁸

Esta etapa do trabalho divide-se em três capítulos distintos e complementares, o primeiro trata de situar, com dados colhidos em diversos órgãos do município, uma breve descrição das condições sócio-

⁸ Os instrumentos de avaliação dos impactos ambientais os EIA-RIMA - Estudo de Impactos Ambiental, amplamente utilizados para verificar as condições de vida de vida destes assentamentos, (dentre outros aspectos) foram questionadas em um trabalho de mestrado apresentado na USP-São Carlos, onde leva-se em conta as especificidades da dinâmica social, principalmente no que diz respeito à produção e reprodução social do espaço urbano. Aspectos mais amplos de aquisição do espaço exigem instrumentos mais refinados, apenas a verificação de impactos locais não dão conta da interação de espaços urbanos complexos.

ambientais da cidade de Londrina. Procuramos traçar um mapa de alguns problemas vividos pelo município de Londrina. Com isso, pretendemos organizar um pano de fundo, que embora opaco, nos permita estabelecer algumas conexões entre a realidade social e ambiental do município e as propostas de intervenção apresentadas por técnicos e políticos.

No segundo capítulo desta etapa, será feita uma análise da legislação ambiental gerada pelos órgãos ligados à administração municipal. Este capítulo foi dividido em duas partes: uma que compreende o período de 1936 à 1992 onde abordaremos de forma rápida as principais leis deste período, e finalmente analisaremos dos anos de 1993 até 1997 onde podemos encontrar as principais intervenções e propostas da legislação ambiental em Londrina.

Optamos por dividir por dois períodos a legislação ambiental do município, em função das características distintas desta legislação. Na primeira fase (1936-1992) não há no município um órgão ambiental tributário destas legislação e nem uma visão 'integrada' da questão ambiental, além deste fato deve-se notar que grande parte da das leis ambientais do município de Londrina foram escritas após 1993, durante a administração do Partido dos Trabalhadores que, ao assumir o governo municipal, implementou uma reforma administrativa na estrutura da Prefeitura, que dentre outros órgãos, criou Autarquia Municipal do Ambiente (AMA) o primeiro órgão encarregado exclusivamente de gerenciar as demandas ambientais no município.

No terceiro Capítulo desta etapa, como desdobramento do item anterior, será desenvolvida uma análise mais aprofunda do papel desempenhado pela AMA entre 1993 a 1997. Serão tratados os dados referentes aos programas que essa autarquia desenvolveu nesse período cotejados com entrevistas aos responsáveis pelo órgão, procurando analisar as debilidades e lutas que ocorreram no processo de constituição da ação fiscalizadora e reguladora da AMA.

Algumas características ambientais e sociais do município de Londrina.

Os assentamentos humanos, urbanos ou rurais, sempre estiveram determinados por uma estreita relação de dependência dos recursos e bens naturais, com os avanços tecnológicos e sociais ampliam-se os conhecimentos relativos aos limites e as potencialidades destes recursos. Paralelamente, o processo de desenvolvimento capitalista levou à uma enorme exploração dos recursos e a uma maior depleção destes no nível global. A consciência da escassez do recursos naturais tornou a procura e

aquisição de estoques de recursos naturais, pelas empresas nacionais e ou transnacionais, em um requisito *sine qua non* para a continuidade das suas atividades.

A necessidade de estabelecer novas correlações e regras para o uso dos recursos naturais, aliada à crescente autonomia das esferas locais impulsiona o processo de mapeamento das potencialidades naturais, assim, os municípios que procuram projetar-se no cenário nacional e mundial como elo de produção e contato do grande sistema produtivo global, implementam estudos visando identificar pormenorizadamente a existência de recursos que possam ser utilizados no processo de fomento econômico.

Alguns elementos naturais básicos como o relevo, disponibilidade e abundância água, solos férteis e clima ameno, podem constituir em aspectos importantes para a eleição de determinada região para empresas que procuram expandir ou mudar o seu lugar de produção. As características acima não são as únicas analisadas pelas empresas, não podemos esquecer da questão da chamada guerra fiscal, mas em geral elas entram na promoção do desenvolvimento econômico de localidades que possuam tais atributos.

Se por um lado a abundância de recursos deste tipo são atrativos para as empresas e para o desenvolvimento do município, por outro, se não existir um controle efetivo e uma preocupação com os aspectos ecológico, os impactos podem ser devastadores e sua recuperação muito cara ou irreversíveis.

Londrina localiza-se em uma região privilegiada no que se refere ao acesso a recursos naturais, esta característica geográfica foi fundamental para imprimir na região um rápido e fabuloso progresso econômico. Em poucos anos o município alcançou índices de desenvolvimento sem precedentes o que lhe trouxe, em consequência, sérios problemas sociais e ambientais, muitos deles característicos de países do terceiro mundo.

Em geral, no contexto dos países em desenvolvimento, o ritmo de crescimento e urbanização é muito rápido e se faz de forma desordenada. Este processo invariavelmente gera em seu bojo a queda da qualidade de vida da população e a degradação do meio ambiente. Londrina não foge à regra, a lógica perversa do crescimento acelerado faz-se presente no município da mesma forma que na maioria das cidades do Brasil e do terceiro mundo.

Muitas destas cidades apresentam índices de qualidade ambiental bem piores que o município de Londrina, pode-se citar as cidades onde houve a implantação de um parque industrial mais expressivo, em Londrina não existem muitas indústrias poluentes. Mas, ao analisarmos os dados sócio ambientais do município, podemos observar que a cidade encontra-se aquém de índices indicativos de qualidade ambiental, fazendo fronteira com vários problemas comuns aos países mais pobres do planeta, quando se observa por exemplo o número de favelas, o índice de analfabetismo e as doenças típicas de condições insalubres de vida.

O processo de identificação das características geofísicas e sociais é de fundamental importância, e pode servir como ferramental para instrumentalizar as administrações públicas no processo de tomada de decisões quando aos rumos do futuro. O levantamento dos aspectos físicos constitui-se, no momento em que se fala em desenvolvimento sustentável, em um diferencial para fazer estender no tempo e no espaço a qualidade ambiental dos municípios.

No início da década de 90 a administração pública de Londrina, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), implementou um estudo procurando identificar as características e potencialidades do município visando servir de elemento para o planejamento e para a proposta para o plano diretor para a cidade. Os dados à seguir apresentados foram em grande parte levantados nas mesmas fontes de que se valeu o órgão da Prefeitura de Londrina para a confecção do referido plano. Fica entretanto a ressalva de que a grande maioria dos levantamentos e indicadores analisados pelos documentos e pesquisas utilizados para a elaboração das propostas, não foram implementados, pois em boa parte deles há a necessidade intrínseca de ‘vontade política’, algo que andou em falta no município nos anos 90.

Localização e características morfológicas do município de Londrina

Londrina está localizada na porção norte do Estado do Paraná, na macro Região Sul do Brasil. Sua posição geoeconômica é estratégica pois conecta-se facilmente à rede de circulação pelas vias regionais, estaduais ou interestaduais, o que lhe garante fácil conexão com os países do Mercosul.

O município de Londrina é dividido em 08 (oito) distritos administrativos: Paiquerê, Guaravera, Warta, Espírito Santo, São Luiz, Irerê, Maravilha e Lerroville; tendo como limites municipais

ao norte: Sertanópolis, Cambé e Ibiporã; a oeste: Arapongas, Apucarana e Marilândia do Sul; ao sul: Marilândia do Sul, Tamarana e Ortigueira e a por São Jerônimo da Serra e Assai.

As altitudes decrescem de oeste para leste, pois o município situa-se na macro vertente da margem esquerda da porção inferior da bacia hidrográfica do rio Tibagi; o rio mais importante da região de onde a empresa de saneamento e abastecimento de água, SANEPAR, retira a água que atende o município e a região. A variação altimétrica aproximada do relevo municipal vai de 750m na Serra de Apucarana a oeste-sudoeste, até os 380m nas proximidades do leito do rio Tibagi a noroeste.

A área urbana da sede administrativa do município distribui-se sobre um relevo que possui as cotas altimétricas mais elevadas a noroeste (fronteira Londrina-Cambé), atingindo ali uma altitude aproximada de 600m; as porções menos elevadas são encontradas na porção sul-sudeste da área urbana, no vale do Ribeirão Esperança, onde as altitudes giram em torno de 450m.

Quadro 3 - Coordenadas Geográficas de Londrina

Coordenadas geográficas	Latitude Norte	Latitude Sul	Longitude Leste	Longitude Oeste
Município	23° 10' 17" S	23° 51' 10" S	50° 52' 11" W	51° 14' 35" W
Área Urbana (sede)	23° 14' 27" S	23° 23' 44" S	51° 06' 09" W	51° 13' 44" W

Fonte: IPPUL

Geologia

A formação geológica norte paranaense, segundo a evolução do planeta, ocorreu no final da era Mesozóica (períodos Triássico e Jurássico), quando se iniciaram os derrames do Trapp, um intenso magmatismo de fissuras que deu origem à formação Serra Geral. Esta é composta, principalmente, por rochas vulcânicas básicas com intrusões alcalinas e pequenas lentes de arenito. Outras formações geológicas também ocorrem na região como as formações Teresina e Rio do Rastro (Grupo Passa Dois), e a Formação Botucatu (arenitos) que, juntamente com a Formação Serra Geral formam o Grupo São Bento.

No município de Londrina há uma predominância da Formação Serra Geral. Somente no extremo sul do mesmo, nos limites com Ortigueira e São Jerônimo da Serra, é que aparecem as outras

formações geológicas. É nesta porção que se encontram as principais ocorrências minerais do município. Os minerais encontrados são: argila, areia, brita, água potável, turfa, rochas para revestimento e diamante.

Os falhamentos e/ou fraturamentos que ocorrem no município têm o direcionamento principal no sentido nordeste-sudoeste, sendo que ocorrem também em outras direções, em menor quantidade. No sentido norte-sul, por exemplo, se instalou o curso inferior do rio Tibagi. Os inúmeros diques de diabásio⁹, outra importante característica geológica do município, são encontrados com mais abundância na porção centro-sul do mesmo, e possuem o direcionamento geral noroeste-sudeste.

Aspectos minerais

Para a administração pública municipal o processo de conhecimento dos recursos minerais, faz parte dos instrumentos fundamentais e necessários para o desenvolvimento pleno e racional do planejamento de um município. Em 1990, foi elaborado um levantamento das potencialidades minerais do município de Londrina - PR, realizado através um termo de cooperação técnica, entre a Prefeitura Municipal de Londrina/CODEL e o Governo do Estado do Paraná/Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico/MINEROPAR, dentro do Programa de Levantamento das Potencialidades Minerais dos Municípios.

Em um levantamento preliminar detectou-se que a principal vocação do município é para a produção de insumos para a construção civil. Entre os de maior importância encontram-se as argilas para cerâmicas, areias, basaltos, e arenitos silicificados, além da água potável de mesa e turfa.

Neste levantamento foram também detectados alguns problemas relacionados a esta atividade extrativa, que dificultam e oneram a produção e comercialização de produtos destas empresas, como:

- baixa produção de artefatos cerâmicos no município;
- baixa produção e má qualidade da areia extraída para a construção civil;
- dificuldade de acesso aos portos de areia do rio Tibagi, devido às condições das estradas;
- a ilegalidade de diversas mineradoras de areia, turfa e argila;

⁹ Diabase. Rocha magmática hipabissal, de textura ofítica, conteúdo essencialmente por plagioclásios básico, pirogexênio, magnetita e ilmetita; diabásio - Dicionário Aurélio.

- desconhecimento por parte do empresariado, dos principais aspectos legais da mineração;
- presença de pedreiras dentro do sítio urbano de Londrina, geradoras de conflitos com as comunidades limítrofes.

Os objetivos principais do levantamento, foram o de instrumentalizar as discussões sobre as formas de implantação de atividades minerais adicionais, a incrementação das atividades já existentes e a elaboração do Plano Diretor.

Esses objetivos não foram atingidos, pois para estabelecimento de uma política mineral para Londrina, fazia-se necessário também, em um primeiro momento, de uma fase para diagnosticar a real situação mineral do município e suas potencialidades. Principalmente para subsidiar os fomentos no processo da política industrial em andamento. Devendo, segundo o IPPUL, ser implementadas as seguintes tarefas para a implantação desta política:

- Mapeamento geológico detalhado do município de Londrina;
 - Mapeamento detalhado da pedologia do município;
 - Mapeamento detalhado das áreas com potenciais mineralógicos, considerando os limites de expansão urbana, inclusive dos distritos rurais;
 - Mapeamento de todas as atividades de extração de bens minerais do município, considerando-se os limites de expansão urbana, inclusive dos distritos rurais;
 - Mapeamento morfo-dinâmico do município, com a superposição de diversas interfaces (geológica, pedológica, hipsométrica, geomorfológica, climática, cobertura vegetal, uso do solo, etc.) para detecção de áreas de risco;
 - Cadastramento de todas as atividades de extração de bens minerais do município, principalmente de água, brita, moledo, areia, argila, hulha e cascalho que constituem os recursos minerais com maior aproveitamento no município. É essencial para este cadastramento, a verificação de autorização de pesquisa e concessão de lavra, expedidas pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como o plano de recuperação ambiental, aprovado;
 - Detecção das áreas com tendências a desenvolvimento de focos de erosão no município, tanto no âmbito urbano quanto no rural.
-

Após esta primeira fase, esta política estaria gerindo e monitorando as atividades ligadas à mineração no município, onde a AMA (Autarquia Municipal do Ambiente) deveria exercer as seguintes funções:

- Controle sistemático da produção de cada um dos pontos de extração mineral;
- Fiscalização e monitoramento das medidas de recuperação ambiental apresentadas no Plano de Recuperação Ambiental, oficial, de cada uma das atividades de extração mineral do município;
- Monitoramento das medidas de contenção dos focos de erosão do município, tanto no âmbito urbano quanto no rural;
- Projetos de urbanização em pedreiras desativadas na área urbana;
- Levantamentos quanto a localização e situação do patrimônio espeleológico do município, além da elaboração de planos de manejo para as mesmas visando a preservação e/ou liberação para o desenvolvimento de pesquisas, ecoturismo, atividades educacionais e culturais.

Aspectos hídricos

Em Londrina existem duas alternativas de fontes hídricas para abastecimento humano que devem ser consideradas quando se fala em captação e utilização de recursos hídricos. Em geral as análises das potencialidades do município caminham em duas direções.

A primeira opção a ser analisada é a do Aquífero Botucatu. Constitui o maior reservatório de água potável do continente, sendo chamado de “Aquífero do Mercosul”, dada a extensão e potencialidade. Estas características estão relacionadas à natureza litológica, arenitos permeáveis, que facilitam a recarga e filtragem da água.

Na década de 1980, houve na cidade uma intensa discussão sobre a viabilidade da utilização dos potenciais do aquífero para abastecer Londrina e região. Após diversas pesquisas, a comissão de análise para o abastecimento de Londrina considerou viável sua utilização em contra proposta à utilização da água do rio Tibagi. Por muitos considerado poluído com resíduos de DDT e outros agrotóxicos proveniente da intensa agricultura que se pratica em boa parte de sua extensão.

Foram analisados neste período os dados obtidos de um furo guia executado na região sul da área do município, onde a vazão encontrada foi de 80 litros por segundo para uma profundidade de 1000

metros, aproximadamente. A vazão foi considerada pequena, mas o que inviabilizou a captação para fins de abastecimento naquele momento, foi o teor de flúor contido na água, que apresentou 13 miligramas/litro de água.

Esta situação poderia ser revertida através da diluição em água captada no sistema Três Bocas e, por outro lado, diminuiria a necessidade de colocação de flúor no tratamento da água para distribuição. Posteriormente foi executada outra prospecção, com outra finalidade, cuja vazão encontrada foi maior, em menor profundidade e com o teor de flúor em níveis aceitáveis para consumo.

Mas a proposta adotada pelo Governo Estadual foi a do chamado Projeto Tibagi. Além das ressalvas e críticas de boa parte da sociedade organizada esta proposta era muito mais cara devido, em parte, à grande distância da coleta e à necessidade de adutoras para trazer a água até o sistema de tratamento. Fundamentalmente a sociedade questionava se este sistema de tratamento poderia garantir a total qualidade da água, principalmente se seria capaz de eliminar os resíduos de agrotóxicos existentes nas águas do Rio Tibagi.

Além da Formação do Aquífero Botucatu, em segundo lugar, a que mais se destaca com potencial para abastecimento regional, é a Formação Serra Geral, nas áreas onde sua litologia encontra-se fraturada. A vazão média encontrada ali é de cerca de 15 litros/segundo, para uma profundidade de 100 a 200 metros, aproximadamente. Verificação feita nos vários poços existentes no município e utilizados para a captação de água para uso humano e animal. Estes poços na sua quase totalidade situam-se em basaltos da referida formação.

No tocante aos poços artesianos, a perfuração indiscriminada tem gerado preocupação, uma vez que pode colocar em risco o sistema hídrico. Para a utilização das reservas hídricas subterrâneas faz-se necessário um maior rigor, principalmente quanto a pesquisa e sua exploração, devendo-se promover maior racionalização destas perfurações; tendo em vista as potencialidades e limites de exploração.

Com o objetivo de se diagnosticar a real situação dos recursos hídricos do município, em 1995 o IPPUL propôs uma série de ações que visavam promover a utilização racional dos recursos naturais, destacando-se, questões de cunho técnico e ou econômico como demonstrado nos itens que seguem:

- Levantamento e cadastramento hidrogeológico contendo o mapeamento dos poços artesianos, semi-artesianos, fontes hidrominerais existentes (inclusive desativados) e das áreas de recarga do município, contendo informações quanto a profundidade, vazão e características;
- Cadastramento e fiscalização das empresas que atuam no município, nessa área de abrangência (perfuração, captação e manutenção de poços artesianos e semi-artesianos) para o monitoramento da prática de relação explorativa destes recursos. Será essencial para o cadastramento, a verificação da autorização do órgão competente, conforme características e objetivo do poço, bem como o plano de recuperação ambiental, aprovado, para o melhor monitoramento da atividade;
- Monitoramento e fiscalização das atividades de exploração de água no município;
- Disciplinar a perfuração de poços, para os quais deverá se formular parâmetros específicos para a região.

Para que o controle da perfuração dos poços, com parâmetros específicos e controle se efetive foi sugerida a criação de uma Comissão Municipal de Gerenciamento Hídrico. Que teria como objetivo direcionar as políticas hídricas no município. A Política Municipal de Recursos Hídricos deveria se desenvolver de acordo com critérios específicos da área, e teria como objetivo principal garantir que a água, entendida como essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem estar social, pudesse ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, inclusive para abastecimento estratégico, atendendo aos seguintes princípios:

- Gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteóricas, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
- Adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
- Reconhecimento do recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada; observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades das bacias hidrográficas;
- Rateio do custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;
- Combate e prevenção das causas e dos efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;
- Compensação, por áreas afetadas por inundações, resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos;

- Compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.

Todos estes princípios deveriam gerar diretrizes e instrumentos para a Política Municipal de Recursos Hídricos, que seriam regulamentados através de legislação a ser criada.

Entretanto, desde a propositura destas intervenções em 1995, nada foi realizado de efetivo para a implantação destas políticas. Na verdade ocorreu o contrário, houve uma intensificação de denúncias de poluição das águas dos mananciais no município, com ocorrência de manchas de óleo, lixo industrial, assoreamento etc.. A única atuação efetiva ocorreu por parte do Ministério Público, através da Promotoria do Meio Ambiente, que procurou identificar e punir os infratores. Por ora não serão abordadas estas atividades que deverá ser feita em capítulo específico.

Hidrografia (Rede de drenagem)

Londrina possui uma boa rede de drenagem, bem distribuída em toda a extensão do município, que lhe garante um ótimo escoamento das águas pluviais, sendo raro ou inexistentes os problemas com enchentes. Os rios são perenes e dispostos, em sua grande maioria, na direção e sentido oeste-leste pois escoam por sobre o relevo que possui esta orientação genérica na margem esquerda do rio Tibagi.

Todo o complexo hidrográfico de Londrina está ligado à bacia Platina, e se dispõe deste modo: as nove bacias hidrográficas (ou sub-bacias) e os outros vários pequenos cursos hídricos formam a rede de drenagem londrinense. Deságuam diretamente no rio Tibagi. Fazendo portanto parte desta bacia que por sua vez liga-se às bacias do rio Paranapanema, do rio Paraná e finalmente à bacia Platina.

Quadro 4 - Bacias hidrográficas de Londrina (em área ocupada do município)

BACIA HIDROGRÁFICA	ÁREA (Km ² aproximado)	RIO PRINCIPAL (Extensão - Km)
Jacutinga	241	32
Limoeiro	51	16
Três Bocas	545	61
Marrecos	85	15

Apertados	350	66
Taquara	973	83
Barra Funda	110	21
Apucarantina	89	32
Apucarana	30	14
Rio Tibagi ¹⁰	1.716	80

Fonte: Plano Diretor 1995 – IPPUL

Na porção norte do município os cursos hídricos são mais retilíneos pois ali há um relevo mais aplainado que na região sul, onde o relevo é mais acidentado com declives de até mais de 40°.

Nas áreas onde ocorrem a primeira situação, esta característica morfogenética tem apresentado maior ocorrência de assoreamento dos leitos, principalmente naqueles submetidos à urbanização circunvizinha intensa, ou à atividade agrícola dinâmica, sem a presença de mata ciliar, como exemplo característico pode-se citar o Ribeirão Lindóia.

O rio Tibagi é o principal rio do município percorrendo uma extensão aproximada de 80 Km na área municipal, e passa por vários outros municípios antes de atingir a cidade de Londrina que se encontra na porção à jusante de sua bacia hidrográfica - conhecida como Baixo-Tibagi.

Estudos recentes evidenciaram a importância da bacia no sistema continental. Ela é uma das duas áreas de confluência de ecossistemas do continente sul americano, sendo que a outra é o Vale do Ribeira, além de ser uma área de transição geológica, pedológica e climática.

Esta bacia encontra-se bastante alterada em termos de características ecológicas naturais quando atinge a área de Londrina, devido às intensas atividades agro-industriais e urbanas que são praticadas no âmbito de toda a bacia.

O rio Tibagi é fundamental em todo o processo econômico da região norte do Paraná, como exemplo mais imediato pode-se citar a agricultura que é praticada em toda sua extensão. Além disso, existem vários projetos de geração de energia através de usinas hidroelétricas a serem construídas pela

¹⁰ A extensão total do rio Tibagi é de aproximadamente 540 KM.

COPEL (Companhia paranense de energia elétrica). Estas construções certamente afetarão diretamente o município de Londrina e as populações indígenas que vivem às margens do rio. Estão projetadas atualmente duas usinas: Usina Hidroelétrica Jataizinho e Usina Hidroelétrica Cebolão.

Especificamente no território municipal a maior bacia hidrográfica é a do rio Taquara, com quase 1.000 Km² de área, localizada porção central do município. Em seguida vem as bacias Três Bocas (545 Km²) e Apertados (350 Km²), a penúltima é uma das mais importantes, pois é ela quem se liga diretamente à área urbana da sede administrativa da cidade, e a última por conter o Parque Estadual da Mata dos Godoy, um dos últimos remanescentes da mata original da região.

Das bacias hidrográficas que compõem o município apenas duas tem seu curso inteiramente no território de Londrina: a do ribeirão das Marrecas e a do ribeirão Barra Funda. Somam-se a elas também os pequenos cursos de água.

As outras bacias estão parcialmente compreendidas dentro de municípios vizinhos, seja à montante (bacias do Jacutinga, do Três Bocas, do Taquara, do Apucarantina e do Apucarana) seja à jusante dos cursos hídricos (bacia do Jacutinga, do ribeirão do Engenho de Ferro, do ribeirão Limoeiro e do rio Apucarana).

O processo de gestão e disciplinamento das atividades hídricas têm importância fundamental para o aproveitamento racional dos mesmos. Devido à disposição intermunicipal dos rios utilizados pelo município, qualquer iniciativa no sentido de estabelecer um processo de gerenciamento dos recursos hídricos deve ser feita em consonância com os demais municípios da região.

Quanto à qualidade ambiental da água, é importante destacar que os principais cursos hídricos que atravessam o município de Londrina estão comprometidos pois nascem em áreas urbanas, e sofrem todo o tipo de agressão como: redução da mata ciliar, despejo de esgoto clandestino, assoreamento, despejo in natura de esgotos colhidos pela SANEPAR ou com baixos índices de tratamento dentre outros.

A área urbana do município de Londrina é cortada no sentido oeste-leste, por diversas bacias e sub-bacias que organizam de forma marcante todo o espaço urbano, e seus entornos, impondo divisões naturais na geografia política e social do município, de norte para sul têm maior relevância os ribeirões

Jacutinga, Lindóia, Limoeiro, Cambé, Quati, os Córregos Bom Retiro, Água das Pedras, e também o Ribeirão Esperança e Ribeirão Cafezal que formam os lagos Igapó I, II, III e IV.

O curso dos ribeirões e riachos criaram por toda a cidade os chamados fundos de vale. Elemento natural fundamental para o escoamento de águas pluviais e que compõem a paisagem natural de Londrina e são considerados um dos maiores patrimônios ambientais do município. Entretanto, muitos deles, foram transformados em locais de lançamento não só de resíduos líquidos, mas também de sólidos (domésticos, industriais, construção civil, etc.). Além de terem características morfogenéticas alterados por aterros de toda natureza, inclusive por iniciativa do poder público, como resultado do intenso processo de urbanização, também são alvos fáceis de invasões e assentamentos pela população desabrigada.

Outro grande problema dos fundos de vale é a atividade agrícola desenvolvida em vários locais. Não é necessário dizer que estas áreas são inadequadas pois além da inclinação ser muito grande e da conformação e composição do relevo, há o processo de desmatamento expondo mais ainda os cursos hídricos ao processo de assoreamento. Apesar do conhecimento destes fatos em alguns locais as plantações avançam para dentro dos corpos hídricos.

Relevo

Podemos dividir o relevo do município de Londrina em duas grandes áreas conforme a inclinação das suas vertentes: na parte centro-sul predomina um relevo mais acidentado e com uma variada constituição litológica, com áreas bastante inclinadas, quando se compara à porção centro-norte, que possui um relevo mais suave e ondulado com vertentes menos inclinadas.

A área urbana da sede do município distribui-se, em grande parte, por locais considerados como planos (topos e divisores de águas com declividades entre 0 e 10°), embora locais com declividades mais acentuadas também já estejam hoje bastante ocupados (áreas com declividade de até 30°).

A urbanização da área sede do município desenvolveu-se com notável velocidade em direção norte, leste e noroeste, onde podem ser encontrados nos locais de relevo suave ondulado e de pequena inclinação. A porção sul entretanto, tem na elevada inclinação de seu relevo limites claros em termos de ocupação urbana, ali a inclinação das vertentes gira em torno dos 30° e em certos locais acima até de 45°.

mas como são áreas mais baratas e de pouco interesse comercial, são alvo de freqüentes invasões e ocupações.

Pedologia (Solos)

Os solos do município de Londrina sempre foram objeto de propaganda, desde o início da ocupação pela CTNP na década de 1930. De maneira genérica, eles apresentam de média a alta fertilidade natural. Os solos mais férteis como a Terra Roxa, predominam na porção centro-norte do município. São bastante profundos atingindo até 1,50m de espessura, em alguns locais chegam até aos 10m como o Latossolo Roxo.

Os solos mais rasos e mais pobres são encontrados na porção centro-sul do município restringindo o desenvolvimento de atividades agrícolas. Em alguns locais desta região são encontradas características pedológicas com áreas de baixa compactação e pedregulhos o que favorece a ocorrência de erosões.

De maneira geral, Londrina é dotada de um bom potencial agrícola, sobretudo na porção médio-norte, é importante ressaltar que a ocupação habitacional deu-se sobre os solos mais ricos inviabilizando sua utilização para a agricultura. Na porção médio-sul, as práticas agrícolas devem estar assessoradas por técnicos que precisam levar em consideração um conhecimento detalhado dos tipos de solos e as condições particulares de suas áreas de ocorrências, caso contrário a degradação dos mesmos torna-se imediata.

Vegetação

O intenso processo colonizador, mudou radicalmente a configuração da cobertura vegetal do Paraná, muito pouco do que existia foi preservado. As atividades agrícolas e a intensa urbanização imprimiram um cenário completamente alterado do que existia em meados do século XIX.

Até no início do século XX, o estado do Paraná contava com cerca de 90% de seu território coberto por formações vegetais florestais, a porção norte do Estado possuía praticamente toda a extensão de suas terras cobertas por uma exuberante formação florestal (Mata Pluvial Tropical e Subtropical dos Planaltos do Interior).

A Mata que recobria a região de Londrina era formada por uma enorme variedade de gêneros e espécies de vegetação, sendo muitas de grande valor econômico, principalmente para o setor madeireiro, como a Peroba, a Figueira Branca, o pau-d'alho, o Pinheiro do Paraná, etc. Outras espécies também dominavam em tal formação florestal.

A presença da mata nativa em Londrina pode ser encontrada em locais pontuais, apenas como resquícios da exuberante formação vegetal existente. Talvez devido ao baixo valor da terra ou ao solo menos favorável à agricultura, é na porção centro-sul que podem ser encontrados de forma mais representativa, os últimos remanescentes da mata como na bacia do ribeirão dos Apertados. A Mata dos Godoy (Reserva Florestal Estadual), localizada entre os Distritos do Espírito Santo e São Luiz, e as matas pertencentes à Reserva Indígena do Apucarantina, que ficou sob responsabilidade do município de Londrina, quando da emancipação do município de Tamarana, localizada à sudeste do município. Constituem-se nos principais testemunhos da vegetação natural outrora existente da região.

Existem outras formações florestais de menor porte encontradas dentro de propriedades particulares que podem ser citadas, tais como: Mata do Ceará (Fazenda Nossa Senhora de Fátima), Mata dos Tigres, Mata Mortari, Mata Jaboticabal, Mata Jaime Canet, Mata do Barão, Mata da fazenda Guairacá, Mata de Ivo Leão, Mata do Rebojo, etc. Estas formações florestais apesar de estarem no âmbito do município ainda não foram totalmente levantadas, cadastradas e catalogadas.

A cobertura vegetal na área urbana de Londrina, em termos percentuais para a totalidade do perímetro urbano, representa um índice de áreas verdes por habitante satisfatório. Em cálculo realizado em 1991, chegou-se ao índice de $39,67 \text{ m}^2/\text{habitante}$ ¹¹, bem acima dos $12 \text{ m}^2/\text{habitante}$, recomendados pela ONU. Para este cálculo considerou-se como áreas verdes todo o extrato arbóreo localizado no perímetro urbano, que totalizou $14.085.510 \text{ m}^2$ para uma população urbana de 355.062 habitantes. Hoje a estimativa oficial é de 30 m^2 quadrados por habitante. Embora o percentual seja alto, estas áreas encontram-se mal distribuídas.

Tais áreas localizam-se sobretudo na porção centro-sul da área urbana e são representadas principalmente pelo parque Arthur Thomas, Mata da Universidade, jardins/parque em volta do lago Igapó,

¹¹ Talvez este número seja um pouco exagerado, pois há um outro índice que apresenta um número mais modesto cerca de 22 metros quadrados por habitante ou mais precisamente 7.711.227 metros.

Mata do ribeirão Cambé, matas, galerias e de nascentes dos cursos hídricos e bosque Central (praça Marechal Cândido Rondon).

Seguindo a tradição de dizimar toda a cobertura vegetal para o aproveitamento econômico, a zona rural de Londrina esta praticamente desprovida de reservas florestais. Deste modo, não há a formação de micro climas, fazendo com que se formem condições climáticas desagradáveis na área urbana e rural. Os técnicos acreditam ser imperativo a implantação de espaços verdes nas áreas rural e urbana, visto se constituírem numa necessidade para a atenuação de problemas atmosféricos.

O intenso processo de ocupação do solo para habitação, principalmente no seu centro, gerou por um lado grandes superfícies impermeabilizadas, e de outro, na zona rural as intensas atividades agrícolas expuseram grandes extensões de solo direto à radiação solar e outros fenômenos meteorológicos, que alteraram os processos físicos, principalmente na baixa atmosfera no que concerne ao balanço energético e ciclo hidrológico.

A falta de cobertura vegetal tem causado anomalias, que se refletem principalmente no clima da região, inclusive com a ocorrência de Ilhas de Calor e Ilhas de Frescor de magnitude elevadas. Além de baixa umidade relativa do ar, resultando em desconforto térmico ainda maior.

Para minimizar as condições climáticas desagradáveis e insalubres na área urbana de Londrina, foram propostas em 1995 a ampliação dos espaços verdes atuais e a implantação e/ou recuperação de outros, como segue:

a) Parques públicos metropolitanos

Espaços verdes de lazer, de frequência episódica, mais comumente em fins de semana. Tendo como pontos estratégicos para a criação destes a zona de conurbação entre Londrina, Cambé e Ibiporã e como extensão sugerida a do atual parque Arthur Thomas que conta com aproximadamente 44 hectares.

Estes espaços seriam implantados entre as áreas urbanas de Londrina e Cambé, com a função de reduzir as amplitudes térmicas e higrométricas da área e circunvizinhanças, com o objetivo de influenciar na atenuação do transporte de calor produzido sobre as superfícies rurais para a cidade. E

também com a função fundamental de manutenção hidro ecológica das várias bacias que nascem nesta região, como os ribeirões Jacutinga, Lindóia e Cambé.

É freqüente a ocorrência de ventanias que podem atingir, normalmente, altas velocidades, colocando a área urbana em risco. A implantação de barreiras vegetais desempenhariam um papel fundamental na prevenção de desastres naturais. Estas barreiras não necessitam de extensão contínua, podendo ser plantadas em blocos esparsos, porém compactos, tendo como primeira função a de oferecer resistência aos ventos superficiais, diminuindo suas velocidades; como segunda função, barreiras atenuariam o efeito dos gases e partículas poluentes, emitidas por atividades desenvolvidas no pólo industrial a ser instalado na região norte, e que serão transportados pelos ventos superficiais diretamente para a área urbana.

Finalmente é proposta a ampliação da área do Parque Arthur Thomas. Mas esta proposta esbarra em um aspecto óbvio: a região em que se situa o parque é uma das mais urbanizadas da cidade e para que houvesse ampliação seriam necessárias várias desapropriações.

b) Parques públicos municipais:

Teriam menor extensão que os parques metropolitanos e seriam distribuídos em vários pontos da área urbana de Londrina principalmente nos limites entre o urbano e o rural. Desempenhariam no entanto a mesma função do anterior, porém a área de influência é pontual, dada a pequena dimensão. Tem também o objetivo de, por causa da maior proximidade com a população, gerar uma freqüência cotidiana da população vizinha.

c) Praças e jardins públicos:

Desempenham também a mesma função das áreas anteriores, porém em dimensões ainda menores, e distribuídos por toda a malha urbana. Na proposta apresentada eles seriam criados nos espaços vazios atuais, e deveriam contar nos loteamentos a serem aprovados ou substituindo edificações desativadas.

Para a área central de Londrina, em função da dificuldade de implantação de novas áreas verdes tendo em vista a maior densidade de edificações, a sugestão encaminhada foi a implementação de uma política que visasse a melhoria da arborização de ruas, quintais e praças públicas.

Questão à parte nesta discussão é a situação dos fundos de vales, principalmente os que cortam a área urbana de Londrina, que são compostos pelas seguintes bacias e sub-bacias:

- Ribeirão Jacutinga, no extremo norte da área urbana;
- Ribeirão Lindóia, também a norte da área urbana;
- Ribeirão Quati, tributário do Rib. Lindóia, na mesma região;
- Córrego Água das Pedras, também tributário do Rib. Lindóia, porém localizado a leste da área urbana;
- Ribeirão Limoeiro, também a leste da área urbana;
- Ribeirão Cambé, que nasce a oeste da área urbana, na divisa com o município de Cambé, e corta toda a extensão da cidade, ao sul de seu centro. É o corpo d'água que forma os Lagos Igapós I, II, III e IV;
- Ribeirão Esperança, tributário do Rib. Cafezal, localizando-se a sudoeste;
- Ribeirão Cafezal, também situado a sudoeste e tributário do Ribeirão Três Bocas;
- Ribeirão Três Bocas, localizado no extremo sul da área urbana da sede do município.

Embora o município conte com uma legislação específica, elaborada por Júlio Prestes na década de 50 e atualizada durante os anos seguintes, lei de zoneamento vigente classifica estas áreas como Zonas Especiais de Preservação, conforme parâmetros do Código Florestal e Lei de Uso do Solo, ambas federais, o que se observa nestas áreas é um estado de degradação de suas condições normais.

Em quase toda a extensão urbana, observa-se a inexistência de mata ciliar, ou quando esta aparece sua extensão não recobre o mínimo necessário à proteção dos corpos hídricos e à alimentação da fauna. Observa-se que não há um manejo por parte do poder público que relegou estas áreas públicas ao completo abandono e a usos impróprios para a sua finalidade específica. Os problemas relacionados são inúmeros, vão desde ao uso inadequado do solo e agressões ao meio ambiente, que passam por desmatamento, aterramento e disposição de resíduos sólidos e líquidos de toda natureza (principalmente de lixo, entulho, e esgotos domésticos e industriais), até invasões pela população desabrigada.

Esta deterioração dos fundos de vale apontam para a necessidade de uma intervenção mais efetiva, e que objetive realmente a recuperação destas áreas degradadas, resgatando-lhes o prestígio dentro

do conjunto urbano-ambiental, e não mais como áreas de descarga de esgoto, disposição de lixo e entulho e/ou áreas socialmente discriminadas.

A Legislação de Uso do Solo proposta pela administração em 1995, denomina estas áreas como Zona Especial 4 (Zona Especial de Fundo de Vale e de Preservação ambiental). Tem por objetivo garantir a conservação e a recuperação das mesmas, na tentativa de melhorar o meio-ambiente, seja ele urbano ou rural, degradado ou preservado.

Entretanto o que se observou após um pequeno período de tentativa de manejo, foi novamente o abandono destas áreas. E nos últimos anos quatro anos (1996 a 2000) o processo de assoreamento foi ampliado a ponto de se observar no Lago Igapó a formação de pequenas ilhas, que encantam a população, mas que, tem a sua origem vinculada à intensa degradação ambiental dos fundos de vale.

Além disso, conforme a localização e situação dos fundos de vale, o município propôs um tipo de intervenção a ser efetuada, através de projetos específicos, que norteariam a criação dos chamados Parques Lineares ou Contínuos, que tinham como objetivos principais a proteção da flora e da fauna, além de ações educacionais, recreativas e científicas.

Embora criados formalmente estes parques na prática nunca chegaram a existir. Para se Ter uma idéia o primeiro parque foi criado através do Decreto Municipal nº 365/95. Na proposta inicial seriam criados outros três Parques Lineares, cujos projetos ambientais de aptidão e uso, estavam sendo elaborados pela AMA - Autarquia Municipal do Ambiente, dentre eles: os dos Ribeirões Lindóia e Quati e Córrego Água das Pedras, respectivamente os cursos de água que se encontram em maior estado de degradação ambiental, e que causam maior impacto sobre a população.

Clima

Londrina está localizada numa região de transição climática entre os climas intertropicais e equatoriais ao norte (clima tropical úmido com chuvas de verão), e por sistemas extra-tropicais ao sul (clima tropical de altitude com verão fresco). O tipo climático de Londrina pode ser definido como sendo clima subtropical úmido sem estação seca e verão quente.

Juntamente com a dinâmica atmosférica regional, outros fatores contribuem para a determinação do clima local como a posição latitudinal da área; o limite sul da trajetória aparente do sol sobre o planeta – o trópico de Capricórnio, que passa sobre a Mata dos Godoy. As baixas cotas altimétricas do relevo do município (de 400m a 700m), sua posição no continente que intensifica as amplitudes térmicas e hidrométricas e o intenso desmatamento para atividades agrícolas que alteraram tanto o balanço de energia quanto a dinâmica da atmosfera regional e local.

Regime térmico

Dados relativos aos últimos trinta anos demonstram que a temperatura média observada em Londrina 21°C, o que confirma sua característica de clima do tipo subtropical fresco, que possui médias térmicas situadas entre 18°C e 22°C. A temperatura média das máximas situa-se em torno de 27°C e a média das mínimas em torno dos 15,5°C.

Nos meses mais quentes do ano as temperaturas absolutas do ar podem atingir 40°C, estes são os meses de totais térmicos mais elevados e ocorrem freqüentemente na estação de verão, principalmente entre dezembro, janeiro e fevereiro, que coincidem com o solstício de verão sobre a área. Nos meses mais frios, junho e julho, coincidem com o solstício de inverno, as temperaturas podem atingir valores negativos como aquele ocorrido em 18/07/1975 quando a temperatura foi de -3,5°C.

Comumente julho é considerado o mês mais frio do ano sendo também o mês de maior incidência de geadas na área, principalmente na porção sul do município.

Quanto às tendências climáticas, tem havido uma elevação das médias máximas de temperatura o que aponta para o aquecimento do clima em Londrina.

Regime pluviométrico

Nos últimos trinta anos, a média pluviométrica observada na região de Londrina foi de 1609mm. E a distribuição das chuvas apresentou-se bastante irregular no período observado, pois alguns anos secos (1962, 1963, 1966, 1967, 1968, 1979, 1984, e 1985 com totais em torno de 1.100mm) e

apresentaram bastante contrastados com anos muito úmidos (1965, 1972 a 1976 e 1980 com aproximadamente 2.200mm cada). Os técnicos apontam que a participação do El Niño no clima local foi bastante evidente quando se observa a elevação dos totais de pluviosidade da área, enquanto a do anti-El Niño o foi nos anos de queda, fatos que evidenciam a participação do fenômeno na determinação dos climas da área.

Os maiores índices de precipitação do ano ocorrem nos meses de dezembro e janeiro que possuem médias acima de 220mm. Há ainda o registro de alguns episódios extremos, onde as precipitações pluviométricas diárias atingiram taxas de até 120mm como em 03/10/1972, 09/03/1977 e 24/11/1991. Já os menores índices pluviométricos ocorrem no mês de agosto, e estes situam-se em torno dos 60mm.

Um fenômeno bastante comum na região de Londrina é a ocorrência de períodos de estiagem durante a estação chuvosa, que vai de setembro a abril, chamados de veranicos, estes períodos que podem durar até quinze dias, registram índices totais pluviométricos que podem atingir a 0mm. Sua ocorrência altera significativamente o clima da região a incidência direta dos raios solares e queda de umidade, aumenta a sensação de desconforto .

Quando foram analisadas as tendências pluviométricas, o período estudado revelou que o clima da região tem sofrido uma elevação das médias anuais de temperatura. As chuvas têm se apresentado mais concentradas em meses, dias e horas, desta maneira a tendência pluviométrica concentrada, associada à ocorrência de térmicas (aquecimento) apontam para um pequeno ressecamento do clima da cidade.

Disponibilidade hídrica

A disponibilidade hídrica de Londrina tem um excedente em todos os meses do ano de cerca de 550mm médio anual. Os extremos negativos ocorrem no mês de agosto - o mais seco, com balanço hídrico igual a 0 (zero) e no de janeiro - o mais úmido, que apresenta um excedente de 95mm.

Ventos

Como vimos no item 'Vegetação' há uma preocupação quanto à incidência de ventos no município. A disposição nordeste-norte-noroeste da porção jusante da bacia hidrográfica do rio Tibagi, onde Londrina se situa, direciona o deslocamento dos ventos de superfície que ali chegam nas direções de leste e nordeste e apresentam uma velocidade média de 2,6 m/s.

A localização de Londrina sob o trópico de Capricórnio e, as baixas cotas altimétricas do município possibilitam um intenso fluxo de sistemas atmosféricos de altas e baixas temperaturas. O embate de tais sistemas atmosféricos e/ou das frentes, produz intensificação na velocidade dos ventos, podendo os mesmos atingir velocidades acima de 120 km/h (acima de 45 km/h são considerados de tempestade).

Em tais condições, registradas principalmente nas estações de primavera e verão, os ventos mudam genericamente de direção, passando a soprar de oeste e sudoeste. O IAPAR/Londrina (instituto agrônômico do Paraná) tem registrado a passagem regular de tais ventos pelo município. Observou-se que a grande maioria não atinge as áreas urbanas.

O Clima urbano de Londrina

A área de expansão urbana de Londrina possui um representativo espaço artificial, que hoje atinge aproximadamente 120 Km², se levarmos em consideração as áreas urbanas dos municípios de Cambé e Ibiporã a área urbana aumenta significativamente.

A elevada impermeabilização do solo causada pela urbanização; a conseqüente alteração do balanço de energia na cidade o ciclo hidrológico local, devido às extensas superfícies impermeabilizadas urbanas; e, como vimos, a pequena extensão de áreas verdes intra-urbanas, têm aumentado alguns aspectos já observados no clima regional; como as elevadas amplitudes termo-higrométricas no interior da cidade. Este aspecto deve constituir o mais importante aspecto a ser abordado no planejamento da expansão urbana pela prefeitura.

A alta densidade de edificações residenciais e comerciais, principalmente na área central, é acompanhada pela concentração de equipamentos urbanos. O funcionamento desses equipamentos,

principalmente maquinarias liberam grande calor ao ambiente e, por consequência acentuam o aquecimento da cidade. No verão, isto fica mais evidente pois, para atenuar o típico calor sazonal, os aparelhos de refrigeração do ar são utilizados ao máximo. A densidade demográfica desta área, a maior da cidade, também influencia no seu aquecimento.

As ruas relativamente estreitas do centro da cidade, ladeadas por paredões de edifícios ajudam a concentrar o calor e a poluição liberada pelos automóveis, notadamente em situações de tempo com ventos calmos.

A escassez de espaços verdes na porção centro-norte da área urbana de Londrina é um dos principais fatores da formação de condições climáticas de desconforto térmico. A criação de superfícies úmidas teria dupla função nesta área, uma vez que além da recreação e lazer da população, influenciaria em uma melhor umidificação atmosférica, permitindo consideráveis melhorias nas condições de vida, pois atenuariam os efeitos da continentalidade climática regional.

A ocupação espacial desordenada e sem parâmetros de equilíbrio, gerou uma porção sul com melhor qualidade ambiental que a norte, embora a última tenha uma maior concentração demográfica.

Tendo em vista a direção predominante dos ventos (vindos de leste-norte-nordeste), deve-se observar o local de instalação de atividades industriais que emitem fumaça, gases ou partículas de qualquer natureza, que fiquem em suspensão na atmosfera. As empresas localizadas a sudoeste da área sede do município, afetam bem menos a qualidade de vida da população, pois os resíduos poluentes por elas lançados atingem a aglomeração urbana de forma menos intensa, deslocando-se diretamente para áreas menos adensadas.

Conforme suas finalidades das edificações há a recomendação de que elas devem observar sua posição em relação ao relevo, bem como atentar para a questão da insolação. Para os locais destinados à construção de hospitais, creches, escolas, asilos, orfanatos, etc., estabelecimentos que concentrem grande contingente de população, deve-se escolher vertentes com orientação genérica norte, pois são mais aquecidas que aquelas voltadas em outras direções. Da mesma maneira, não se deverá permitir a construção de edifícios elevados no lado norte e muito próximos a tais tipos de estabelecimentos já construídos, para não causar sombreamento no período de inverno sobre os mesmos.

Há na área urbana de Londrina a formação de ilhas de calor de consideráveis magnitudes que atingem, em alguns casos, 10°C a 13°C principalmente em noites de verão. No inverno, o elevado sombreamento de alguns pontos, tem atestado a ocorrência de Ilhas de Calor (9°C e 10°C) e Ilhas de Frescor (-7,4°C) de magnitudes elevadas, além de baixa umidade relativa, causadora de considerável desconforto térmico e a ocorrência de doenças do aparelho respiratório sobretudo em crianças e idosos.

Tais ilhas térmicas têm sido observadas sobretudo nos locais mais elevados do relevo onde a densidade de edificações é mais intensa. Fato contrário ao observado naqueles onde a vegetação é mais exuberante. Sobre estes locais (parque Arthur Thomas, lagos Igapós e áreas verdes circundantes (parques) e o bosque Central - praça Marechal Cândido Rondon) têm se formado ilhas de frescor urbano que podem atingir diferenças de até 8°C, inferior às áreas mineralizadas ou de solos secos e nus que circundam a cidade.

Outro fator importante na determinação e na formação do clima urbano de Londrina é a exposição das vertentes do relevo local. Os locais que se apresentam expostos em direção genérica sul configuram-se como os de menor aquecimento durante todo o ano, sobretudo na estação de inverno, pois o fluxo de calor sobre os mesmos é bastante reduzido em relação àqueles expostos em direção genérica norte, que são os mais aquecidos.

Os ventos de superfície também têm importante participação na configuração climática urbana pois intensificam as trocas de calor e umidade entre os diferentes locais. Deste modo, a ausência de áreas verdes no entorno da cidade e a intensa atividade agrícola com duas safras anuais deixam os solos nus em duas épocas do ano. Em tais condições eles se aquecem muito quando secos e sob radiação solar direta, podendo atingir até os 48°C na superfície. Os ventos ao soprarem sobre os mesmos e indo em direção à cidade, levam consigo mais calor para a já elevada a temperatura do ar. Quando sopram em direção contrária, de locais úmidos e cobertos por vegetação, levam frescor para outros locais diminuindo os totais térmicos dos mesmos.

Quanto aos ventos de superfície a área urbana de Londrina apresenta alguns locais que podem ser considerados como “áreas de risco” ante aos fortes vendavais que comumente ocorrem nesta região. Entre eles os locais mais elevados da cidade encontram-se expostos a correntes de ventos de superfície e se constituem em anteparo à velocidade dos mesmos, pois a cobertura florestal que naturalmente desempenha este papel é rara e pontual no âmbito regional.

O modo de colonização da região implantou as cidades sobre os divisores de água e a urbanização desenvolveu-se principalmente sobre os mesmos. As áreas consideradas de risco aos fortes vendavais encontram-se exatamente nestes locais.

Fatores Naturais e legais limitantes ao desenvolvimento urbano e ao planejamento ambiental

A localização concentrada na parte norte do município de Londrina, impõe alguns limitantes políticos, legais e naturais para a futura expansão da urbanização. Todavia o condicionamento imposto por tais fatores não significa impossibilidades no que concerne a expansão urbana londrinense. Significa exclusivamente que em alguns locais a urbanização irá requerer maior investimento por parte do poder público e da iniciativa privada; uma vez que se desenvolvida, poderá estar localizada em locais sujeitos a deslizamentos, impactos de vendavais, erosão, poluição hídrica, poluição atmosférica, etc.

Os fatores identificados como condicionantes à expansão urbana de Londrina são:

Fatores políticos (fronteira administrativa municipal).

A área urbana atual da sede de Londrina encontra-se conurbada com as áreas urbanas das cidades de Ibiporã e Cambé, formando o que se denominou Área Pré-Metropolitana de Londrina. Em tais condições observa-se um claro limite político-administrativo da atual sede do município nas seguintes direções:

- Para leste-nordeste (Ibiporã), restam poucos espaços destinados à ocupação em direção à fronteira entre Londrina e Ibiporã;
- Para norte; a atual área urbana já se encontra nos limites do município de Sertãozinho. Exceção é feita na porção localizada à noroeste, especificamente no âmbito do distrito de Warta, que apresenta boas possibilidades para a expansão urbana;
- Para noroeste-oeste, a conurbação já se desenvolveu de forma intensa com a sede urbana do município de Cambé.

Existe, entretanto, a possibilidade de driblar estes limites político-administrativos se se apostar na implemetação da área metropolitana¹² Londrina-Cambé-Ibiporã. Dentre as vantagens apresentadas, pode-se citar a questão do manejo ambiental, que ficaria facilitado em função do aumento da abrangência dos poderes dos órgãos ambientais.

Fatores legais.

Existem inúmeros fatores jurídicos que se conectam com os aspectos relativos à ocupação e uso do solo. Como limitante à expansão da área urbana de Londrina, a Lei Federal n.4.771 de 1965 que institui o Código Florestal Brasileiro, pode ser citada como uma delas.

O mapeamento dos parâmetros legais foi definido por esse código como local de recuperação ou preservação ambiental, principalmente com áreas verdes, devido à grande importância das mesmas na manutenção e melhoria da qualidade ambiental.

As áreas que apresentam tal característica são: os topos do relevo, os locais com declividades de vertentes superiores a 45°, as nascentes dos cursos hídricos e os 30 ou 50 metros de matas galerias ao longo dos rios.

Limitante também, com relação a ocupação urbana, são os recuos necessários à proteção dos recursos hídricos, principalmente no extremo norte da área urbana, nas áreas contidas na bacia do ribeirão Jacutinga, uma vez que trata-se de manancial de abastecimento do município vizinho de Ibiporã. Por força da Lei Estadual 8935/89 é de responsabilidade do IAP-Instituto Ambiental do Paraná, a administração de tais recursos, cabendo a este Instituto a delimitação da faixa de recuo, que varia, principalmente, conforme a declividade, característica dos solos marginais e adensamento dos loteamentos implantados. Neste contexto, os loteamentos adquirem faixas marginais aos corpos hídricos que vão de 60,00m à aproximadamente 200,00m no curso principal.

¹² A Região Metropolitana de Londrina ou Aglomerado Urbano, foi criado pelas Leis complementares 81/98 (17/06/98) e 86/2000 (07/07/00). Existem ainda outras entidades supra municipais como: AMEPAR – Associação dos Municípios do Médio Paranapanema COPATI – Consórcio Intermunicipal Proteção Ambiental o Rio Tibagi, com os seguintes objetivos: AMEPAR - Integração administrativa, econômica e social de 21 municípios. COPATI – Preservação e conservação do meio ambiental da Bacia do Rio Tibagi.

Por sua vez, o município de Ibiporã encontra-se também limitado. Tanto na questão do abastecimento de água, pois tem no ribeirão Jacutinga a principal opção de abastecimento de água potável, quanto ao que se refere a expansão de seu “setor industrial”, situado próximo a esta bacia.

Há a proposta para a feitura de estudo integrado entre os municípios de Londrina e Ibiporã com a orientação do IAP, no sentido de garantir um abastecimento de água de melhor qualidade para Ibiporã e permitir o desenvolvimento industrial dos dois municípios.

Fatores naturais.

Dois fatores fundamentais que devem ser levados em consideração quando se estuda a expansão urbana de Londrina. São sem sombra de dúvidas as questões do relevo e a velocidade dos ventos de superfície. Em Londrina, observa-se uma forte limitação do relevo à expansão da cidade principalmente na porção sul-sudeste da área urbana.

No item relevo, vimos que é característico destes locais serem bastante movimentados quando comparado às outras partes da área urbana. Na parte sul-sudeste da área urbana, o relevo ondulado apresenta vertentes com declividades acentuadas (acima de 30°), o que constitui obstáculos ao desenvolvimento de edificações em geral e impedimentos legais para a construção de edificações.

Quanto aos ventos na área urbana de Londrina e aos impactos provocados pelos mesmos quando eles atingem a área urbana, um estudo elaborado por MENDONÇA et al (1992) identificou os locais considerados como de risco quando da passagem de ventos com velocidades de até 150 Km/h, que são bastante comuns ao clima do Norte do Paraná.

Os locais identificados como sujeitos ao impacto dos vendavais são: ao longo das avenidas Saul Elkind, Tiradentes, Quintino Bocaiúva, Brasília (saída para Ibiporã), Santos Dumont (aeroporto e vizinhanças), rodovia Celso Garcia Cid e porção sudoeste da área urbana, principalmente nos topos do relevo.

Para os locais que já se encontram urbanizados é sugerido um reforço nas edificações e a implantação de bosques intra-urbanos e quebra-ventos arbóreos. Não houve gestão para a execução de tais reforços. Nos locais de expansão e ocupação urbana sugere-se a criação de tais redutores de velocidade

dos ventos já no projeto arquitetônico a ser aprovado pelo poder público, não há dados para verificar se esta diretriz está sendo seguida.

De maneira geral, o que se observa é que o desenvolvimento da área urbana de Londrina se processará com maior facilidade em direção sudoeste, pois os limites naturais são bastante expressivos em direção sul-sudeste, e os político-administrativos o são nas direções oeste, leste e norte.

Aspectos sociais do Município de Londrina, alguns indicadores das carências sociais.

Os dados aqui apresentados dizem respeito aos aspectos sociais existentes no município de Londrina, e referem-se particularmente à meados da década de 90. Como fontes de pesquisa foram utilizados os dados do IBGE – Fundação Brasileira para Pesquisa e Estatísticas e do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada encontrados na pesquisa sobre a dimensão das carências sociais. O conjunto da pesquisa foi ainda complementado com dados levantados nos estudos para elaboração do plano diretor de Londrina e dados obtidos junto à Secretaria da Saúde e do Conselho Municipal de Saúde de Londrina.

O conjunto estatístico levantado procura demonstrar o mais claramente possível o quadro vivido por uma parte significativa da população londrinense, abordando sobretudo os aspectos da educação, saneamento, moradia e renda.

Os dados relativos à saúde no município, foram em sua grande maioria obtidos do relatório ‘Rumos da saúde para Londrina – Plano Municipal de Saúde para o biênio 1996-1997’, publicado pela Autarquia Municipal de Saúde.

Educação

Indubitavelmente o aspecto educacional é um dos mais importantes e estratégicos para o desenvolvimento pessoal e para a construção da cidadania, com conexões com todos os setores do desenvolvimento social, ela influi substancialmente na confecção e articulação do tecido social e na obtenção de garantias e direitos inalienáveis ao cidadão.

É sabido ainda que a nova dinâmica do capital exige como combustível fundamental a produção de conhecimento, mercadoria que cada vez mais representa o elemento fundamental para alavancar o desenvolvimento local e regional. A dinâmica da ocupação do município de Londrina, como fronteira de expansão e centro de comercialização agrícola, atraiu grandes contingentes populacionais, com isso ocorreu um rápido e acentuado processo de urbanização.

Este desenvolvimento veio acompanhado da construção de equipamentos urbanos que se tornaram muito importantes com o passar dos anos. Dentre os setores mais importantes no município destacam-se o de educação e o de saúde. O setor de educação permitiu a Londrina alcançar um papel de destaque regional importante por agregar diversas instituições de ensino médio e superior.

A cidade de Londrina possui um amplo rol de serviços destinados a atender a crescente demanda por educação, sobretudo no nível universitário. O município conta atualmente com quatro instituições de ensino superior, sendo três particulares e uma estadual e várias escolas particulares, mas há pouco investimento na educação para pessoas de baixa renda.

O setor de educação em Londrina começa a ser implantado já nos primeiros anos de fundação, entre 1931 e 1936 surgiram muitas iniciativas privadas a maioria através das comunidades estrangeiras que começavam a chegar ao município. Elas instalavam-se em terrenos doados pela Cia de Terras Norte do Paraná ou em terrenos particulares, dentre as mais importantes podem ser citadas as iniciativas alemã, japonesa e também uma escola religiosa católica.

O ensino público municipal só foi implantado em 1940, e deu-se após a instalação de escolas estaduais surgidas a partir de 1937, nesta fase o ensino municipal estava localizado particularmente na zona rural, onde concentrava-se por volta de 85% da população residente no município.

As escolas estaduais de ensino médio estão concentradas na área urbana e atuam como complemento do ensino municipal que oferece em todas as suas unidades apenas as quatro primeiras séries.

Devido ao grande número de pessoas que chegavam ao município no início da colonização, a carência de estabelecimentos de ensino era muito grande e não houveram investimentos suficientes em educação para dar conta da demanda crescente. Este quadro só começa a reverter-se em 1969 com a ampliação das escolas de 1ª a 4ª séries pela prefeitura.

Em 1996 havia na rede pública de 1º e 2º graus um total de 86.014 alunos, distribuídos em escolas municipais e estaduais de ensino. As escolas municipais somam 149 estabelecimentos, dos quais 91 na zona rural, entretanto estes últimos caracterizam-se pela precariedade material. Muitos deles possuem apenas uma sala de aula, onde alunos de diferentes anos escolares convivem simultaneamente na mesma sala de aula e com apenas uma professora que tem a incumbência de ensinar as quatro séries,

Em 1996, foram atendidos pelo município 31.719 estudantes, somente de 1º grau, pré-escola e alfabetização de jovens e adultos; a rede particular atendeu 15.981 estudantes do 1º grau, dos quais 41,3% foram matriculados no pré-escolar.

A rede estadual de ensino concentra-se no segundo grau e atende 77% da demanda, deixando para rede particular 23%, o que corresponde cerca de 5.000 estudantes.

O ensino pré-escolar é feito predominantemente pela rede particular que se destaca no conjunto, com 102 estabelecimentos do total de 340 escolas de todos os níveis, representado 30% do total.

Do ponto de vista social, esta situação revela a uma ausência de planejamento onde a competência do Estado é exigida. As mães que precisam trabalhar tem que procurar alternativas na rede privada, uma vez que não conseguem ser atendida pela rede pública, encarecendo e dificultando a vida do cidadão. Além disso, o controle sobre a qualidade do ensino e dos profissionais que trabalham no setor privado de educação infantil não é rigorosamente fiscalizado.

Outro dado importante refere-se às taxas de reprovação e ou evasão escolar que são muito grandes no município. Há uma defasagem de 60% entre a matrícula de 1ª série e o número de alunos do mesmo universo que chegam à 5ª série. De cada 100 alunos que iniciaram a 1ª série em 1983, apenas 37 concluíram a 8ª série em 1990. Isto aponta não apenas para o problema da estrutura educacional, mas também para os aspectos econômicos e sociais do município. A necessidade dos jovens de procurar trabalho cada vez mais jovens, tem elevado os números da evasão escolar a cada ano que passa.

O Quadro a seguir demonstra uma aguda carência das populações de baixa renda no acesso à educação. A participação percentual da população analfabeta em Londrina é bastante expressiva revelando de modo bastante evidente a ausência de políticas públicas capazes de dar condições e acesso às populações de baixa renda a um dos mais importantes requisitos para a conquista da cidadania.

Quadro 5 – Índices de Carência Social – Setor de Educação

Índices de Pobreza e carências Sociais	Situação no setor de Educação		
	Londrina	Área Urbana	Chefes até 1 SM
População Analfabeta de 11 a 14 anos			
Total de Domicílios - absoluto	667	519	323
Relativo (%)	100	77.8	48.4
Pessoa residente – absoluto	742	567	366
Relativo (%)	100	76.4	49.3
População Analfabeta de 15 anos ou mais			
Total de Domicílios - absoluto	23 225	20 578	11 028
Relativo (%)	100	88.6	47.5
Pessoa residente – absoluto	30 789	26 793	15 368
Relativo (%)	100	87.0	49.9
Anos de estudo do chefe do domicílio			
Sem instrução ≤ de 1 ano absoluto	14 986	13 146	7 381
Relativo (%)	100	87.7	49.2
1 Ano estudo concluído – absoluto	3 970	3 654	1 381
Relativo (%)	100	92	34.7

Situação do setor de Educação em Londrina

Fonte: IBGE-IPEA (1996) Dimensões das Carências sociais – Informações Municipais. Volume 16 (Paraná). Rio de Janeiro.

Fazendo uma análise prévia e parcial dos dados, verifica-se que aproximadamente trinta e cinco mil pessoas ou são completamente analfabetas ou alfabetizados instrumentais, contando no máximo um ano de estudo. Este número representa mais de 10% de pessoas sem acesso aos bancos escolares, e sem as mínimas condições de competir no mercado de trabalho, que se tornou cada vez mais exigente. O resultado disto aparece não apenas nas estatísticas, mas no cotidiano da cidade, onde os excluídos compõem um cenário opaco, à parte da cidade ideal, mas que, se constitui na cidade real e só não incomoda porque fica confinada à locais distantes da parte rica do município.

Saúde

Observar o setor de saúde implica estender os horizontes para além dos dados meramente estatísticos colhidos pelo sistema de informação da rede municipal de saúde. Implica entender a relação do homem com o meio, verificar a incidência de doenças e sobrepor estes dados aos mapas de ocupação territorial da cidade, fazendo cruzamentos das diferentes vertentes dos dados. Sem isso, corremos o risco de sermos por demasiado superficiais. Não entraremos aqui, no aspecto técnico e profundo destas conexões, isto exigiria sem dúvida muitos outros trabalhos académicos. No entanto, para dar aos dados apresentados conexões mais críticas, procuramos mostrar como se articulam as diversas carências da população mais pobre e o setor de saúde em Londrina, onde muitas vezes aparece a parte mais evidente do problema ou seja a doença.

O setor de saúde é visto geralmente pelas administrações municipais e estaduais como um ótimo motivo para inauguração de obras e a criação de estruturas enormes como hospitais, ambulatórios e laboratórios para atender a demanda da população. Observa-se que no que se refere ao aumento da qualidade de vida das pessoas, o aspecto preventivo é muito mais eficaz e barato pois a doença está muitas vezes conectada a outras carências básicas como informação e educação, sem falar nos requisitos mínimos de higiene e estrutura urbana. Entretanto o que ocorre na nossa cultura política é que muitas vezes os programas preventivos raramente se traduzem em voto, o que implica em alimentar um círculo vicioso de se remediar, fato que se repete na maioria das cidades brasileiras.

A partir da década de 80 houve a ampliação das atribuições dos municípios em implantar e gerir seu próprio sistema de saúde. O Governo Federal gradativamente começou a repassar as responsabilidades e recursos para os estados e municípios assumirem a gestão destes serviços.

A Constituição de 1988 propugnou a saúde como um direito de todos e um dever do Estado e contemplou a todo cidadão brasileiro o acesso às atividades de saúde. E desencadeou um processo de descentralização do setor de saúde, que era uma luta antiga reivindicada por grupos organizados e por toda a sociedade.

Com a implantação do SUS - Sistema Único de Saúde, desde 1988 o município passou a arcar com maiores encargos e atribuições no setor. No final de 1995, o município de Londrina passou a

assumir a ‘gestão semiplena’ dos serviços e começou a gerir mais efetivamente todo o sistema municipal de saúde.

No tocante à estrutura física, Londrina além de 15 hospitais com 1.429 leitos, conta com 50 Unidades Básicas de Saúde Pública Municipal (antigos Postos de Saúde), sendo 35 na área urbana e 15 na área rural (dados de 1998). Estas unidades atendem a população de acordo com o local de residência, além das dezenas de clínicas e laboratórios particulares.

Quadro 6 - Serviços e Produtos de Interesse à Saúde

Estabelecimento ou Atividades	Nº
Hospitais	15
Bancos de Sangue	02
Clínicas Médicas	92
Consultórios Médicos	400
Consultórios Odontológicos	450
Consultórios de Fisioterapia	28
Consultórios Veterinários	21
Consultórios de Fonoaudiologia	18
Consultórios de Psicologia	98
Laboratórios de Análise Clínica	29
Laboratórios de Prótese	16
Comércio de Produtos Hospitalares	29
Comércio de Produtos Ortopédicos	24
Óticas	35
Esteticistas/Massagistas/Saunas	14
Aparelhos de Raios X (Odontológico e Clínicas)	46
Ind. de Cosméticos/Saneantes/Medicamentos e correlatos	36
Farmácias/Drogarias/Postos de Medicamentos	67

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (1995).

Dados sobre o número de Internações habitante/ano

O ministério da Saúde indica a existência de 1,8 leitos operacionais por 1.000 habitantes. O índice de leitos por 1.000 habitantes em Londrina é de 2,7 e 4,1 (operacional e planejado respectivamente), estando compatível com a média nacional, que foi de 3,6 em 1989.

No município de Londrina, a diferença entre o número de leitos planejados e operacionais, deve-se principalmente à retração do setor privado. Segundo dados do estudo sobre leitos hospitalares de Londrina e outros municípios da 17ª Regional de Saúde, realizado pela consultoria da OPAS, a pedido do Conselho Municipal de Saúde em 1993, dos 588 leitos desativados, 80% pertencem ao setor privado. Isto significa o declínio da qualidade dos serviços.

A taxa de internação de habitantes de Londrina é de 10,5%. A média nacional em 1989 foi de 12,6%, enquanto que a indicação do SUS é de 10,3%. (*Quadro 5*)

Quadro 7- Leitos Hospitalares Gerais - 1993

Indicadores	Londrina - 1993
Leitos Operacionais/1000 habitantes	2,7
Leitos Planejados/1000 habitantes	4,1
Percentual de Ocupação	78,5
Percentual de L.O.P.- SUS	73,6
Índice de Ativação dos Leitos	0,65

Fonte: Relatório de Consultoria da OPAS/ Gonçalo Vecina Neto/1993

Quadro 8 – Atividade Hospitalar e Leitos Hospitalares em Psiquiatria – Londrina 1993

Indicadores	Londrina - 1993
Média de Permanência	44,18
Índice de Rotatividade	7,06
Leitos Operacionais/1.000 habitantes 93	0,87
Leitos Planejados/1.000 habitantes 93	0,89
Índice de Ativação dos Leitos	0,98
Percentual de L.O.P.- SUS	79,70
Percentual de Ocupação	85,50

Fonte: Relatório de Consultoria da OPAS/ Gonçalo Vencina Neto

Mortalidade infantil e materna

O coeficiente de mortalidade infantil em Londrina vem se reduzindo gradativamente. Em 1995 este coeficiente chegou a 15,15 por 1.000 nascidos vivos. Entretanto, os índices referentes à mortalidade materna subiram assustadoramente, passando de 32/1000 (trinta e dois por mil nascimentos) para 101/1000 em 1987 e, para 71/1000 em 1992. O curioso aqui, segundo a Autarquia de Saúde, é que não havia até então um acompanhamento realmente efetivo, o que passou a ocorrer com a implantação dos chamados Comitês de Morte Materna.

Ocorrência de endemias

Conforme levantamento feito pelo Serviço Municipal de Saúde, foram detectados vários casos de doenças endêmicas no município. Com maior índice, apareceu a Dengue e a Hepatite Viral A, nos anos de 1995 e 1996. (*Quadro 8*).

Quadro 9 – Casos e Coeficientes de Incidência de Doenças Endêmicas

ANO	1995		1996	
DOENÇAS	CASOS	INCID	CASOS	INCID
Dengue	35	8,17	401	95,10
Esquistossomose	02	0,47	31	7,35
Leishmaniose Tegumentar	...		42	9,96
Hepatite Viral A	175	40.85	88	20,87

Fonte: DIS/ASMS/PML - Fundação Nacional de Saúde - 17ª Regional de Saúde. (por 100.000 hab.) de doenças endêmicas (relacionadas ao meio ambiente), Londrina, 1995 e 1996*

Quadro 10 - Casos e Coeficientes de Incidência de Hepatite Viral A –Segunda Região - 1996

REGIÃO	CASOS	INCIDÊNCIA
RURAL	26	158.89
LESTE	15	31.99
NORTE	13	17.59
OESTE	13	16.98
SUL	12	17.46
CENTRO	9	11.85
TOTAL	88	20.87

Fonte: DIS/ASMS/PML

Obs.: Casos e coeficiente de incidência (por 100.000 hab)

Segundo os órgãos de saúde, a esquistossomose é uma endemia importante no Brasil. Causada por parasitos que requerem caramujos de água doce, parada ou com pouca correnteza como hospedeiros intermediários para completar o seu ciclo de desenvolvimento.

A Leishmaniose ou Úlcera de Bauru aparece em 1996 com 42 casos em Londrina. Trata-se de uma doença em franca expansão geográfica no Brasil, sendo uma das infecções dermatológicas mais importantes, não só pela frequência em que ocorre, mas principalmente pelas deformidades que pode causar ao homem e pelo pequeno resultado às medidas de controle. Esta doença está intimamente relacionada com penetração do homem em focos silvestres, frequentemente em áreas de expansão de fronteiras agrícolas.

Em Londrina, em 1996, o maior número de infectados apareceu nas imediações do Jardim Olímpico e assentamento próximo, onde foram detectados 10 (dez) casos. O modo de transmissão está relacionado à princípios básicos de higiene e educação. Ela dá-se de forma fecal-oral, de uma pessoa a outra (direta e indiretamente), por veiculação hídrica, alimentos contaminados, etc. Bastante frequente nos países com saneamento básico deficiente, em instituições fechadas, como berçários e creches.

As doenças endêmicas estão diretamente relacionadas à ausência ou más condições de saneamento básico, o que mostra a íntima relação entre investimento de caráter preventivo e a qualidade de vida. Abaixo podemos observar os dados do IBGE que explicitam estes aspectos no município de Londrina.

Quadro 11 – Índices de Pobreza e Carências – Setor de Saúde

Índices de Pobreza e carências	Situação no setor de saúde		
	Londrina	Área Urbana	Chefes até 1 SM
Domicílios e pessoas em condições mais precárias			
Total de domicílios – absoluto	18 603	-	10 368
Relativo (%)	100	-	55.7
Pessoa residente – absoluto	71 525	-	36 629
Relativo (%)	100	-	51.2
Saneamento básico e coleta de lixo inadequada			

Total de domicílios – absoluto	18 603	3 377	4 334
Relativo (%)	100	39.6	50.9
Pessoa residente – absoluto	71 525	14 363	18 506
Relativo (%)	100	38.8	50

Abastecimento de água inadequado

Sem instrução ≤ de 1 ano absoluto	10 137	5 141	5 130
Relativo (%)	100	50.7	50.6
1 Ano estudo concluído – absoluto	42 625	20 627	21 068
Relativo (%)	100	48.4	49.4

Esgotamento sanitário inadequado

Sem instrução ≤ de 1 ano absoluto	46 454	41 249	1 428
Relativo (%)	100	88.8	49.6
1 Ano estudo concluído – absoluto	192 080	169 152	5 991
Relativo (%)	100	88.1	47.5

Situação do setor de Educação em Londrina

Fonte: IBGE-IPEA (1996) Dimensões das Carências sociais – Informações Municipais. Volume 16 (Paraná). Rio de Janeiro.

Habitação

Os anos noventa viram multiplicar o número de favelas e assentamentos em Londrina, 1996 foi o ano de maior incidência de ocupações, com a ocorrência de nove ocupações em diferentes locais e a construção de aproximadamente 1125 novos barracos que serviam de moradia para quase cinco mil pessoas, que vieram se juntar aos outros quinze mil moradores de assentamentos ou favelas.

Apesar dos graves problemas habitacionais vividos no município, os investimentos e habitação foram de apenas R\$9.348.595,78 (3,53% do orçamento municipal) em 1997 e de R\$ 9.591.020,28 (2,72%) em 1998, R\$ 7.301.030,45 (2,18%) em 1999 e R\$ 7.249.514,06 em 2000 segundo dados do IPPUL¹³

A pressão de ocupação ocorreram basicamente em regiões frágeis ou de proteção ambiental como os fundos de vale, ou encostas pedregosas com inclinações contra-indicadas para a construção de habitação. É o caso do assentamento União da Vitória que ocorreu em 1985. Originalmente esta invasão foi feita em uma área da COHAB-LD por um grupo sem terra. Com o passar dos anos, foi recebendo um contingente muito grande de pessoas e passou a se caracterizar como um assentamento urbano, contando hoje com aproximadamente onze mil pessoas.

*"Em fevereiro de 1998, o número estimado de famílias era 2162, totalizando uma população de aproximadamente 10.860 mil habitantes. Até esta data, havia mais uma invasão com cerca de mais 143 famílias (715 habitantes), que ocuparam uma das áreas de maior risco dentro do assentamento. (...) fisicamente o assentamento já encontra-se saturado, sem mais nenhuma área adequada para expansão."*¹⁴

(RIBEIRO, 1998:190)

Ao assentamento União da Vitória somam-se dezenas ocupações em diversas modalidades de habitações, como mostra a longa lista a seguir atualmente, segundos dados da Prefeitura Municipal de Londrina existem aproximadamente 9532 moradias irregulares que abriga 47706 pessoas com uma densidade populacional de 5 habitantes por moradia, infelizmente não dispomos da metragem média das habitações, o que nos permitiria verificar a metragem quadrada por habitante.

Quadro 12 - Assentamentos subnormais

SUBNORMALIDADES	QUANTIDADE	Nº DE	POPULACÁ
Favelas	29	2362	11810
Cortiços (*)			
Loteamentos irregulares	23	3284	16420

¹³ Relatório Habitar Brasil/BID – Desenvolvimento Institucional DI – redigido pela Secretaria de Obras – Coordenação Geral IPPUL Coordenação Sub Programas DI, COHAB, Secretaria da Ação Social Pemas – Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais e publicado pelo IPPULL em Abril/2001

¹⁴ Este trabalho mostra aspectos da compreensão dos impactos ambientais em áreas de risco, e do questionamento dos instrumentos técnicos os EIA-RIMA enquanto instrumentos para verificação dos impactos ambientais em áreas de ocupação humana de baixa renda.

Loteamentos clandestinos			
Outras formas de assentamentos subnormais:			
Total:	52	5646	28230
Densidade domiciliar nos assentamentos subnormais (habitantes/domicílio)			

(*) na coluna "nº de domicílios", no caso de cortiços, informar nº de famílias.

Fonte: COHAB-LD : 2001

Do total dos habitantes de favelas e assentamentos mais da metade (25510 pessoas) vivem em áreas consideradas de risco ou de proteção ambiental, apontado para a tendência a ocupações em áreas de baixo controle. É interessante dizer que Londrina dispõe de um enorme estoque de lotes urbanos, segundo FARACO (1988) havia por volta de 1 milhão de lotes em propriedade de especuladores imobiliários se compararmos o déficit habitacional absoluto 9532¹⁵ de Londrina, ou seja 9532 habitações, pelo estoque urbano teremos um coeficiente de apenas 0,9532%, que resolveria a pressão sobre o meio ambiente e colocaria esta população em condições dignas de vida. Se optássemos por realocar apenas as invasões em áreas de risco ou de proteção este índice cairia para 0,5102%.

Quadro 13 - Moradias situadas em áreas de risco e de proteção ambiental

Áreas	Quantidade	Nº de domicílios	População
Inundações	8	515	2575
Desabamentos	11	838	4190
Localização em faixas de domínio de oleodutos,	2	182	910
Insalubres (lixões, alagados)	10	718	3590
Proteção de mananciais	21	1065	5325
Área de Preservação Permanente	27	1784	8920
Outros - (especificar)			
Total :	79	5102	25510

Fonte: COHAB-LD Ano: 2001

A Quadro a seguir mapeia as favelas de Londrina e ilustra as diferentes condições de infraestrutura em que se encontram na atualidade.

Quadro 14 – Situação das habitações subnormais em Londrina

Nº	LOCALIZAÇÃO	Nº DE LOTES	Nº PESSOAS
	FAVELAS URBANIZADAS – APTAS A REGULARIZAÇÃO		
1	Jd. Leste-Oeste / Favela Vila Rica	197	985
2	Vila Marizia II	68	340
3	Jd. Sérgio Antônio	24	120
4	Jd. Rosa Branca I	140	700
5	Jd. Franciscato I	202	1010
6	Jd. Franciscato II	94	470

¹⁵ Ou seja, utilizando-nos apenas dos dados relativos a invasões e favelas.

7	Jd. Santa Mônica	32	160
8	Jd. Rosa Branca II	16	80
9	Jd. Santa Inês	35	175
10	Jd. Paineiras	43	215
11	Jd. Dos Campos	210	1050
12	C.R. Aurélio Manoel da Costa	24	120
	SUB-TOTAL	1085	5425
FAVELAS URBANIZADAS – REGULARIZADAS			
13	C.H.Paranoá	280	1400
14	Jd. Nova Conquista	151	755
15	Jd. Novo Perobal	246	1230
	SUB-TOTAL	677	3385
ASSENTAMENTOS – APTOS A REGULARIZAÇÃO			
16	Jd. Das Bananeiras	29	145
17	Jd. Kobayashi	31	155
18	Jd. Morar Melhor	66	330
19	Jd. Novo Perobal	26	130
20	Jd. São Marcos	160	800
21	Jd. União da Vitória V	100	500
22	Remanescente do C.H. Vivi Xavier	50	250
23	Vila Marízia I	38	190
24	Jd. São Jorge	748	3740
25	Jd. Maracanã I e II	606	3030
	SUB-TOTAL	1854	9270
ASSENTAMENTOS – REGULARIZADOS			
26	Jd. João Turquino (185 unidades habitacionais)	851	4255
27	Jd. Santa Fé	356	1780
28	Quati	46	276
29	Jd. União da Vitória I, II, III, IV	1956	9780
	SUB-TOTAL	3209	16091
OCUPAÇÕES IRREGULARES – ÁREAS PÚBLICAS			
30	Área do Centro Comunitário Santa Fé	20	100
31	Cilo III	62	310
32	Fundo de Vale Favela Marízia	129	645
33	Fundo de Vale do C.H. Pindorama	50	250
34	Fundo de Vale Zircônio	29	145
35	Fundo de Vale Santa Fé	76	380
36	Fundo de Vale da R. Ana C. Piacentini	38	190
37	Fundo de Vale C.H. Aquiles Steng., Luiz de Sá,	94	470
38	Fundo de Vale C.H. José Belinati	43	215
39	Fundo de Vale Favela Santa Inês	38	190
40	Fundo de Vale da Rua Bélgica	50	250
41	Fundo de Vale do Jd. Das Bananeiras	12	60
42	Fundo de Vale do Jd. Santa Mônica	15	75
43	Fundo de Vale do Jd. Paulista	56	280
44	Fundo de Vale Res. Santa Mônica	86	430
45	Jd. San Rafael	106	530
46	Jd. União da Vitória	330	1650
47	Lixão Esquina	12	60
48	Terreno Paralelo C.H. Novo Amparo II	110	550
49	Vila Ricardo - Escola	20	100
50	Fundo de Vale do Franciscato	13	65
51	Fundo de Vale Novo Perobal	42	210
52	Fundo de Vale do Jd. Dos Campos	52	260
	SUB-TOTAL	1483	7415

OCUPAÇÕES IRREGULARES – ÁREAS PARTICULARES			
53	Favela Colosso	80	400
54	Fundo de Vale da Fazenda Primavera	120	600
55	Jardim Cristal	23	115
56	Monte Cristo – Jd. Santa Fé	590	2950
57	Quati	23	115
	SUB-TOTAL	836	4180
	TOTAL	9532	47706

Fonte: Levantamento IPPUL/COHAB-LD/SEC. OBRAS

Obviamente os problemas habitacionais de uma cidade com a dinâmica de Londrina não são de resolução fácil, e nem pretendemos aqui elaborar uma análise mais profunda do tema, pois isso escaparia aos interesses do presente trabalho, entretanto, sua importância deve ser destacada, sobretudo quando se observa o baixíssimo índice de investimentos destinados à habitação popular em Londrina.

Aspectos da dinâmica populacional do município de Londrina

Nas décadas de 40 a 60, Londrina e a região norte paranaense tiveram índices recordes de crescimento populacional. Este aspecto é devido grande parte ao enorme afluxo de pessoas vindas para produção cafeeira. Os estados de Minas Gerais, São Paulo e os estados do nordeste foram os principais exportadores de população para a região.

Este fato está evidenciado no censo demográfico de 1940, onde o crescimento da população brasileira em relação ao levantamento anterior foi de 34%. No Paraná por sua vez, esse índice foi de 80%.

Este período coincide com o momento da ocupação territorial, sobretudo da área rural. As grandes correntes migratórias chegaram ao Paraná via Ourinhos. Nessa época, a população paranaense somava aproximadamente 1.236.276 habitantes. O município de Londrina, emancipado há apenas 6 anos, já contava com 75.296 habitantes.

Quadro 15 – Evolução da População do Paraná comparativa com os índices do Brasil

CENSO	POP. BR	CRESC. EM	POP. PR	CRESC. EM	% DO
1872	9.930.478	-	126.722	-	1.27
1890	14.333.915	44 %	249.491	97 %	1.74
1900	17.438.434	22 %	327.136	31 %	1.87
1920	30.635.605	75 %	685.711	11 %	2.24
1940	41.236.315	34 %	1.236.276	80 %	3.00
1950	51.944.397	26 %	2.115.547	71 %	4.00
1960	60.967.185	36 %	4.277.763	102 %	6.03
1970	94.508.554	33 %	6.936.743	62 %	7.33

1980	121.075.669	28 %	7.617.292	105 %	6.30
1991	146.917.459	21 %	8.443.299	11 %	5.75
*1996	155.822.440	6 %	8.985.481	6 %	5.77

* Fonte: IPARDES - IBGE - Estimativa 1996

Fonte: Recenseamento da FIBGE. - Estimativa 01/07/94 - IBGE

A partir dos anos de 1950, iniciou-se no município um rápido processo de urbanização. Londrina neste período já contava com cerca de 48% da sua população na área urbana.

Quadro 16 – Evolução da População Residente em Londrina entre 1950-1996

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	TX.CREC. ANUAL
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412	-
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821	6,60
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101	5,40
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	2,82
1991	366.676	94,00	23.424	6,00	390.100	2,36
1996	396.530	96,04	16.364	3,96	412.894	* 1,57

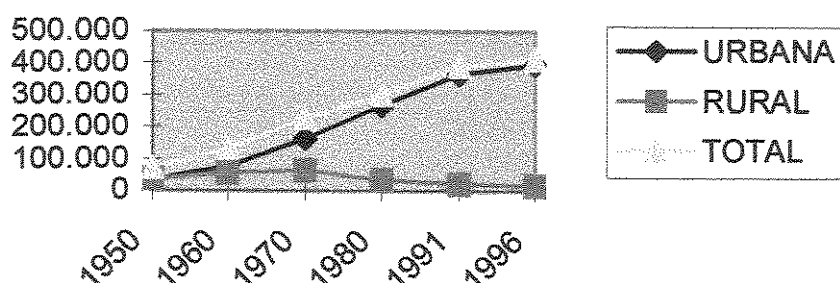
Fonte: População - Censo 1950 - IBGE Sinopse Preliminar de Censo Demográfico - 1960 - IBGE Censo Demográfico - 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 - IPARDES - IBGE - Estimativa - 1996

*Taxa calculada considerando-se ainda a população de Tamarana

Londrina começou, então, a despontar como uma das mais importantes cidades do interior do Brasil, atuando no papel de centro de comercialização de produtos agrícolas. Assumiu já nesta época o papel de comando da economia regional e ampliando aos poucos sua influência para fora da região norte-paranaense, sobretudo o sul de São Paulo, Mato Grosso e norte de Santa Catarina. Essa tendência de liderança regional começou a se firmar, mais acentuadamente, a partir da década de 60.

Gráfico 2 – População residente em Londrina 1950-1996

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Fonte IPPUL – 1996

Em 1960 e já com 134.821 habitantes, dos quais 57% na área urbana, Londrina contava com equipamentos urbanos no setor da educação e saúde, o que aponta uma tendência para a diversificação econômica. Isto pode ser constatado na década de 70, particularmente após 1975, ano da grande geada, quando o município conseguiu mais facilmente driblar a crise ocasionada pelo fim dos enormes cafezais.

Quando se observa o processo de urbanização paranaense em contraste com o de Londrina, percebe-se que a dinâmica do município toma rumos muito mais acelerados. Já em 1970, quando o índice de urbanização do Paraná era de 62%, Londrina atingia uma taxa de crescimento anual de 5,4 e uma população urbana de 72%. Hoje Londrina registra aproximadamente 460 mil habitantes, com apenas 3.5% na área rural.

Dados de 1995 apontam que na área rural estão distribuídos cerca de 22.000 habitantes, em 8 Distritos, já descontando a população de Tamarana, emancipada em 1996. Destes aproximadamente 7.500 residem na sede dos distritos, locais considerados como urbanos. Se observado deste modo, a população efetivamente rural do município é de apenas 14.500, habitantes que somado às 2.600 pessoas residentes na área rural da sede do município totalizam aproximadamente 17.000 habitantes.

DISTRITOS	TOTAL	URBANA	RURAL
ESPIRITO SANTO	2.886	248	2.638
GUARAVERA	4.359	2.087	2.272
IRERÊ	2.142	1.336	806
LERROVILLE	5.467	1.157	4.310
MARAVILHA	1.341	332	1.009
PAIQUERÊ	2.559	1.273	1.286
SÃO LUIZ	1.912	407	1.505
WARTA	1.320	673	647
SUBTOTAL	21.986	7.513	14.473
SEDE (LONDRINA)	390.908	388.267	2.641
TOTAL DO MUNICÍPIO	412.894	395.780	17.114

Fonte: Censos Demográficos 1980 e 1991 - IBGE Estimativa SEPLAN -1995 Contagem da População 1996 - Dados -IBGE

Na década de 70, podemos observar um novo momento de aumento acentuado da população urbana, em virtude das grandes transformações na estrutura agrária brasileira e dos efeitos das geadas que ocorreram na micro região de Londrina em 1975.

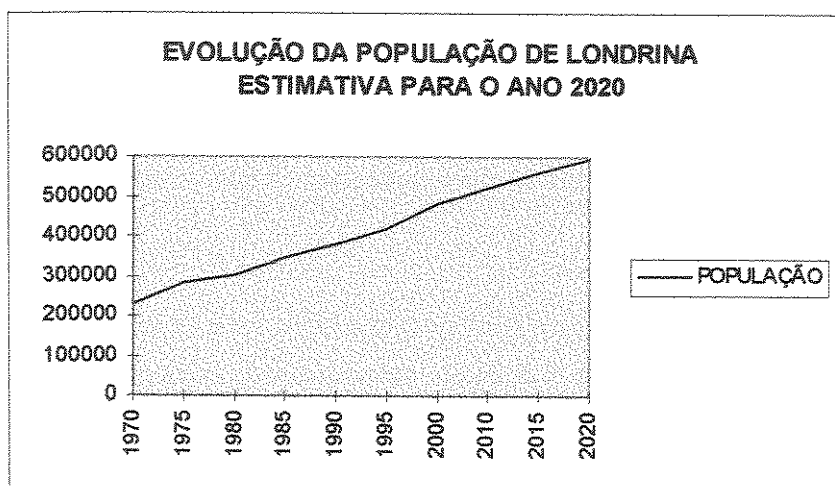
De 1960 a 1970 houve acréscimo populacional de aproximadamente 86.000 habitantes. Na década seguinte (70-80), 103.412 novos habitantes são acrescentados na contagem populacional. E entre 80 a 91 outros 99.736 habitantes são incorporados aos já existentes. Estes números significam um acréscimo populacional superior a grande maioria das cidades brasileiras a cada década.

Quadro 18 - Evolução da população de Londrina Estimativa para o ano 2020

ANO	POPULAÇÃO (TOTAL)
1970	228.101
1975	283.740
1980	301.711
1985	346.676
1990	380.969
1995	418.590
2000	447.718
2005	485.048
2010	522.378
2015	559.708
2020	597.039

Fonte: IPPUL - 1997

Gráfico 3



Fonte: IPPUL 1996

Estimativas do IPPUL, órgão municipal encarregado do planejamento da cidade, dizem que, se mantidas as taxas atuais de crescimento, em 2020, a população londrinense será de 597.039 habitantes (Quadro 4. e Gráfico 3)

Densidade e espacialização

A expansão da cidade e formação do aglomerado londrinense nos últimos trinta anos é um reflexo direto das transformações ocorridas no âmbito da agricultura regional. Elas ocasionaram o êxodo do trabalhador rural, que sem alternativas no campo procurou a cidade em busca de oportunidades.

Internamente em função das mudanças ocorridas nas esferas econômicas regional e nacional, a cidade sofreu uma forte diferenciação social no contexto intra-urbana, pois dividiu-se em basicamente duas porções: uma mais “rica” e outra mais “pobre”.

A população de baixa renda fixou-se na zona norte da cidade, onde se concentram os conjuntos habitacionais. Batizado de Cinco conjuntos, ou *Cincão*, como são chamados pelos moradores da região. Sua localização fica próxima a estabelecimentos industriais. Enquanto que a classe média e burguesia fixam-se mais a centro-sul, próximo à universidade, ao lago Igapó, apropriando-se das áreas verdes e de lazer, onde a infra-estrutura e qualidade de vida são notadamente melhores que a primeira.

A porção norte do município apresentou, nas décadas de 70 a 80 uma maior expansão e adensamento que a restante. Onde se evidencia uma completa desatenção ao aspecto ambiental, apresentando traços marcantes do planejamento tecnocrático e centralizador do período autoritário brasileiro. Originalmente, o traçado das ruas apresenta um desenho urbano monótono onde são raros os locais destinados ao lazer. As casas são simples e com arquitetura monótona e repetitiva, sem arborização e na maioria das vezes sem asfalto ou guias.

Apesar de apresentar um índice de 39,67 m²/hab de área verde (o recomendado pela ONU é de 12m²/hab), o município tem uma péssima distribuição destas áreas no perímetro urbano. Assim o local de maior densidade habitacional, a área central e seus arredores são muito deficientes. Constituindo atualmente um dos problemas ambientais de Londrina, pois a área central agrupa a maioria dos serviços e o comércio, obrigando os habitantes da cidade a idas constantes para todo o tipo de atividade. Desta maneira, o fluxo de veículos é enorme, em consequentemente a poluição do ar é uma das maiores da cidade.

Espacialidade

A distribuição espacial da população londrinense foi dividida pelos técnicos da prefeitura em 33 setores urbanos dos quais destacam-se:

- a) Setor Norte - Conjuntos (7) abrigando uma população com cerca de 74.304 habitantes. Foi o setor mais dinâmico da cidade no aspecto do crescimento populacional. Sobretudo nas décadas de 70 e 80, em razão da política municipal ter assentado nessa região 15.492 casas financiadas pelo BNH. Hoje sofre com uma intensa fase de especulação imobiliária. Com a valorização da região até sua função social de moradia barata para a população de baixa renda começa a mudar.
- b) Setor Sul - Km 9 - (6/5). Do ponto de vista social e intervenção espacial, este setor exige cuidados que devem ser dimensionados sob vários aspectos como físico-territorial, educacional, de saúde e de trabalho, pois abriga cerca de 30.799 habitantes. E constitui-se em uma área de forte tensão social, em razão de ter assentado em uma área contínua cerca de 12.000 habitantes, principalmente de população de baixa renda. Através de um programa de assentamento urbano promovido pela política municipal, são hoje 2.063 lotes de 120m² cada.

A natureza da ocupação, e a característica dessa região são diferentes em relação ao setor norte. Enquanto o setor norte caracteriza-se por uma ocupação organizada, por serem conjuntos habitacionais, no sul, (6/5) a ocupação e o assentamento foram muito rápidos e ocorreram de forma desordenada e sem nenhuma infra-estrutura. Hoje, uma das áreas urbanas de maior tensão social, pela dimensão da sua população, só em um assentamento há aproximadamente 46% do total do setor.

- c) Há outras três áreas que abrigam uma população em torno de 20.000 a 26.000 habitantes. São os setores 4/3, próximo à Avenida Brasília, em direção ao município de Ibiporã, setor oeste, nas imediações do Colégio Marista, Av. Tiradentes (3/4) e o setor extremo noroeste (5/3) e bairros próximos à Av. Tiradentes na saída em direção a Cambé.

Além dessas unidades setoriais, distantes da área central, temos o centro histórico abrigando cerca de 56.559 habitantes, com a maior densidade demográfica de Londrina. O crescimento vertical do centro, reflexo da valorização imobiliária e concentração de apartamentos residenciais, faz desse centro histórico uma área que merece atenção especial em termos de intervenção ou reorganização espacial.

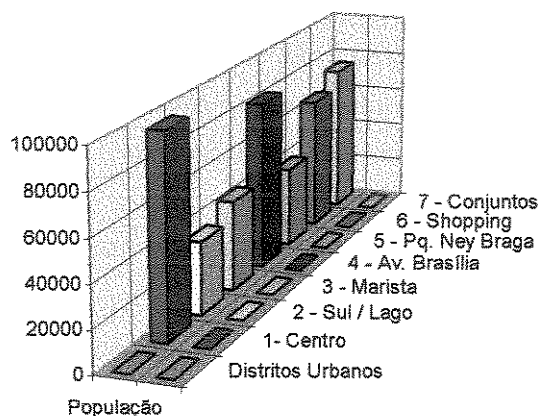
Quadro 19 – Distribuição Populacional por Região de Londrina

Distritos Urbanos	População	%
	Total	Distrito
1- Centro	56.559	14,26
2 - Sul / Lago	35.193	8,87
3 – Marista	43.482	10,97
4 - Av. Brasília	82.103	20,70
5 - Pq. Ney Braga	39.356	9,93
6 – Shopping	65.531	16,53
7 – Conjuntos	74.304	18,74

Fonte: IPPUL - 1997

Gráfico 5

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR DISTRITO



Fonte: IPPUL- 1997

Em resumo, a distribuição demográfica do município apresenta uma concentração populacional nas periferias norte, sul e oeste, na área central e uma dispersão demográfica na área peri-urbana, ou seja, na área intermediária entre o centro e a periferia.

Este aspecto merece um parêntese. O que se verifica na malha urbana do município é a constituição de vazios urbanos 'artificiais', que se constituem grandemente à partir da construção do chamado 'Cinco conjuntos' na região norte. Afastados da sede do município, estes bairros exigiram dos cofres municipais somas enormes, para que os serviços básicos como transporte, água, luz e esgoto chegassem às moradias. Entre o centro da cidade e os conjuntos, enormes e valorizados estoques urbanos foram sendo constituídos com o intuito de especular com lotes urbanos.

A questão da apropriação e utilização do conecta-se hoje, grandemente com os aspectos do gerenciamento ecológico municipal, pois os proprietários destes estoques e as empresas loteadoras são hoje os principais responsáveis pela pressão para o abrandamento da legislação ambiental do município. Este aspecto será discutido e aprofundado no capítulo referente à análise da legislação ambiental de Londrina.

A distribuição da população no território é um dos principais reflexos das formas de parcelamento urbano, ocupação e políticas públicas, onde os poder público e a iniciativa privada têm um grande peso na tarefa de decidir os locais de moradia e a alocação dos recursos e equipamentos urbanos.

A política municipal produziu no município extensas áreas padronizadas, tanto em termos de parcelamento como nos tipos de construção. São áreas mais ocupadas em relação às áreas parceladas pelos empreendimentos privados, cuja característica é a dispersão espacial e a criação dos chamados “vazios urbanos”, que se repetem de forma contínua ou descontínua na paisagem urbana de Londrina.

Envelhecimento da população

Em 1960, a população jovem até 14 anos representava 42%. O censo demográfico de 1991 apontou para uma diminuição de 11% da participação desta faixa etária na população londrinense ficando em apenas 31% da população total do município. No Brasil, na mesma época, (1991), este índice era superior a 35% e no censo de 1960, este contingente populacional representava 43% apontando para o fato de que a taxa de natalidade em Londrina era inferior a média nacional.

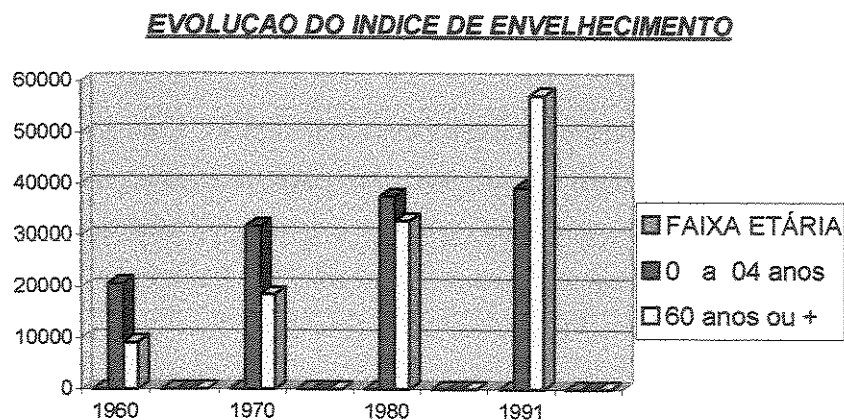
A partir de 1980, a diminuição desta taxa se processou de forma mais expressiva. O raciocínio inverso se aplica à evolução da população acima de 60 anos, que no mesmo período passa de 5,42% para 7,32%, e em 1960 a participação de pessoas acima dos 60 anos era de apenas 3,41%.

Quadro 20 – Evolução da Participação da População Jovem e Pessoas acima de 60 anos

ANO	ATÉ 14 ANOS		ACIMA DE 60 ANOS	
	Nº	%	Nº	%
1960	55.887	41.79	4.567	3.41
1970	92.377	40.50	9.209	4.04
1980	105.222	34.88	16.366	5.42
1991	121.411	31.13	28.566	7.32

Fonte: Censos Demográficos IBGE

Gráfico 6

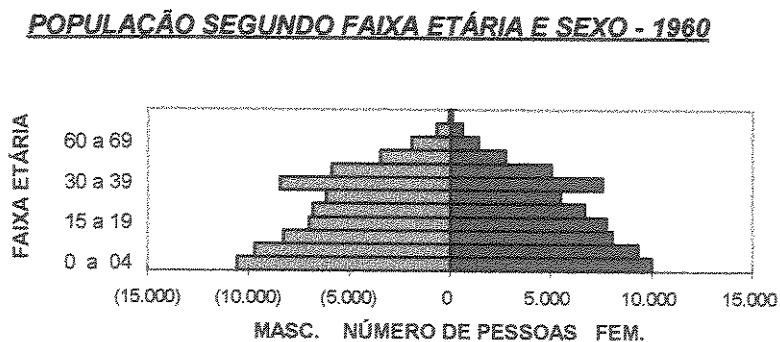


Fonte: Elaboração a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE

O crescimento da população londrinense está acompanhando uma tendência nacional denominada de "transição demográfica", cujas principais causas são:

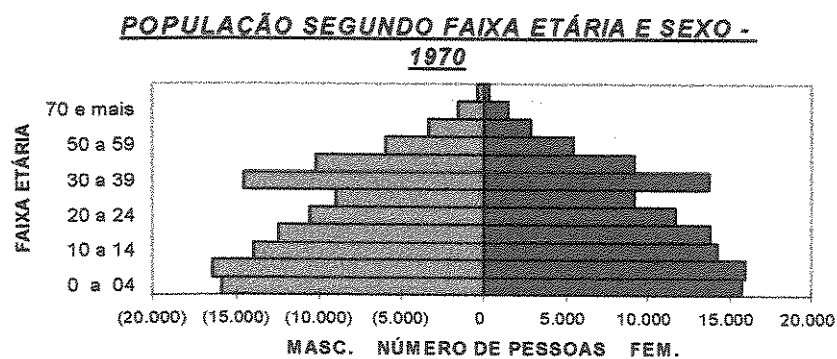
- Acelerada urbanização brasileira da última década;
- Queda na taxa de fertilidade pela maior participação da mulher no mercado de trabalho (de 30% para 35% na década de 80);
- Maior acesso à informação da população, que migra para a cidade.

Gráfico 7



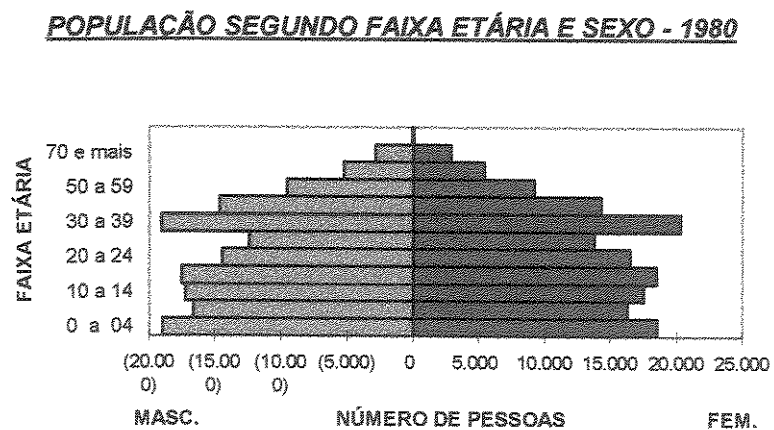
Fonte: IPPUL 1996

Gráfico 8



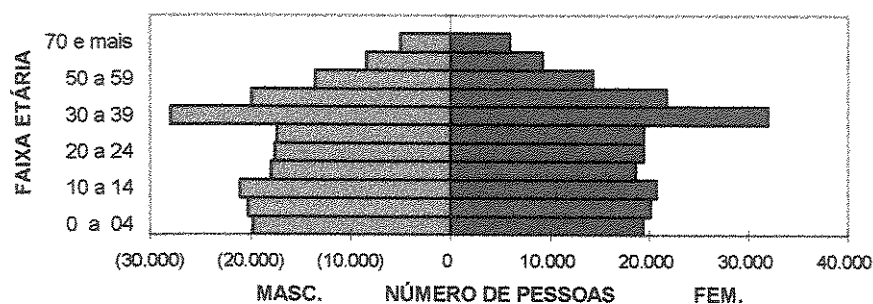
Fonte: IPPUL 1996

Gráfico 9



Fonte: IPPUL 1996

Gráfico 10

POPULAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO - 1991

Fonte: IPPUL 1996

Diminuição da participação da população de 0 a 4 anos

Em 1991, a população de 0 a 4 anos era de 10%, dos residentes em Londrina, cujo índice sempre foi maior nos censos anteriores. Em 1960, essa faixa etária representava 15,18% decrescendo na década seguinte para 13,90%, e em 1980 era de 12,46%.

Esses índices assinalam um “envelhecimento” da população londrinense. E sugerem que qualquer programa social, econômico ou na área de lazer, deve levar em conta esta dinâmica populacional.

Quadro 21 – Evolução do Índice de Envelhecimento

	1960		1970		1980		1991	
Faixa etária	Nº pessoas	%	nº pessoas	%	nº pessoas	%	nº pessoas	%
0 a 04 anos	20.565	15,38	31.711	13,9	37.551	12,46	39.191	10,05
60 anos ou mais	4.567	3,41	9.209	4,04	16.366	5,42	28.566	7,32
60 a 69 anos	3.309	2,47	6.179	2,71	10.661	3,53	17.585	4,51
70 a mais	1.258	0,94	3.030	1,33	5.705	1,89	10.981	2,81

Fonte: Elaboração a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE

Capítulo IV

MAPEANDO A POLÍTICA AMBIENTAL EM LONDRINA

O período de 1936 a 1997

No capítulo anterior pudemos verificar através de diferentes ângulos as dinâmicas ambientais e sociais que fazem a cidade mover-se, acreditamos que analisar os aspectos físicos onde a sociedade se reproduz permite compreender as diversas articulações possíveis entre o homem e a natureza, isso nos capacita a captar de forma mais ampla os processos de dominação existentes no mundo da vida.

Neste capítulo, trataremos de abordar os aspectos legais e institucionais que cunharam o *modus* como a natureza foi interpretada e absorvida, procurando captar nos textos legais aspectos da visão que o colonizador tinha da abundante natureza encontrada na cidade.

Esta legislação não se encontra sistematizada, sua organização em um código único é reivindicação atual de todas as pessoas que lidam com a questão ambiental em Londrina¹⁶, dada a sua abundância e a forma dispersa em que elas se encontram em diversos órgãos da administração municipal. Deste modo é possível que algumas leis nos escaparam à análise, entretanto as leis mais importantes redigidas no município foram pesquisadas. Obviamente não nos preocupamos em organiza-las por áreas de interesse ou afinidade jurídica, nossa preocupação foi apenas de ordem cronológica, interessava verificar historicamente quando e como as administrações municipais preocuparam-se em sistematizar aspectos da vida urbana tendo como parâmetro as relações com a natureza.

Na medida em que o texto avança, pode-se perceber as diversas facetas legais impostos pelas mudanças estruturais em curso, seja no nível nacional ou internacional, e outros momentos não se percebe a existência destas mediações mais amplas. O processo de institucionalização e sistematização por que passa a natureza no município de Londrina é marcado, na grande parte do processo, como algo silente, feito longe do calor das reivindicações, na calmaria dos gabinetes.

Por ser uma fronteira agrícola aberta após a expansão capitalista do pós-guerra (1924/25) Londrina, tem de imediato seu solo internacionalizado, fruto de um longo processo de especulação a região tem sua história vinculada a um empreendimento capitalista. A Lei de Terras, de 1850 definia que a

¹⁶ Durante a primeira conferência Municipal de Meio Ambiente, realizada em julho de 2001, foram apresentadas diversas propostas versando sobre a unificação das leis ambientais de Londrina em um código único.

propriedade da terra seria de quem a comprasse. As consequências legais para os índios é imediata, estes passam de rapidamente à condição de invasores de sua própria terra. E logo as terras do Paraná, sabidamente férteis, passam a sofrer invasões e especulações, já em 1851 o Barão de Antonina consegue autorização imperial para implantar uma colônia militar às margens do rio Tibagi, sob o pretexto de proteger o país de uma possível invasão do Paraguai. De fato em 1855 é instalada a Colônia Militar de Jathai, durante muitos anos este povoado não prospera, mas será por ele que a colonização do Norte do Paraná se efetivará.

As terras adquiridas pela CTNP- Companhia de Terras Norte do Paraná, estendiam-se por uma área aproximadamente do tamanho do Estado de Sergipe. E desta interação entre recursos naturais abundantes e interesses econômicos (nacionais e internacionais) é que se origina a dinâmica da colonização imposta a região.

O processo de colonização do Norte do Paraná é amplamente estudado por diversos pesquisadores: RAZENTE (1983), FARACO (1988), ADUM (1991) TOMAZI (1999) dentre outros. Estes estudos embora às vezes antagônicos entre si, trazem todos um fio condutor que se revela fundamental para o entendimento do processo que se instalou na região no começo do século XX: a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Em sua tese de doutorado, TOMAZI¹⁷ ao analisar o processo pelo qual se deu o desenvolvimento da região Norte do Paraná, afirma que subjacente ao discurso de sucesso e vitória do empreendedorismo capitalista, sustentado por grande parte dos trabalhos que procuraram entender o processo de formação da cidade, esconde-se na verdade, uma série de fatos que apesar do esforço dos chamados “pioneiros” insiste em se insinuar em diversos momentos da historiografia local.

Destas “insinuações”, segundo o autor, nascem contradições importantes para uma análise mais próxima do que realmente aconteceu na região.

¹⁷ Os aspectos analisados nesta tese colidem de forma bastante evidente com a maioria dos outros trabalhos, sua principal virtude é lançar um olhar sobre os atores da história marginalizados pela historiografia oficial, que se apoia no mito do colonizador para construir a justificativa de todo um movimento contraditório que caminha na direção de convencer o conjunto da sociedade da justeza do processo de colonização implantado na região. Este trabalho, juntamente com outros, resgata o lado 'obscuro e silencioso' do município.

Dentre os principais questionamentos apontados por Tomazi encontra-se a afirmação de que há a ocorrência de um discurso chamado “Norte do Paraná”, construído por um conjunto de idéias que se formaram principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, e reificadas nos anos que se seguiram.

Alimentadas durante as décadas seguintes, estas idéias foram reforçadas por diversos *inputs* que se orientam na direção de dar continuidade na história oficial do município das qualidades ‘ímpares’ atribuídas ao colonizador que lá chegou pelas mãos da CNTP. Esta retórica¹⁸, construída ao longos dos anos, contribuiu fortemente na construção não apenas da imagem que o ‘homem do Norte do Paraná’ tem de si, mas também contribui para plasmar criaturas institucionais¹⁹, que procuram escapar da retórica e se autonomizar frente ao seu criador.

Duas destas idéias nos interessam particularmente, pois fazem conexão direta com o meio ambiente e a forma como foi “construída” a região: a primeira, diz respeito ao questionamento do improvável vazio demográfico das terras colonizadas pela CTNP e amplamente utilizada pelo governo e pela própria companhia. A outra idéia presente neste discurso, que se mantém vivo até os dias atuais, refere-se à visão de “Terra da Promissão”, detentora de inesgotáveis recursos naturais como terras férteis, mata virgem, água em abundância dentre outros fatores.

O trecho que segue é de autoria de Romário Martins (1925)²⁰, faz parte de uma coletânea de nove artigos que falam sobre as riquezas do Paraná²¹, e servem para ilustrar os primórdios do processo de colonização regional:

¹⁸ Entendemos por retórica: “Estudo do uso persuasivo da linguagem, em especial para o treinamento de oradores. [Tradicionalmente cinco são as partes do estudo retórico: (a) a inventio, ou descoberta de argumentos; (b) a dispositio, ou arranjo das idéias; (c) a elocutio, ou descoberta da expressão apropriada para cada idéia, e que inclui o estudo das figuras ou tropos; (d) a memoria, ou memorização do discurso; e (e) a pronuntiatio, ou apresentação oral do discurso para uma audiência.” In.: Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI – Versão 3.0 – 1999.

¹⁹ Pretendemos com este termo dizer que o processo histórico construído pelo embate de idéias e formas de colonização exige dos atores respostas ‘institucionais’, que, para assumirem ares de seriedade apoiam-se em estruturas jurídicas formais, tenham elas um estatuto privado ou público, tanto faz desde que consigam oficializar as intenções desejadas. Desta forma na maioria das instituições (sejam elas físicas ou etéreas) nascem para justificar este *modus operandi* característico dos agentes dominantes de cada região. Ao longo do processo estas instâncias tornam-se autônomas frente ao criador e constroem sua própria lógica. Uma destas instituições na cidade de Londrina é o mito do ‘pioneiro’, originalmente sua construção servia para denominar alguns poucos que traziam para si os ‘louros’ de um processo coletivo, depois esta denominação extrapola o âmbito restrito do ‘empreendedor nato e com visão’ e para a ser atribuída inclusive àqueles que mesmo não tendo visto o processo de colonização de um ponto de vista privilegiado, recebe também o ‘título’, não por merecimento (sob o ponto de vista de seus idealizadores) mas por antiguidade.

²⁰ Segundo Tomazi (1999), Romário Martins é considerado o mais ilustre dos ‘paranistas’ e um dos fundadores da história do Paraná. Os artigos a que se referem o autor encontram-se no Museu Paranaense, colados ao que tudo indica pelo autor em um pequeno caderno.

“Não é hora propícia dos ciúmes regionais. É hora de ação – dos distendimentos das vias de acesso aos pontos aos pontos cardeais desta Canaã que se repete na feracidade das regiões providenciais banhadas pelo estuário grandioso do Paranapanema e seus afluentes, de maneira a captá-las como um rio de ouro em Jaguaraíva e daí a Curitiba por uma linha férrea direta que forme a corda deste arco de aço que hoje obriga o transporte a um longo e desnecessário percurso pelas estações acidentais da São Paulo/Rio Grande. (...)”

Antes de conhecermos esta região, andamos, com quantos outros, pleiteando as ferrovias transparanenses do mar oceânico ao mar fluvial encantados com os valores, imensos aliás, dos campos e das florestas ocidentais e das quedas d'água mais formidáveis do mundo – com as maravilhas do Iguaçu e das Sete Quedas, com a ligação Brasil-Paraguai e outros futurismos poéticos e generosos. Tudo isso é adiável e secundário em comparação com as forças vivas e fecundas do norte, do nordeste e do noroeste, e com as condições de suas riquezas atuais. Uma estrada de ferro do mar às barrancas do Rio Paraná, será um monumento grandioso assinalador da nossa capacidade de realização, num largo e belo cheque contra o futuro. Mas a Estrada de ferro direta do Rio Paranapanema à Curitiba, será a duplicação imediata da nossa economia, a multiplicação incalculável, pelo tempo adiante, dos nossos melhores recursos financeiros: - o caminho mais curto para o nosso futuro.”

(Apud TOMAZI, 2000:176–177)

Há já neste período uma farta campanha deste ‘paraíso desabitado’, pronto para ser colonizado por ‘gente de valor’, que visava atrair investimentos para a região.

Em 1925, o recém fundado, “O Estado do Paraná”, traz um artigo que fala de uma região “incomparavelmente fértil”, “uma região de incomparável uberdade”, “uma terra fabulosa”, um “El Dorado”, que “transmuta sementes em ouro”, estes elogios desmedidos à região norte do Paraná

²¹ Embora não fale especificamente da região de Londrina, o texto de Romário Martins, refere-se às enormes riquezas do Paraná, a definição e caracterização de ‘Norte do Paraná’ é posterior e vincula-se a uma fase posterior, e mesmo esta caracterização vai sofrendo alterações e interpretações vide Tomazi(2000).

contribuíram para que milhares de pessoas chegassem de diversas partes do Brasil e do mundo para adquirirem as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná ou simplesmente para trabalhar no desmatamento e na plantação das fazendas de café da nova fronteira agrícola. Em função desta farta propaganda, nas décadas que se seguiram, (como vimos no item população), o número de moradores aumentou muito rapidamente, em Londrina e também em toda a região.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a natureza era entendida como uma fonte inquestionável, e até certo ponto inesgotável de riquezas, seja como moeda de troca ou como fator de atração para investimentos para a região, como algo a ser oferecido e propagandeado, o que de resto, reflete de modo bastante evidente a visão de paraíso encontrada em vários relatos de visitantes que chegaram ao Brasil desde Pero Vaz de Caminha no descobrimento. A natureza em todo o seu conjunto, a mata fechada, os animais os rios intransponíveis, e os índios das mais diferentes nações eram vistos como entraves para o ‘progresso’, como algo a ser domesticado, submetido explorado e vencido.

Este movimento aparentemente contraditório de elogio e negação, faz parte de estratégia secular de dominação que pode ser observado em todo o Brasil. No 'Norte do Paraná' evidencia-se exemplarmente em um artigo do Jornal *O Estado do Paraná* que, em um mesmo dia consegue em um artigo enaltecer as enormes potencialidades Região Norte do Paraná, e em outro artigo, utiliza-se de adjetivos nada elogiosos a mesma região, dizendo que ela era um “sertão inóspito”, “o maior castigo que se poderia desejar a um agente do fisco(...)”, “aquele degredo”, “para onde iam os míseros condenados, os reprobos e os deserdados de qualquer bom predicado, mal apadrinhados (O Estado do Paraná de 10/01/1925. Apud TOMAZI, 2000 :178)

A natureza era vista como algo a ser vencido, desbravado, dominado e domesticado, os agentes deste processo eram apresentados como heróis. É comum observar no início do período de colonização fotos com lenhadores posando triunfantemente ao lado de perobas rosas e figueiras brancas seculares e ao fundo a terra nua pronta para o cultivo.

Evidentemente, a ação humana nos ecossistemas originais, que na visão dos ‘promotores do progresso na *Canaã* paranaense’ era condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional, foi acompanhada por desequilíbrios enormes que exigiram uma legislação que visava, em última instância, responder emergencialmente aos reflexos ‘negativos’ desta intervenção. É necessário afirmar que a legislação construída no período inicial da colonização do município não tem propriamente uma

orientação ambiental²², pois não há indícios de que tenha havido esta preocupação por parte do legislador. Entretanto, ao proceder a análise das normas mais específicas ou de leis mais gerais, pode-se sem muito esforço observar como fio condutor a necessidade do poder público em responder as questões impostas pela interconexão homem e natureza.

Seguindo os rastros destes embates deixados por esta legislação, foi possível identificar no município um grande número de leis que direta ou indiretamente refletem e apontam para uma relação entre meio ambiente e poder público. Durante o processo de análise dos primeiros anos desta legislação, fica evidente que não há neste emaranhado de leis algo que se possa identificar propriamente como 'política ambiental'.

O que se observa é a tentativa do administrador municipal solucionar 'por decreto' problemas emergenciais que surgidos ao longo do processo de colonização regional exigiam repostas rápidas e soluções e às vezes imediatistas, mesmo que paliativas. Deste modo o que se observa, é uma sucessão de leis que atuam desconexas entre si e não seguem nenhum eixo de intervenção institucional específica, o que se verificará é a edição de leis fragmentadas e alheias a um conceito mais amplo de compreensão de sistema ou de ecologia, que pode ter justificativas no período inicial da colonização, em função da compreensão restrita destes conceitos. Entretanto, o que se verificará nos períodos recentes da história de Londrina, é um movimento contínuo de afirmação desta visão obtusa sobre os impactos ambientais causados pela ação dos processos econômicos.

A legislação ambiental em Londrina de 1936 a 1970

A legislação ambiental em Londrina inicia-se em 1936, com a promulgação da lei número 2 que trata de liberação de verbas para conter 'uma epidemia'²³ que assolava o município, e foi editada dois anos

²² O sentido do conceito dado ao termo 'ambiental' é entendido aqui em um sentido restrito, ou seja, é observada apenas na sua relação estreita com as questões ecológicas. Essa restrição é apenas instrumental e visa restringir um campo de observação mínimo, cujo objetivo principal é focar o objeto da legislação produzida na cidade e verificar a relação entre estas leis e as demandas produzidas pelo capital no processo de colonização. Um conceito mais aprofundado de 'ambiente' pode ser encontrado no livro *Epistemologia Ambiental*: "O ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento." LEFF(2000:17).

²³ A referida Lei não especifica qual a doença que exigia do poder público liberação de verbas em caráter de urgência e dando ao prefeito poderes para gastar a quantia necessária para "debelar o mal que assolava a cidade e a região". Os jornais da época não trazem muitas referências da referida doença. Há uma pequena matéria no *Jornal Paraná Norte* de 1 de março de 1936 a notícia que uma equipe médica americana está para ser recebida para 'debelar o mal que assola a região'. Entretanto na Secretaria de Saúde em Curitiba há uma farta documentação dando conta do surto de malária que acometia a região Norte do Paraná na época.

após a promulgação do Decreto Federal 23.793, conhecido como Código Florestal, fato que marca de certa forma o início da moderna ‘normatização’ da natureza no Brasil.

A ligação entre a forma de ocupação e o processo de desmatamento que se fazia por toda a região para implantar o processo de colonização agrícola do território e a ‘genérica epidemia’, de que trata a primeira lei de cunho ambiental em Londrina são evidentes.

O ‘silêncio’ encontrado no texto da lei e a pequena importância dada ao fato pelos jornais da região da época evidenciam de um lado a necessidade de uma intervenção ‘urgente’ do poder público para remediar um desequilíbrio ecológico, e de outro, a natureza rasgada em seu interior pelo ‘peão’, posseiro, parceiro e colono, que na linha de frente do processo de colonização morriam aos punhados, criando como subproduto de sua intervenção na natureza a liberação de forças e processos que não podiam prever ou controlar.

Este silêncio não é apenas um detalhe, ele se constitui e se evidencia como um traço marcante da política brasileira, as instituições valem-se dele constantemente. A vida política em Londrina, nasce intrinsecamente ligada à CTNP, suas ações são as mesmas da empresa, seus dirigentes tem uma ligação histórica com a Companhia de Terras. A vontade de uma reflete a ação da outra²⁴. O discurso da empresa passa a ser dito pelo poder público, institucionalizado e reconhecido na figura de um município. Não é apenas o interesse de um empreendimento imobiliário, e sim ‘preocupações legítimas’ de um município.

LEME(2001), ao escrever sobre a saúde pública deste período em Londrina, lança luz sobre esta epidemia e, dando voz aos primeiros atores, relata as dificuldades encontradas no município pelos primeiros médicos que lá trabalhavam, devido a total ausência de estrutura para atender aos inúmeros casos de doenças e traumas que aconteciam em todo o município.

(...) não havia raio x, a anestesia era à base de éter, clorofórmio, ciclopropano, cloritila, e ainda se usava fórceps para os partos. Para não falar que as estradas não tinham asfalto, não havia água encanada, nem luz elétrica(...) Como a anestesia era de curta duração, o cirurgião tinha que ser rápido e habilidoso.”

²⁴ Para ilustrar esta relação existente no início das atividades municipais de Londrina podemos destacar a Lei número 10 de 14 de julho de 1936, autoriza o prefeito a: “entrar em entendimento com a Companhia de Terras Norte do Paraná, sobre a encampação do matadouro local e dos serviços de remoção do lixo.”

(Relato do Dr. João Dias Ayres, que chegou à região de Londrina em 1938, Apud LEME, 2001:144)

As características do processo de ocupação da região exigiam a derrubada das matas, que era feita com o uso contínuo de facões, foices e machados, que muitas vezes, causava acidentes ocasionando cortes profundos nos trabalhadores dos primeiros anos de colonização. Soma-se aos acidentes com objetos cortantes, as fraturas, traumas e esmagamento de membros causados pela queda das enormes árvores que chegavam a atingir até quarenta metros de altura.

LEME em uma transcrição de uma entrevista, diz que o Dr. João Dias Ayres afirmou que a Cia de Terras Norte do Paraná tentou subornar o delegado de Higiene Osvaldo Dias, para que este, não divulgasse publicamente a existência de uma epidemia de febre amarela que atingia Londrina, segundo o médico a empresa temia que os compradores de terras seriam ‘espantados’ pela epidemia e se a notícia ‘fosse dada oficialmente’ haveria prejuízo e desvalorização das terras da Companhia. Ao que parece, o funcionário não se deixou corromper, é possível encontrar nos jornais da época referências da doença, embora timidamente, as matérias davam divulgação à doença. O Dr. João Dias Ayres afirma que se o funcionário tivesse se deixado seduzir, a história da cidade seria outra, pois boa parte da população teria sido dizimada pela doença.

Outro ‘silêncio’ que se estabelece, dá-se com a promulgação da Lei número 03, datada de março de 1936, que trata especificamente da questão dos cemitérios no município. Nela são liberadas verbas para que a prefeitura faça, independente de concorrência pública, os desmatamentos e limpeza dos terrenos destinados aos cemitérios da cidade, bem como a contratação de funcionários para zelar dos mesmos.

Depois de lido o relato médico sobre a década de 1930 não é de se estranhar que uma cidade tão jovem, pudesse ter um problema desses já nos primeiros anos de sua existência, a ponto de exigir da prefeitura uma lei específica para tratar do assunto. E mesmo uma análise mecânica e imediata destas duas leis permite observar uma conexão entre elas e para onde apontam.

Apesar de que naquela época terem morrido tantas pessoas que obrigou a prefeitura a editar estas duas leis tão urgentemente, reconhecendo a existência da epidemia, os jornais da época trazem apenas

indicações esparsas do problema. É como se nada de grave estivesse acontecendo, os jornais seguem construindo tranqüilamente o mito do “Norte do Paraná”.

No grande período de tempo que vai de 1936 a 1970, além das duas leis já citadas, são promulgadas no município de Londrina mais quatorze leis que tratam de temas que se relacionam com temas de recursos naturais e ou da tentativa de regulamentar aspectos da vida cotidiana dos moradores da cidade, não podendo ser consideradas propriamente como leis ambientais.

Quase todas elas tinham como objeto legal a regulação das atividades dos munícipes no trato com os animais e cuidados com os terrenos baldios, dentre outros. Há neste período uma lei bastante curiosa, não pelo seu objeto, mas pela duplicidade de sua forma, conteúdo e objeto, a Lei número 37 de 25 de novembro de 1948, trata da obrigatoriedade da construção de fossas cépticas nos prédios existentes, ou que venham a ser construídos. No ano seguinte em 08 de agosto o prefeito Hugo Cabral faz publicar a Lei 54, que tem exatamente a mesma redação da Lei 37, a novidade fica por conta da pesada multa de duzentos cruzeiros a quem não cumprir a Lei e à majoração de mais trinta por cento ao mês para quem insistir em não fazer o que manda a lei. Ao que parece, não havia muita disposição dos munícipes em obedecer as regras impostas pelo poder público.

Os destaques do período que vai de 1936 a 1970, fica para a Lei 133 de 1951 e a Lei 413 de 1958. A primeira, dispõe sobre a questão dos loteamentos, arruamento e zoneamento do município, sua confecção foi atribuída a Francisco Prestes Maia, Prefeito interventor de São Paulo entre 1938 a 1945 e responsável pelo Plano de Avenidas de São Paulo (1930) e pelo Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1938). A Lei 133²⁵ foi encomendada pelo Prefeito Hugo Cabral, que em fins de seu mandato solicita urgência na sua elaboração, sua aplicação na cidade gerou muitas polêmicas, pois além de regular e ordenar a crescente urbanização da cidade, versava sobre coleta e destino do lixo, criação de animais em fundo de quintal dentre outros aspectos do cotidiano do londrinense. A segunda, a lei 413

²⁵ A Lei 133 de sete de dezembro de 1951, foi objeto de uma dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, defendida na FAU-USP em 2000, de autoria de Fausto Lima, que trata das questões de produção do espaço urbano. Esta lei desde sua publicação foi alvo de muitas críticas, principalmente dos chamados “terrannistas”, (loteadores) que desde a saída dos ingleses, segundo LIMA, foram os responsáveis pela “produção” do espaço urbano em Londrina, que questionavam o “excesso” de normatizações impostas pela legislação. Uma forte oposição se formou contra a aplicação do texto da lei 133, em 1954, por exemplo elege-se Fernandes Sobrinho (PSD) com a bandeira de ‘humanizar a lei’, que na verdade era calcada proposta de diminuição das exigências das diretrizes para o ordenamento urbano e infra estrutura dos loteamentos (APUD LIMA, 2000:142). Esta lei sofreu várias modificações e regulamentações de seus artigos, mas só foi substituída em 1998 com a proposta do Plano Diretor de Londrina, mas mesmo assim, segundo LIMA, com vários conceitos da Lei 133 ainda presentes no novo documento. Apesar de sua importância na regulação urbana de Londrina esta lei ainda não foi analisada sob o ponto de vista sociológico, estudo este que acreditamos daria um belo trabalho tendo em vista os amplos aspectos normativos da lei e sua importância na regulação do espaço urbano de Londrina.

que cria o Departamento de Água e Esgoto, e que será complementada pela Lei 826 de 16 de julho de 1963, que convencionou que as instalações de saneamento municipal deverão seguir as normas recomendadas pela ABNT.

No cenário legislativo e normativo nacional ocorria algo similar, pois nos trinta anos que se seguiram à promulgação do Código Florestal e da Lei das Águas em 1934 houve pouco avanço também na legislação ambiental federal (Drummond, 1999)²⁶.

De 1966 a 1970 encontramos mais uma lei de cunho ambiental a lei 1810, que determina que fica proibido a instalação de depósitos de adubo e inseticidas próximos às casas localizadas no perímetro urbano.

A análise deste período nos mostra que malgrado o enorme desenvolvimento econômico a que a cidade de Londrina experimentou²⁷ desde sua fundação até os anos de 1970, pouco se avançou na construção de uma crítica ao processo de desenvolvimento aqui empreendido, a região era vista como uma ‘fronteira agrícola’ onde o importante a fazer era desmatar e plantar a roça de café e o ‘sucesso’ chegaria caso fosse seguida a receita.

Os poucos anos em que se viveu democraticamente neste período, em todo o Brasil, não conseguiram dar aos embriões vida democrática força suficiente para resistir aos períodos de autoritarismo. Uma sociedade não pode se pensar, refletir sobre seus erros e seus acertos sem que haja espaço público para tal. O desmatamento, as grandes queimadas, a erosão, a pobreza, a morte violenta, seja por doença ou pela violência da busca do lucro, faziam parte da vida da população londrinense. A cidade tinha ‘dono’ a tentativa de questionar o modo de vida era violentamente rechaçada.

Em síntese a não institucionalização dos problemas ambientais neste período não é apenas um traço eventual da cultura política da cidade. Ele representa uma face da ‘ideologia’ desenvolvimentista que

²⁶ DRUMMOND, José Augusto. A legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988, in *Ambiente & Sociedade* – Ano II N 3 e 4 – 2º semestre de 1998, 1º semestre de 1999. Pg. 127-149.

²⁷ O período inicial da colonização do Norte do Paraná corresponde com o fim da Primeira Guerra Mundial, onde há uma enorme expansão do processo de internacionalização dos capitais, e um dos principais períodos da universalização do modo de produção capitalista.

se conecta com toda a história do Brasil. Apesar dos 'traços europeus' da pequena Londres²⁸, a cidade não escapa à lógica maior das instituições políticas do país, ou seja a apropriação privada do espaço público, este processo cria simulacros institucionais que não podem ser analisados apenas pelas disfunções ou incompetência burocrática, na verdade estes processos são consequências e não causa dos problemas institucionais.

No cenário internacional, o debate ecológico começava a tomar força e a escapar dos círculos restritos da contestação cultural do final dos anos de 1960. As consequências da industrialização crescente dos países centrais aliada aos avanços tecnológicos apontavam para a compreensão dos limites materiais da natureza. Estes debates ganham o espaço na agenda política internacional e repercute nos países em desenvolvimento. Os reflexos destes debates se fizeram sentir no Brasil, onde a intenalização das demandas ambientais começam a ocorrer na década de 1970, por conta das fortes pressões internacionais.

Período de 1970 -1989

Entre 1970 e 1978 há um hiato de legislações, normas ou regulações ambientais, só rompido em 15 de julho de 79, quando o então prefeito, Antonio Belinatti²⁹, decreta de utilidade pública a Sociedade Ornitológica de Londrina. Fato nada importante para uma cidade que cresceu exponencialmente nas décadas anteriores e sofreu uma enorme transformação econômica e social.³⁰

Dentre as mudanças pode-se citar a forte urbanização que o município teve na década de 70, em apenas cinco anos a população de cidade cresceu aproximadamente vinte e cinco por cento, passando de 228.101 em 1970 habitantes para 283.740 em 1975.³¹

²⁸ Segundo consta a origem do topônimo está relacionado com a capital inglesa e é mais um traço da influência da CNTP, que tinha capital predominantemente inglês, na cidade.

²⁹ Este prefeito, em particular merece um estudo mais detalhado, pois comandou a cidade de Londrina por três mandatos, além disso grande parte da legislação ambiental da cidade foram feitas durante seus mandatos até porque coincidem com as mudanças no processo de tomada de consciência ecológica ocorrida no nível global. E também porque seu último mandato (1996-2000) foi cassado devido a acusações de desvio de verbas envolvendo justamente os órgãos encarregados de gerenciar o meio ambiente municipal: AMA- Autarquia Municipal do Ambiente e COMURB - Companhia Municipal de Urbanização.

³⁰ Obviamente a cidade procurou responder aos problemas urbanos com legislações específicas, como é o caso das leis que regulam o zoneamento da cidade. Mas do ponto de vista das questões ambientais há um vácuo de regulações legais.

³¹ Dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina -IPPUL

Para alguns, as mudanças ocorridas na cidade deveram-se em grande parte à geada ocorrida em 1975, que dizimou os cafezais da região, obrigando milhares de trabalhadores rurais a migrar das áreas rurais para a cidade. Entretanto, acreditamos que as mudanças tiveram um cunho mais estrutural relacionando-se com a economia nacional, do que apenas um problema causado por uma inversão climática, o que de resto é mais lógico haja vista as grandes transformações que o país vinha sofrendo em sua base econômica, desde a década de 50.

Entretanto, no imaginário popular, este 'evento climático' foi o maior responsável pela transformação da economia da cidade nos anos 70. Embora haja divergências sobre a importância 'da geada de 75', para as pessoas em geral há nela um fato inegável: após a sua ocorrência milhares de trabalhadores rurais foram literalmente despejados na periferia do município, a população, por não alcançar as mudanças estruturais fazem uma conexão direta entre a 'grande geada' e as causas da sua saída brusca do processo produtivo cuja locomotiva era o café. Esta percepção, assim existente, teve o mérito de reduzir em muito os movimentos de pressão popular, pois as pessoas enxergavam como fatalidade a sua nova condição social.

Enquanto Londrina discutia os impactos e as consequências da geada de 1975, no cenário nacional desenhava-se um quadro um pouco diferente em seu aspecto, mas que não se distancia muito da visão desenvolvimentista encontrada da realidade local. Viola e Leis (1995) ao analisarem o ambientalismo brasileiro chegam à conclusão de que no período de 1971 a 1985 é desenvolvido no Brasil o que os autores chamam de 'ambientalismo bissetorial'.

A visão do meio ambiente que caracteriza o Brasil nesta época é marcada pela polarização e constituição de grupos e associações ambientais e agências governamentais, como exemplo pode-se citar a Agapan, fundada em 1971 na capital gaúcha e a criação em 1973 da Secretaria Especial do Meio Ambiente respectivamente.

E o que norteia o desenho das propostas ambientais brasileiras, (fazendo uma rápida revisão), é do lado das agências nacionais um recuo estratégico frente a imagem negativa do país após a posição adotada pelo governo brasileiro na conferência de Estocolmo (1972), que não se transforma em política efetiva, é apenas uma estratégia para acalmar as críticas dirigidas ao país. No que diz respeito aos ambientalistas o que se observa, segundo Viola e Leis (1995), é a incorporação acrítica de programas e problemas internacionais, sem as mediações necessárias e que não respeitavam as especificidades brasileiras, como

exemplos podem-se citar os problemas do saneamento básico e a questão da pobreza urbana, há muito resolvidos nos países de primeiro mundo, mas que para o Brasil era (e é) um grande problema ambiental, mas nos países desenvolvidos estas questões já não constituíam problema.

“A rigor, o ambientalismo no Brasil não aparece como um fenômeno isolado, ainda que faça parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. A profundidade (e até a violência) das mudanças modernizadoras dos anos 70 brasileiros explica inclusive o maior espaço de atenção que aqui tiveram as questões ambientais, em relação a alguns outros países da América Latina que se afastavam gradualmente da dinâmica do sistema internacional e, praticamente, adormeciam repetindo os mesmos debates das últimas décadas. Estas circunstâncias marcam simultaneamente a força e a origem do ambientalismo no Brasil que, promovido por “cima” e por “baixo”, estrutura-se no seu período formativo como um movimento bissetorial constituído por associações ambientais e agências estatais de meio ambiente.”

(Viola, Leis 1995:81-82)

Neste período, a atuação das entidades ambientais está essencialmente fundada nas denúncias e na tentativa de conscientizar a população sobre a degradação ambiental, principalmente com o enfoque para os problemas locais. Ainda segundo os autores, é apenas no final da década de 70 que as questões regionais e nacionais tomam corpo e importância no discurso ambientalista, como exemplos cita-se a campanha pela preservação das Sete Quedas (1979-1983) que deu origem ao lago da Usina de Itaipú, a campanha chamando a atenção para o desmatamento da Amazônia (1978-1979), a luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1985) e no plano regional o grande problema da cidade de Cubatão em São Paulo, que revelou para o país as consequências terríveis na saúde da população, mostrando o lado perverso de um processo industrial sem se preocupar com qualquer planejamento ambiental ou com as populações vizinhas aos empreendimentos industriais.

Enquanto o Brasil desenvolvia-se industrialmente e comercialmente, em Londrina, no período de 1979 a 1990, foram editadas vinte e quatro leis relativas à questão ambiental e em sua grande maioria, no segundo mandato do prefeito Antonio Belinati.

Os destaques das leis ambientais deste período ficam por conta de duas leis em particular: a primeira trata da criação do Parque Arthur Thomas em 1988, no mandato do prefeito Wilson Moreira e a segunda que trata da criação do primeiro órgão ambiental de Londrina.

O Parque Arthur Thomas localiza-se em uma pequena área com 827 mil metros quadrados, cujas matas foram preservadas, e originalmente ela pertencia à Companhia de Terras Norte do Paraná, e que foram doadas pela CTNP à prefeitura com a finalidade de se criar um parque. Assim o primeiro parque municipal de Londrina nasce da iniciativa da Companhia de Terras. E é criado com intuito de ser um ‘parque ecológico’, mas na verdade ele foi instituído para simbolizar o papel da Companhia de Terras e marcar a atuação dos ‘pioneiros’ que desbravaram os ‘campos do Norte do Paraná’.

Para exemplificar a ambigüidade das autoridades londrinenses no período, o mesmo prefeito que criou o Parque Arthur Thomas, é responsável pelo que para alguns é considerado um dos maiores ‘problemas ambientais do município’. Utilizando-se de entulho de construção o prefeito autorizou que o uma parte do Lago Igapó II fosse aterrado, formando em seu lugar um enorme terreno baldio. Passados quase vinte anos ainda é um dos maiores passivos ambientais da cidade. Compreendida entre a Universidade Estadual de Londrina, Shopping Catuaí e o Lago I e III esta área está localizada em uma das mais bonitas e valorizadas da cidade. Por conta do seu enorme valor imobiliário esta área é palco de constantes investidas do poder público e de empresários que a querem utilizar para empreendimento imobiliários.

A última investida ocorreu em 1998, quando se formou uma grande disputa pela área, que chegou a ser doada a empresários que construíssem um centro de lazer nos moldes do Estação Plaza Shopping de Curitiba, a população e a sociedade civil organizada sabendo da decisão da prefeitura³², que doara o terreno sem consultar a comunidade, lançaram uma campanha intitulada “O Igapó é Nosso” e conseguiram sensibilizar a comunidade e os gestores públicos que retrocederam da proposta e impediram que o processo de doação se efetivasse. O então prefeito Antonio Belinatti veio a público anunciar a o recuo da decisão e inclusive anunciou a criação de um parque público no local, o que não seria necessário pois já existia uma lei prévia que criava um parque exatamente neste terreno.

³² O prefeito da época era Antonio Belinatti, que posteriormente foi cassado por envolvimento em desvios de verbas públicas da AMA e COMURB.

A criação do Parque Arthur Thomas só é antecedida em importância para a população de Londrina por uma pequena área de preservação localizada no centro da cidade e conhecida genericamente e popularmente como ‘O Bosque’.

Localizado ao lado da Catedral Metropolitana, este espaço ocupa pouco mais de uma quadra e está abandonado há vários anos, servindo de abrigo para andarilhos e moradores de rua.

Esta área verde está muito relacionada com a história da cidade e embora maltratada, representa para o londrinense um espaço de reflexão de sua história, pois além de estar no coração da cidade e trazer uma vaga demonstração do que foi a mata original, ela sofreu várias modificações no uso desde sua criação. Nascida inicialmente como área de lazer, teve na década de 70 seu espaço dividido ao meio para dar lugar a construção de um terminal de transporte coletivo. Seu espaço original só foi restituído ao ‘Bosque’ no final da década de 80, mesmo assim com um processo questionável de reurbanização, que pretendia integrar as duas partes com a criação de uma área de lazer urbana.

O último fato importante neste período da legislação ambiental de Londrina, foi a promulgação da Lei 4.588 de 28 de novembro de 1990 que criou o Departamento de Meio Ambiente. Este órgão foi imaginado pelo legislador como sendo subordinado à Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Há uma forte relação entre este departamento e a Constituição de 1988, que atribuía aos municípios poderes para gerir o patrimônio ambiental juntamente com o os Estado e a União.

O que pode ser chamado de primeiro órgão ambiental da Prefeitura de Londrina tinha como objetivo geral, de acordo com o parágrafo segundo: “garantir a qualidade de vida da população”. Entretanto para cumprir este fim não havia um corpo profissional especificamente destinado para execução de qualquer tarefa. Para as atividades do recém criado Departamento ficavam disponíveis os mesmos funcionários da secretaria municipal a que estava vinculado. A precariedade institucional do Departamento de Meio Ambiente fica ainda mais evidente quando se lê o artigo oitavo da lei que o cria:

“ Art 8º - O município fará constar no Orçamento de 1992 a criação da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Londrina, que, uma vez criada, encampará o Departamento de Meio Ambiente.”

(Artigo da Lei Municipal 4.588 de 29/11/1990)

Após lido o artigo 8º, fica evidente que a questão ambiental em Londrina era vista e tratada de forma bastante precária no período e também como algo secundário e até desnecessário dada a escassez de recursos e atribuições destinados a este Departamento.

E de fato em 24 de abril de 1992 através da Lei 4.977, foi criada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Com oito artigos esta nova Lei não faz avançar as questões ambientais em Londrina, apenas reúne em uma secretaria três departamentos distintos mas sem diretrizes específicas para cada um.

Embora se perceba, na legislação ambiental de Londrina, da década de 70 e 80 um processo de complexização dos temas abordados seja pelas leis ou pelas tentativas de avançar na direção de uma maior compreensão e regulamentação dos processos de usos dos recursos naturais. Nota-se, ao analisar as leis deste período, que elas estão muito influenciadas pelos avanços científicos ocorridos em outras partes do mundo e pela maior compreensão da importância do meio ambiente como forma exógena, e que são motivadas, na maioria das vezes, por discussões que extrapolavam o âmbito da compreensão e das discussões ecológicas locais.

A própria debilidade das instituições locais apontam para este fato, o debate é muito pontual e às vezes inócuo. É necessário reafirmar que esta debilidade é produto da cultura política local, que nunca se preocupou realmente com as questões ambientais. A impressão que se tem é que as ‘coisas’ como ‘coisas’ que são complexizam-se por conta própria e que o administrador apenas responde as demandas, sem a preocupação de prever-lhes as consequências e os necessários desdobramentos.

Como exemplo destas complexização técnica das leis, podemos citar as criadas para disciplinar o uso de agrotóxicos e da água na zona rural, que têm, sobretudo na preocupação com a contaminação dos mananciais do município, com sanções bastante pesadas aos infratores, inclusive com o confisco por um ano dos equipamentos agrícolas utilizados na pulverização de agrotóxicos. O que na verdade é quase nada, quando se observa os avanços da urbanização do município e os problemas surgidos neste longo período histórico compreendido nos dois períodos analisados ou seja de 1939 a 1970 e 1971 a 1990.

A ausência de grupos ecológicos fortes e articulados com a problemática ambiental capazes de criar um movimento de ‘consciência ecológica no município’, é também indicativo da ausência do espaço público. O que de resto, assemelha-se bastante com o cenário das demais cidades de porte médio do Brasil, que com raras exceções, construíram entidades ecológicas minimamente fortes e perenes.

A década de 90 e a legislação ambiental em Londrina

A confecção da legislação ambiental na década de noventa, necessita ser observada juntamente com a incorporação dos novos atores surgidos no movimento pela democratização do Brasil, observados em toda a década de oitenta. A nova matriz legal/ambiental que se desenha traz consigo novos ângulos, fruto de uma visão mais crítica talhada pelos movimentos sociais.

Entretanto, estes novos movimentos, não terão como força motriz central e indispensável a compreensão das questões ecológicas como algo essencial e necessário, sua caracterização como movimento ambiental em sentido estrito está longe de ser uma realidade, as demandas ainda são muito particulares de uma sociedade que reivindica acessos mínimos à democracia formal. Na base desta 'tomada de consciência' encontram-se: a morte de Chico Mendes, as grandes queimadas na região amazônica e a realização da ECO 92.

Desta forma podemos perceber na década passada importantes momentos em que a inter-relação entre os movimentos sociais e o produto da regulação social estiveram na pauta das discussões políticas, fazendo ampliar o leque das discussões destes movimentos, onde, mesmo com baixa prioridade, as questões ambientais começam a tornar os problemas ecológicos mais visível.

Viola e Leis (1995) apontam o período de 1986 a 1991 como o momento da mudança do enfoque do ambientalismo no Brasil, que passa da atuação bissetorial da década de 1970 e 1980, para uma visão multissetorial caracterizada pela ampliação da preocupação pública interna e externa. Nesse sentido, como consequência desta ampliação há uma necessária complexização dos processos de construção de teorias e políticas que dêem conta da compreensão das questões ambientais. Desse modo, com os avanços alcançados pela agenda ambiental, os autores descrevem mais três setores novos que passam a atuar no cenário ambiental:

“Esse ambientalismo (dos anos 1986-1991) está constituído por cinco setores (os dois primeiros existentes previamente e os três novos): 1) as associações e os grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e as instituições científicos que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; 5) um reduzido setor dos gerentes e

do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental.”

(Viola e Leis, op cit.:85) grifo e comentários nosso)

Além destes grupos os autores citam ainda o Partido Verde, mas não o inclui como um grupos específico pois o PV não se articula eficazmente no Brasil, não conseguindo tornar-se uma referência nacional.

Gostaríamos de introduzir nesta fase do ambientalismo do Brasil um novo ator, que ao menos em Londrina, mostra-se capaz de tornar-se referência na proposição de uma certa “consciência ecológica”. Trata-se de agentes de políticos que não tem uma filiação ou atuação em associações ambientalistas especificamente mas que incorporam em seus discurso estas temática e que optam por fazer incursões na problemática ambientalista, e o fazem de forma ‘descolada’ do grande movimento ambiental nacional e mundial. Isto se dá quase que essencialmente nos períodos eleitorais, não podemos dizer que sejam propostas essencialmente populistas, porque não há uma demanda efetiva da população londrinense para os problemas ecológicos.

Entretanto, não podemos afirmar que seja um agente totalmente novo, apenas parece-nos que o seu modo de atuação o é, pois caracteriza-se por uma atuação superficial e em certos momentos de forma transversal. Seu modo de agir e seu discurso dependem do tipo de público atento à ela e em muitos casos da demanda colocada para a sociedade.

Um exemplo típico desta atuação deu-se no episódio entre a Sanepar/governo do Estado do Paraná e a população de Londrina que defendiam o Projeto Tibagi e o aquífero Botucatu respectivamente.

Neste episódio, ocorrido entre os anos de 1984-85, polarizou a opinião pública por alguns meses, surgiram várias vozes que falavam contra o projeto proposto pelo governo Estadual, havia um discurso ‘ecológico’ muito vinculado à questão de saneamento e da saúde pública por parte dos defensores do aquífero Botucatu, e por parte da SANEPAR e o governo do Estado, do então governador Alvaro Dias, que desconsiderava as questões levantadas e apresentavam uma proposta meramente ‘técnica’ para solucionar o problema de abastecimento de água de Londrina e região.

Este processo de discussão ocorreu no período de transição democrática, e um certo traço autoritário percorria toda a sociedade, embora diversas entidades de classe estivessem presentes no debate isso por si só não garantia a ampliação do debate pois a tradição de luta destas entidades vinculava-se historicamente à questões de cunho salariais, dentre os atores coletivos pode-se citar: o Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Médicos, Sindicatos dos Professores (mais particularmente o sindicato ligado à Universidade Estadual de Londrina) dentre outras associações de classe.

Deve-se notar que a intervenção destes organismos da vida pública londrinense por mais bem intencionados que fossem não dispunham de conhecimento e material suficiente para enfrentar e discutir com propriedade que as conseqüências do uso desta fonte de água poderiam causar. Até porque as formas de luta diferiam substancialmente, entretanto é importante salientar que apesar de desconhecido este movimento conseguiu colocar para a população aspectos ambientais nunca antes questionados.

Embora seja impreciso identificar os aspectos duradouros deste movimento, para a assimilação de uma consciência ambiental, pode-se afirmar, entretanto que ele conseguiu a façanha de polemizar e relativizar os aspectos técnicos envolvidos na questão de abastecimento de água para o município. Outro ponto interessante neste movimento pode ser identificado pelo recuo estratégico do governo do Paraná que causou um certo ‘esverdeamento’ da ação do Estado.

Para minimizar os efeitos negativos sobre o governo, foi criado em 1989 o Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental do Rio Tibagi – COPATI, de responsabilidade da Universidade Estadual de Londrina - UEL, cujo primeiro convênio firmado foi com a KLABIN – indústria de papel e celulose no mesmo ano. Cuja principal atividade seria a de mapear as reais condições do rio Tibagi e na medida do possível recuperar sua saúde.

Perdida a batalha para o governo estadual, fez-se um silêncio retumbante; as vozes ‘derrotadas’ que se levantaram calaram-se quase que completamente, apenas esporadicamente podia-se ouvir alguns ecos destes atores³³. Não estando articulados em associações onde as discussões sobre problemas ecológicos fossem a tônica principal, este episódio não conseguiu formar um discurso coerente e duradouro.

³³ Um destes atores foi duramente criticado pela mídia, em uma das visitas às margens do rio Tibagi, uma das vozes mais fortes do movimento, foi flagrado jogando na mata um saquinho vazio de água mineral que havia utilizado, este ‘ato falho’ foi o que bastou para que os opositores do ‘Aquífero Botucatu’ o acusassem de estar fazendo campanha política e de ser anti-ecológico.

Apesar de eventuais contratemplos, isoladamente, alguns destes agentes conseguiram sobreviver às críticas e à indiferença da sociedade londrinense aos problemas ambientais, mas, por outras vias, que não a ambiental, firmaram-se como lideranças políticas locais e vez por outra ainda retomam suas idéias ecológicas e as propõem como bandeira de ação.

Estes discursos críticos mesmo que esporádicos, contribuíram para o nascimento de um ‘proto-movimento’ ambiental no município que timidamente tomará corpo durante a década de 1990, e muitas vezes, tendo voz os mesmos atores iniciais, que sobreviveram politicamente por conta de outros discursos sem conexão direta com as questões ambientais. Quando estes atores, firmam-se como referência e acumulam um patrimônio político significativo, tornando-se ‘donos’ de um espaço maior, reivindicam para si também o discurso ecológico do final década de 1980.

A percepção do londrinense sobre a qualidade ambiental da cidade e da região exerce influência na sua visão política e interfere no processo de eleição do que é ou não prioritário, neste sentido, afirmar que a questão ambiental com suas múltiplas conexões e desdobramentos não fizeram parte das prioridades da população desde sua fundação não é uma conclusão leviana, a percepção focalizada da qualidade de vida como algo imediatamente tangível, visível e cotidiano do meio ambiente impede que se veja o que os olhos não podem e não querem ver, para citar um exemplo dramático destas questões há um estudo realizado na Universidade Estadual de Londrina, junto a lactantes que aponta para a existência de traços de agrotóxicos em todas as mães analisadas no início dos anos de 1990, e deste fato todas as autoridades públicas do município tem conhecimento, a exposição aos riscos extrapola as classes sociais, mas sua percepção escapa à compreensão imediata da grande maioria da população que não elege como prioridades estas questões “secundárias”.

Infelizmente, esta não é uma característica exclusiva do londrinense, ela é em geral um traço importante na cultura política do Brasil, a baixa prioridade dada às questões ambientais faz coro com um Estado privatista e patrimonialista que para fazer ‘história’ deve tratar de produzir grandes obras. Romper esta lógica implica em construir novas formas de participação política, que desafortunadamente encontravam-se distantes das grandes discussões políticas da década de 1980.

Analisando assim, mesmo que precárias e desconexas a fala destes agentes representam para a cidade e região uma avanço, pois coloca como demanda para o balcão político uma pauta que nem sequer era cogitada pela população no período de abertura política.

A auto-imagem, criada desde os primeiros tempos da colonização, pelo chamado 'discurso norte do Paraná' que contribuiu para gerar no imaginário popular a idéia de terra da promessa, canaã dentre outros adjetivos, vai influenciar nesta percepção política, espacial e ecológica da cidade. É necessário dizer que para uma expressiva parcela da população Londrina possui uma boa qualidade de vida, fruto em parte de uma verdade reativa³⁴ sentida quotidianamente pela população e em parte reflexo do mito criado e mantido pelo 'discurso norte do Paraná'.

Desta forma embotados pelo sucesso econômico, pelos recursos naturais disponíveis, a questão ecológica não se construiu, nos anos 70 e 80, uma crítica forte o suficiente para questionar os impactos ambientais do sistema econômico implantado na região. Outro aspecto que colaborou para o sucesso desta visão a-ecológica foi o baixo nível de industrialização do município, que 'poupou' Londrina dos enormes impactos da poluição industrial, como é o caso extremo de Cubatão no Estado de São Paulo. Mas que a colocou em dilema sérios sobre os rumos que o desenvolvimento deveria tomar nas próximas décadas.

A década de 90 trará para o município de Londrina uma nova fase na regulação ambiental, seguindo, de resto, uma dinâmica verificada em muitos municípios do Brasil Ferreira (1996) que verifica na forte pressão internacional e nas repostas tecnocráticas às demandas ambientais um forte peso na ampliação do arcabouço legal/institucional.

Enquanto a agenda ambiental amplia-se, o leque discursivo torna-se mais atraente para uma maior parcela da população. Entretanto, os mecanismos legais adotados no início até meados dos anos 90 precisavam ser colocados à prova para atestarem sua eficácia na ordenação dos problemas ambientais locais.

As implicações de uma redefinição do papel do município no trato com as questões ambientais, por características intrínsecas, tendem a ser feitas de forma a isolar o espaço geográfico, e que via de regra, na maioria dos municípios brasileiros, já estava definido antes das questões de cunho ambiental terem se imposto no cenário político.

³⁴ Esta verdade relativa deve-se ao fato de que a maioria da população tem uma visão simplista do que seja qualidade ambiental, como o município não é fortemente industrializado as emissões de poluentes são pequenas, se comparadas a outros municípios. As maiores reclamações dos municípios em Londrina, correm na direção da existência de matagais em terrenos baldios e em um período da década de 1980 da poluição do lago Igapó. Entretanto, são as '*não questões*' que nos interessam, as relações entre o processo de colonização, com o desmatamento, o assoreamento dos rios, a perda da bio diversidade, a utilização indiscriminada de agrotóxicos e o aquecimento da cidade dentre outros aspectos, passam ao largo das discussões da população.

Em casos mais avançados da diagramação destas políticas, a definição de áreas de atuação é realizada politicamente, ou quando muito, há a “costura de acordos” que têm como parâmetro as bacias hidrográficas ou micro regiões, mas na prática o que impera na maioria das cidades é a feitura de políticas locais, para problemas locais sem reconhecer as interconexões que a questão ambiental exige. Assim, a percepção de que as implicações e conexões devem ser analisadas sob uma ótica um pouco maior fica prejudicada em função do ‘mapa político’ regional que sofre alterações a cada quatro anos (isso sem contar as trocas partidárias (in)esperadas).

Se atentarmos para as conferências e acordos mundiais, perceberemos que há neles um ‘jogo’ muito maior que a simples qualidade ambiental de tal ou qual município ou região. O que se discute é uma padrão civilizatório que extrapola em muito as competências locais, que tem obviamente um papel importante que não pode ser negado, mas que precisa ser relativizado e colocado em contato com os aspectos globais do debate sobre as políticas econômicas e ambientais ocorridas nos organismos internacionais nos últimos vinte anos.

“No caso brasileiro, certamente este processo é mais recente e tem implicações políticas mais complexas, dado que só com o processo de democratização pelo qual passa a sociedade brasileira o poder local tem conseguido implementar iniciativas inovadoras, que incluem a implementação de políticas ambientais.

Do ponto de vista mais geral, os globalistas e os ambientalistas-nacionalistas tendem a ter uma retórica de reforma similar aos ambientalistas globalistas, mas o comportamento efetivo somente aceita reformas secundárias.

Segundo Viola (1994), os globalistas-sustentabilistas são a favor da construção de instituições de governabilidade internacional e de uma forte redefinição do Estado brasileiro, com o objetivo de liderar uma transição gradual para uma sociedade sustentável baseada na idéia da convergência entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, através de novas tecnologias de eficiência energética, reciclagem de materiais e controle de poluição. A redefinição do Estado implicaria a redução de suas funções econômicas e o fortalecimento de suas funções sociais e ambientais nos diferentes níveis: federal, estadual e local.

Nesta perspectiva, a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser mantido através de uma incisiva intervenção normativa e regulatória do Estado complementada com incentivos de mercado”
(FERREIRA, 1995:134-135).

Os anos da década de noventa serão bastante férteis no que se refere a produção e elaboração de leis relacionadas ao meio ambiente. É partir de 1991 que será escrita a maioria das leis que contém um certo cunho ambiental em Londrina. Sobretudo a partir 1993 quando o Partido dos Trabalhadores assume o governo municipal. Não pelo fato de ter sido o PT vencedor das eleições municipais, porque no Partido dos Trabalhadores não havia discussões aprofundadas sobre a questão ambiental, mas sim porque o prefeito eleito naquele ano tinha uma vinculação histórica e pessoal com as questões ecológicas, tendo sido, quando vereador, o responsável pela redação do capítulo específico sobre o meio ambiente da Lei Orgânica do município em 1990.

As discussões ambientais nos anos 90, sob o ponto de vista legal, inicia-se em Londrina com a propositura da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990. Ela foi redigida pelo vereador Luís Eduardo Cheida³⁵, na época este era o único vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores de Londrina, em sua plataforma eleitoral já constava alguma preocupação ambiental, além disso, este vereador foi o coordenador nacional do PT na área de meio ambiente com ‘grupo de ambientalistas do PT’, e responsável pelo capítulo ambiental do plano de ação da campanha do candidato do PT Luís Inácio Lula da Silva para a eleição presidencial de 1989.

“(...) na campanha de 89 eu fui o coordenador nacional de meio ambiente, porque o PT resolveu dividir em áreas: saúde, educação, meio ambiente(...) e na questão ambiental eles me escolheram, mas não porque eu fosse o mais competente, não era isso, é porque eu era da executiva do PT nacional e os coordenadores eram membros da executiva. E o único da executiva e do Diretório, pode-se dizer, que falava sobre a questão ambiental veementemente, freqüentemente era eu, ninguém mais falava, todo mundo achava que isso era coisa de fresco (sic). O PT era hegemonizado por sindicalistas que achava que o negócio era combater a OIT (...) a questão sindical era a

³⁵ Este vereador assumiu a tarefa de redigir o Capítulo sobre o Meio Ambiente na Lei Orgânica em 1990, no pleito de 1992 vence as eleições municipais pelo Partido dos Trabalhadores. Recentemente nas eleições de 2000 candidata-se novamente ao cargo, agora pelo PMDB e perde as eleições para o candidato do PT. Atualmente é o presidente da Autarquia Municipal do Meio Ambiente – AMA, órgão criado por ele na reforma administrativa de 1993.

mais importante junto com a saúde. Eu colocava que a questão ambiental como a que mais matava trabalhador, a que mais fazia adoecer e matar(...) uma fábrica que tá poluindo, você tem que dizer que pare de poluir ou fecha a fábrica. Não mas e se vai demitir mil trabalhadores. Vai demitir mil trabalhadores, mas tem que fechar é melhor do que matar dez mil pessoas lá na frente, eu me lembro que tinha esta discussão. Mas os caras (da direção do PT) não engoliam isso. Eu coordenava isso (...) mas tinham pessoas...o Aziz Absaber o Luiz Pinguelli Rosa que eram pessoas do movimento, na área de geografia, geografia humana(...) pessoas nacionalmente conhecidas.) (Entrevista com Luiz Eduardo Cheida 09/08/2001)

E é neste encontro realizado em Cajamar - SP (onde se definiu o PAG- Plano de Ação Governamental) que o então vereador Cheida, entrou em contato com vários representantes do movimento ecológico nacional como Carlos Mink, Carlos Valter Porto Gonçalves, Mauricio Valdman, Giovani Gregol (então um vereador do PT de Porto Alegre, onde já se discutia os problemas ambientais) dentre outros.

Como era o único vereador articulado com questões ecológicas em Londrina, este vereador ficou encarregado da redação de capítulo específico de meio ambiente na Lei Orgânica do município de Londrina, a aproximação com o movimento ambiental nacional permitiu uma articulação de idéias bastante interessante:

“Eu fiquei como redator do capítulo social da Lei Orgânica, e neste capítulo eu abri algumas ‘chaves’ por exemplo ciência e tecnologia, a questão ambiental e outras mais, na questão ambiental não tinha nada, então por onde começar? Então o que eu fiz! Eu comecei a procurar no país inteiro, para todo mundo me mandar subsídios e eu tinha no meu mandato (de vereador) um coletivo formado de 70/80 pessoas, era um coletivo muito grande. Formado de remanescentes destes movimentos: pró água (referindo-se aos movimentos contra o projeto Tibagi), gente do IAPAR, da EMBRAPA, da universidade, estudantes e tal (sic). Esse coletivo começou a analisar este material...o Giovani Gregol, companheiro nosso de Porto Alegre, mandou também material, junto com centenas de outras contribuições(...) eu fiz o capítulo da Lei Orgânica de Londrina, pegando todas essas contribuições, o coletivo analisou, mudou enxertou. Distribuímos isso para muita gente...inclusive para os vereadores, dizendo que essa era a minha proposta para a Lei

Orgânica (...) isso tudo bem antes da lei, quando chegou o momento eu fiz uma proposta em bloco, como eu já tinha conversado com os vereadores, aquela proposta foi aprovada integralmente (...) desse modo o capítulo de meio ambiente da nossa Lei Orgânica foi o resultado daquelas consultas que eu fiz, das discussões do coletivo do mandato (...)’
(Entrevista com Luiz Eduardo Cheida 09/08/2001)

Segundo este depoimento podemos observar a interação de várias de fontes tributárias para a redação da lei orgânica do município de Londrina, a articulação que se estabelece entre ela e outras experiências administrativas principalmente ligadas a administrações do PT, apontam para a confecção de uma rede de informações bastante interessante. Para balizar uma análise, podemos destacar a contribuição do vereador de Porto Alegre que enviou a Londrina uma cópia da proposta ambiental da capital gaúcha, sua importância política frente às outras contribuições devesse ao fato que deste este período (89) o PT governa a capital do Rio Grande do Sul, e tem conseguido fazer avançar as questões ambientais naquela cidade.

Entretanto, apesar de ter contribuído para a estrutura da Lei Orgânica de Londrina, essa difere bastante da lei gaúcha, lá o meio ambiente é ordenado juntamente com a questão do desenvolvimento urbano, e aponta na direção de uma integração entre participação popular e administração pública, além disso discute-se a questão demográfica, desenvolvimento urbano, uso do solo urbano e política fundiária, saneamento etc., enfim há uma maior integração entre as diversas interfaces da problemática ambiental.

Em Londrina o capítulo que trata das questões ambientais está contido no título V, denominado “Da ordem econômica e social”, onde além do meio ambiente, são tratados também: seguridade social, saúde, assistência social, educação cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia, comunicação social, transporte, habitação, índio e segurança pública. Enfim é um amplo rol de assuntos diferentes e desconexos entre si que não apontam para uma organicidade necessária à questão ambiental. Apontado para uma setorização que estanca as políticas públicas em compartimentos divisíveis e negociáveis por grupos de diferentes tonalidades e interesses que tomam de assalto o poder público e distribuem cartorialmente as funções do Estado.

Acreditamos que tal ordenação não se de ao acaso, é na verdade, o reflexo da herança de políticas setoriais inacabadas e que não conseguem tomar corpo em função da desarticulação política vivida pelos

diversos grupos que procuram conquistar o poder do Estado após as mudanças constitucionais de 1988, que agem desarticuladamente provocando a paralisia de ações e políticas sócio ambientais.

Segundo NEDER (1999) a articulação em torno da ecologia e meio ambiente “pela/para a sociedade civil”, exigiria um novo desenho de intervenção estatal que deveria superar o padrão clássico setorial, pois, segundo ele, as reformas institucionais relativas meio ambiente exige um novo tratamento para lograr algum êxito.

“(...) No quadro especificamente brasileiro, a regulação pública ambiental desenvolvimentista encontra-se desarticulada e a esfera estatal é incapaz de alçar vôo para além do tratamento fiscalizatório ditado pela preservação e conservação clássicas dos recursos naturais. Há talvez um plano de vôo na direção de novos modelos de gestão ambiental, cuja execução encontra-se truncada devido a uma impossibilidade de “queimar etapas”. Isto é, a transição inconclusa antes referida mal atingiu os trabalhos necessários na direção de modelos eficazes e inovadores de gestão ambiental. Porém, um futuro modo de regulação ambiental pós-desenvolvimentista não será alcançado apenas com o patamar de ações em torno da gestão ambiental. Para alcançá-lo é necessário dar lugar a outro patamar mais avançado na geração de projetos sócio-ambientais demonstrativos, afeitos ao campo da sustentabilidade”

(NERDER, 1999:250).

Ao olhar o texto da Lei Orgânica, pode-se perceber este duplo movimento, de um lado há uma tendência preservacionista muito vinculada aos primórdios do ambientalismo e de outro um avanço formal,³⁶ que infelizmente, os anos mostraram que não passaria disso, pois a sociedade não consegue articular-se o suficiente para romper com o cerco setorialista do Estado e colocar em prática estes mínimos avanços estabelecidos pela lei; até porque há vícios profundos de clientelismo e dependência em toda a sociedade.

A Lei, utilizando-nos das palavras de Neder, “não ganha eficácia ou vida própria enquanto ação reflexiva da sociedade por meio do Estado (de volta) sobre a própria sociedade”.

³⁶ O que para uma cidade como Londrina, que passou vários anos sem ao menos discutir o meio ambiente, não deixa de ser uma avanço. Além disso é importante salientar que o espaço político do vereador responsável pela redação do texto era bastante reduzido, devido à sua filiação partidária contrária à do prefeito e da maioria dos vereadores.

Neder segue criticando que, no Brasil, não há um movimento dialético e reflexivo na incorporação das bandeiras defendidas pelos movimento ecológico dos anos 70 e 80, pelos governos dos anos 90 (claramente conservadores e desenvolvimentistas) que ao incorporarem (discursivamente). O conjunto de reivindicações ambientais nas sua agendas não dão conta de solucioná-los, uma vez que nem ao menos os grandes problemas estruturais gerados na e pela construção do capitalismo brasileiro foram resolvidos pelas ineficazes políticas setoriais timidamente implementadas no país.

E no momento em que as políticas sociais (mesmo que já extremamente tímidas) encontram-se inviabilizadas pelo forte endividamento do Estado e o crescimento não se sustenta por si, inviabilizado por enormes desequilíbrios macroeconômicos e estruturais, há por incrível que pareça a incorporação de conceitos alienígenas³⁷ como o de ‘desenvolvimento sustentável’.

Já no primeiro artigo do cap. VI, chamado genericamente ‘Do Meio Ambiente’, podemos verificar elementos de conexão com as resoluções e relatórios dos encontros mundiais de meio ambiente, apontando uma relação direta com os princípios de desenvolvimento sustentável encontrado no relatório Brundtland, apresentado uma preocupação de interconexão entre espaço local e o global, vejamos:

“Art. 182. Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado – bem do uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida –, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício da atual e futuras gerações.” (Lei Orgânica de Londrina, 2000:53 – grifo nosso)

Não se critica a vinculação do texto da lei aos encontros internacionais, o que se questiona é como isso foi feito, quais as implicações práticas que disso decorre, se a cidade esta preparada para realizar a transição para o processo de ‘desenvolvimento sustentável’, se há comprometimento e conhecimento das implicações que disso deriva, enfim o que se questiona é: será que a formalização em lei, na Lei Orgânica do município, garantirá ao menos que se implemente ao menos um fórum de discussão permanente sobre os rumos do desenvolvimento da cidade?! E na raiz de tudo isso, será que estas análises serão

³⁷ Não estamos nos colocando contrários ao processo de desenvolvimento sustentável. Mas o que fica evidente é que a incorporação e importação de modismos sem discutir e burilar as implicações e exigências práticas é característico das elites locais, que desde muito incorporam neologismos sem perceber ou simplesmente desconsiderando as implicações práticas dos mesmos.

confeccionadas de maneira democrática e suficientemente profundas para as necessárias conexões que o tema exige?

A conexão com as diretrizes globais, principalmente com o Relatório Brundtland na definição do que seja desenvolvimento sustentável, como vimos, é evidente; o que não fica claro, ao correr os olhos pelos nove artigos e vinte e sete incisos do capítulo sobre o meio ambiente é como se fará a transição para a “sustentabilidade”. Para citar um exemplo desta indefinição o Art. 185 fala da criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente³⁸, o que não ocorreu durante toda a década de noventa,³⁹ apesar de uma ou duas tentativas tíbias, a indefinição na criação do conselho aponta infelizmente para a desarticulação entre as leis publicadas e a sua aplicação na prática apontam para a conseqüente desarticulação da política ambiental londrinense. As leis ambientais no município de Londrina tenderam a tomar o mesmo destino da maioria das leis criadas, que pelo seu excesso e desarticulação acaba caindo em desuso ou descrédito.

Após a publicação da Lei Orgânica o ambientalismo em Londrina, entra em fase de latência, não há avanços perceptíveis. Consumidos talvez pela crise de confiança gerada no governo Collor, que consumiu no processo de impeachment boa parte do debate político nacional, mas em grande medida fruto das características da política local, onde os canais de debate são pautados por fatores episódicos e desarticulados, o debate ambiental não alça os vãos necessários para uma crítica ao processo de colonização e urbanização regional. Entretanto, por caminhos que não cabem ser ditos aqui, os signatários do debate ‘proto-ambiental’ ensaiado no final dos anos oitenta e início dos anos noventa conseguem romper um longo ciclo conservador e ganham as eleições municipais de 1992.

Os resultados das eleições de 1992 definirão dos elementos que pautarão a política ambiental de Londrina na década de 90. O próximo capítulo tentará fazer um resgate histórico deste momento, procurando identificar os elementos essenciais deste debate, centralizando na Autarquia Municipal do Ambiente o eixo da discussão ambiental no município, a criação deste órgão estritamente ambiental em Londrina é um divisor de águas na história ambiental do município e região.

³⁸ O texto deste artigo foi dado pela emenda à Lei orgânica nº 24 de maio de 1995.

³⁹ O Conselho Municipal de Meio Ambiente só foi eleito em junho de 2001, durante a Primeira conferência Municipal de Meio Ambiente. Mesmo assim necessita ser regulamentado pela Câmara de Vereadores, pois a composição do conselho foi bastante ampliada.

Capítulo V

A criação da Autarquia Municipal do Ambiente

Durante as décadas precedentes não havia no município uma agência cuja proposta nuclear fosse ‘pensar’ a natureza, como vimos nos capítulos anteriores, a natureza em todo o seu conjunto representava no imaginário do colonizador a Canaã, abundante e praticamente inesgotável. O pouco debate existente na história recente do município restringia-se a fatores pontuais: o lixo, o Lago Igapó, os fundos de Vale dentre outros, e não havia nas críticas uma relação de causa e efeito, pois a população observava apenas os aspectos mais visíveis do processo, e como eram pontuais e bastantes específicas as reivindicações, os poucos atores se dedicavam ao problema não ganhavam a visibilidade necessária para contribuírem com o debate. Estes fatores, aliados aos interesses políticos do processo de colonização fizeram construir uma lógica administrativa onde as demandas ambientais passavam longe do debate, fruto obviamente de todo o processo histórico do capitalismo regional.

Neste sentido toda a máquina administrativa e operacional de Londrina orientava-se para o atendimento ao processo da dinâmica econômica, sem muita preocupação com as externalidades da marcha do ‘progresso’, até porque, o setor público tem em seu âmago a dependência dos impostos e por via de consequência do desenvolvimento contínuo do capital, assim não interessava a nenhuma administração municipal questionar esta lógica, a menos que houvesse uma ‘demanda popular’ para isso.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores em 1993 iniciou-se uma série de atividades que visavam reestruturar a administração local, na tentativa de administrar a cidade o partido em sua primeira experiência administrativa sentiu necessidade de mudar a organização administrativa existentes na Prefeitura de Londrina.

Segundo depoimento em entrevista⁴⁰, a nova administração encontrou setores bastante problemáticos na estrutura da prefeitura, que estavam dificultando a atuação da nova administração.

A máquina burocrática municipal apresentava diversos entraves em sua estrutura, essa herança das administrações anteriores precisavam, na visão da administração petista, ser revista e modificada. Para

⁴⁰ Entrevista dois.

implementar estas mudanças o prefeito determinou que a Secretaria de Serviços Públicos⁴¹ fosse extinta. Para substituir a atuação desta secretaria foram criados outros três órgãos: o IPPUL⁴² – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina, a COMURB⁴³ – Companhia Municipal de Urbanização e a AMA – Autarquia Municipal do Ambiente, estes três órgãos, cada um dentro de suas atribuições ficaram encarregados de coordenar e articular com as estruturas administrativas estaduais e federais as atividades relativas ao meio ambiente e ao planejamento municipal e à gestão do transporte coletivo e fiscalização em Londrina.

Estas mudanças implementadas na administração municipal entre 1993 a 1996, foram as principais marcas do governo petista, pois através destes novos órgãos amplos aspectos do planejamento e da execução de serviços públicos passaram a obedecer a critérios técnicos mais claros. Além disso as atribuições dos novos órgãos fizeram ampliar o leque de atuação e ordenamento urbano.

O desenho institucional adotado neste período em Londrina encaminhava-se, aparentemente, para uma política mais integrada e dava indícios de romper com as armadilhas da política setorial, a articulação destes três órgãos em torno de um planejamento mais amplo fazia crer que o meio ambiente seria tratado de forma um pouco mais holística pela nova administração.

Todavia, não existia em Londrina dados suficientemente confiáveis para a tomada de decisão, a ausência de um banco de dados com os levantamentos dos problemas e deficiências do município, fundamentais aos trabalhos diários de órgão de planejamento e controle, praticamente inviabilizavam a atuação dos agentes municipais, os dados existentes estavam esparsos e desconectados por toda a

⁴¹ Este órgão tinha em suas atribuições uma enorme gama de tarefas que transitava da fiscalização de feiras públicas, emissão de alvarás de funcionamento, fiscalização dos mais diferentes serviços públicos ou de obrigações do cidadão e até às questões de meio ambiente. Em função desta enorme concentração de tarefas a atuação desta secretaria era muito deficitária, dentro dela existiam por volta de quatorze departamentos, diante de tanto poder as suspeitas de que este órgão seria altamente corrupto e incapaz de oferecer à população bons serviços à população.

⁴² O IPPUL, foi criado para atender não só o projeto político do prefeito mas também os anseios da comunidade organizada representada pelos órgãos de classe de Londrina como: Clube de Engenharia e Arquitetura, Sindicato dos Engenheiros e da própria Universidade Estadual de Londrina, para ser não apenas um órgão que absorveria as atribuições da Secretaria de Serviços Públicos, em suas funções caberiam outras atribuições além das tradicionais como: de planejamento urbano, gerenciamento do trânsito, gerenciamento do sistema viário, políticas de desenvolvimento urbano, etc.

⁴³ A COMURB foge um pouco ao projeto político do prefeito petista, sua criação está mais ligada ao vice prefeito (PDT) e tinha como atribuições iniciais gerenciar os serviços de transporte coletivo da cidade (ônibus urbano, taxi, transporte de estudantes, carroceiros, caminhões de aluguel, etc). Após o Escândalo AMA-COMURB em 2000 este órgão passou a se chamar CMTU – Companhia Municipal de Transporte Urbano.

Prefeitura, órgãos estaduais e federais. Desta forma tornar confiável uma intervenção, qualquer que fosse, exigiria um trabalho de articulação entre estas informações e a realidade existente.

Em entrevista, o primeiro presidente da AMA afirmou que esta ‘carência’ foi suprida em grande parte pelo corpo técnico existente na cidade, sobretudo da Universidade Estadual de Londrina, IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná - e EMBRAPA. As qualidades técnicas destas pessoas apresentavam permitiram, segundo o entrevistado, que a AMA sanasse neste momento inicial a ausência de dados confiáveis.

Entretanto, apesar deste corpo técnico, a tarefa da formação de uma base de dados minimamente fidedignos, consumiu alguns meses de trabalho e os resultados, como era de se esperar, dada às características de intervenção necessárias para que alguma “mudança” acontecesse, foi bastante demorado e muitas vezes nunca chegaram realmente a aparecer, para a população em geral.

A necessidade de pensar a cidade sob um ponto de vista mais amplo como por exemplo do zoneamento ambiental, exigiria do órgão um amplo trabalho de levantamento e identificação das dimensões da qualidade ambiental do município, para isso a AMA contava no início de sua criação com: dois geógrafos, três biólogos, um geólogo, um agrônomo e um arquiteto, além de quatro técnicos, sendo três técnicos agrícola e um florestal. A AMA também firmou convênios com o IAP – Instituto Ambiental do Paraná – e como o IBAMA; o primeiro com o objetivo de implementar uma fiscalização conjunta e também a utilização da estrutura de laboratorial, uma vez que Londrina conta com um escritório regional do IAP, com o segundo o convênio encaminhou-se na direção apenas da fiscalização até porque a estrutura do IBAMA na cidade é bastante reduzida.

Para ampliar um pouco mais os quadros funcionais da autarquia, a prefeitura utilizava-se do expediente da chamada ‘frente de trabalho’ que contratava trabalhadores de forma provisória e emergencial.⁴⁴ E durante o primeiro período (1993-1997) a AMA atuou também na parte operacional, sendo responsável pela poda de árvores, capina em terrenos baldios, limpeza pública e coleta de lixo, nesta

⁴⁴ Em toda a administração municipal este expediente foi largamente utilizado, a Prefeitura de Londrina chegou a ter alguns milhares de trabalhadores nestas condições. Recentemente – em julho de 2001- a administração municipal foi condenada a pagar um pouco mais de cinco milhões de reais ao INSS por contribuições devidas e não pagas. Alguns destes trabalhadores estão há mais de quinze anos trabalhando ‘provisoriamente’ para a prefeitura. Além disso a frente de trabalho descaracterizou-se também com a contratação de trabalhadores para executarem serviços administrativos, o que foge substancialmente da sua finalidade inicial.

última, entretanto, sua atuação restringia-se ao processo de fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pela empresa Vega-Sopave, responsável pela coleta e destinação do lixo urbano.

A autarquia podia valer-se também de estudos técnicos encomendados a empresas especializadas em 1994, por exemplo, a AMA solicitou um destes trabalhos à empresa APOIO- Engenharia e Planejamento, com sede em Curitiba-PR, com o objetivo de identificar os problemas e otimizar a coleta de resíduos sólido em Londrina. Para citar um problema levantado por esta consultoria durante o processo de pesquisa, pode-se citar que em 1994, mensalmente eram percorridos pelos caminhões de coleta de lixo um total de 47.350 quilômetros, dos quais, apenas 20.362 eram considerados necessários ao serviço de coleta e 26.988 desnecessários o que onerava bastante o custo final da tonelada recolhida⁴⁵.

O caso do lixo no meio urbano é exemplar para ilustrar a interatividade entre as diversas áreas da reprodução social, ao mesmo tempo em que representa o grau de riqueza de uma comunidade ele pode demonstrar sua pobreza social, quando a utilização do lixo é a única fonte de renda que exclui e nega direitos mínimos de cidadania. Além de discriminação social quanto a utilização do lixo como fonte de renda e também quando a coleta de lixo privilegia os bairros ricos em detrimento de outros mais pobres o que de fato acontecia em Londrina, rompendo o princípio da isonomia e a equidade deveriam ser os princípios norteadores da prestação dos serviços públicos.

O documento gerado pela consultoria e utilizado pela AMA traz referência enfática a este aspecto, salientando a existência de maiores cargas de degradação ambiental exatamente nas regiões menos privilegiadas, por conta geralmente dos diferentes e até inferiores serviços prestados nestas localidades.

O acesso a bens e serviços ambientais ainda que mínimo, pode representar para a sociedade brasileira um avanço social significativo, o caso da coleta de lixo é exemplar neste aspecto, a ocorrência de doenças relacionada ao lixo é muito grande, em uma sociedade complexa e altamente excludente os acessos mínimos aos equipamentos urbanos representam a ampliação da cidadania, assim um ambiente saudável deve ser um direito inalienável a todos.

⁴⁵ Diante deste e de outros problemas, foram sugeridas mudanças de rota, otimização dos setores de coleta, readequação dos dias de coleta, e o mais importante do ponto de vista ambiental que seria a introdução do manejo integrado dos resíduos sólidos do município, segundo a consultoria, este processo envolveria três etapas distintas e complementares: a) redução do volume de lixo gerado, b) reutilização dos materiais por um período mais prolongado e 3) reciclagem do lixo gerado.

“No caso brasileiro os objetivos sociais e ambientais podem ser compatíveis entre si, e a busca de objetivos ambientais pode ajudar a alcançar os objetivos sociais. Ao mesmo tempo, a busca dos objetivos ambientais exige a satisfação de necessidades básicas da população” FERREIRA (1998 :125).

Acreditamos que no momento inicial da constituição da AMA, houve a tentativa de fazer ampliar a atuação ambiental, de modo a ultrapassar o discurso preservacionista e setorial encontrado na maioria dos ‘movimentos’ (ou melhor nos momentos) ecológicos da região e muito enraizado na percepção de grande parte da população da cidade.

O primeiro período que se seguiu a criação da autarquia constituiu-se em um momento de muita ‘agitação’ ambiental na cidade de Londrina, a Eco 92 ainda estava repercutindo no movimento ambiental internacional e nacional, e conseqüentemente, também na cidade os problemas ambientais ganhavam destaque e a pauta de reivindicações da população aumentava na medida em que a mídia lançava seu foco para estes problemas.

Como vimos no capítulo anterior, Autarquia Municipal do Ambiente - AMA nasceu não de um debate político no espaço público ou exigido pelas demandas populares, mas sim, de uma iniciativa administrativa bastante peculiar. Isso não significa dizer que não havia uma ‘massa crítica’ na cidade, ela já existia nos órgãos de pesquisa localizados no município. O processo iniciado pela AMA caminha no sentido de dar a este corpo técnico/teórico existente na cidade a institucionalidade necessária para aplicar no mundo da vida as propostas teóricas para problemas concretos, assim a AMA tem nos primeiros anos de sua existência pelo menos duas enormes tarefas pela frente: uma restrita ao seu próprio objetivo estatutário que é a de propor respostas para os problemas ambientais do município, firmando-se na estrutura administrativa do município, e outra, tão complexa quanto a primeira, que é a de justificar sua existência, eficácia e necessidade para a comunidade⁴⁶, pouco acostumada a discutir e pensar o meio ambiente.

⁴⁶ Por comunidade deve-se entender os amplos setores que compõem a sociedade que vai desde o contribuinte de IPTU, passando pelo ‘invasor’ de fundo de vale até os representantes do setor imobiliário, que viria a se tornar um dos principais opositores do novo órgão, assim como foram os terranistas (leia-se imobiliários) contrários à Lei 133.

A atuação da Autarquia Municipal do Ambiente de 1993 a 1997

A primeira pergunta que surgiu quando começamos a estudar a AMA, foi justamente a origem da estrutura autárquica.⁴⁷ Esta figura jurídica ligada a um órgão ambiental pareceu-nos bastante interessante, pois autarquia pressupõe uma autonomia administrativa, onde à disposição estejam um certo patrimônio, receitas próprias e uma função precípua de atividades relacionadas diretamente à atividade administrativa do Estado.

A decisão de se criar uma autarquia ambiental nasceu durante uma reunião restrita, realizada em um fim de semana com diversos representantes de entidades ambientais de várias cidades brasileiras como: Belo Horizonte, Florianópolis, Ribeirão Preto, Goiânia, Campinas dentre outras, que já acumulavam alguma experiência na administração de uma estrutura ambiental municipal.

Segundo depoimentos colhidos em entrevista, a decisão de criar uma autarquia só saiu após ouvidos os representantes destas cidades e vistas as positivities e dificuldades enfrentadas pelas diversas secretarias ambientais dos municípios brasileiros, foram colhidas diversas sugestões dadas pelos participantes do encontro. O que o prefeito eleito queria era montar uma estrutura que tratasse da questão ambiental, a sua forma legal e estrutura não estava ainda definida, isto só ocorreu após o término desta reunião.

“(...) quando se criou a AMA, por exemplo, nós partimos de discussões com outras prefeitura petistas, ou até não como Campinas na época, mas que tinham optado por terem autarquia ou secretaria do meio ambiente. Então nós fizemos uma reunião aqui em Londrina, em um final de semana, que não foi nem divulgado na imprensa, com pessoas de Florianópolis, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Campinas, Goiânia...administrações que tinham criado secretarias de meio ambiente. E nessa discussão com essas pessoas é que eles nos sugeriram, eles é que nos sugeriram, neste simpósio interno patrocinado pela Lygia⁴⁸ que conhecia este pessoal todo, nesta

⁴⁷ O verbete do Dicionário Aurélio Eletrônico diz que autarquia é: [Do gr. autarchia.]S. f. 1. Poder absoluto. 2. Governo de um Estado pelos seus concidadãos. 3. Econ. Autarcia (1). 4. Hist. Filos. Nos vocabulários cínico (2) e estóico (3), condição de auto-suficiência do sábio, a quem basta ser virtuoso para ser feliz; autarcia. 5. Entidade estatal autônoma, com patrimônio e receita próprios, criada por lei para executar, de forma descentralizada, atividades típicas da administração pública (p. ex.: Banco Central).

⁴⁸ Lygia Pupato, vereadora do PT de 1993-1996. Professora de Biologia da Universidade Estadual de Londrina, ligada aos movimento ecológicos da cidade. Foi líder do governo na Câmara Municipal no primeiro Governo petista de Londrina.

discussão neste 'work shop' surgiu a idéia da AMA. A AMA era um projeto do prefeito Cheida, não com a palavra 'AMA', era um projeto para dar ênfase à questão ambiental. Como?! Nós discutimos neste work shop, usando as experiências de outras cidades..."
(Depoimento em Entrevista. Entrevista 3, Julho de 2001)

A AMA foi criada pela Lei 5.497 de 27 de julho de 1993, com o objetivo de articular-se com as instituições e organismos locais, estaduais e federais no sentido de desenvolver programas de defesa e proteção do meio ambiente, capitaneando todas as atividades de fiscalização, implementação e proposição da política ambiental do município, bem como funcionar como assessoria do prefeito na execução e elaboração das políticas ambientais.

"(...) a AMA tinha a sua disposição poder orçamentário porque dispunha de recursos da limpeza pública, certo, com esse dinheiro você pode discutir uma política ambiental, por exemplo, (referindo-se) ao governo anterior), na Serviços Públicos (secretaria) havia a taxa de iluminação pública. Essa taxa nos governos anteriores era usada para pagar as contas da Secretaria de Educação, dos postos de saúde, as contas da iluminação dos parques e jardins, enfim, toda a conta de consumo de energia elétrica era pago com o dinheiro do contribuinte. O que é errado. Pois essa taxa é para melhorar os sistema, então na época do Cheida ele determinou que todo esse recurso só poderia ser usado para melhoria. Com isso a gente resolveu toda a iluminação da interligação de Londrina com Iporã, que era uma escuridão, Londrina-Cambé, algumas artérias foram iluminadas, como a avenida que liga o HU (hospital Universitário) ao conjunto Ernani Moura Lima e o sistema...o chamado sistema de linha verde foi criado na administração do Cheida, no centro da cidade, pode-se observar que ali não é feito mais aquele corte em 'V'. Certo? Existe um sistema de isolamento da alta tensão, isso foi criado junto com a COPEL⁴⁹, usando dinheiro da iluminação pública, custou 1 milhão de reais, um milhão de dólares na época só aquele anel no centro da cidade (...). Na realidade isso foi importante...a autonomia, ao se criar uma autarquia de meio ambiente você está dando uma autonomia, você está dizendo para a cidade, esta respondendo para o municípe, olha estou criando uma estrutura que vai ter autonomia para discutir política ambiental, que vai ter dinheiro para execução de políticas ambientais e que não vai ficar naquele

⁴⁹ Empresa estatal encarregada de gerar e distribuir energia no Paraná.

‘panelão’ todo que é o orçamento geral do município” (Depoimento em Entrevista. Entrevista 3, Junho de 2001)

A estrutura administrativa da Autarquia do Meio Ambiente foi criada compondo-se de três órgãos o conselho deliberativo, a diretoria e o conselho municipal do meio ambiente. Do conselho deliberativo faziam parte: o Prefeito, o Diretor presidente da Autarquia, um representante da secretaria do planejamento, um representante da Câmara Municipal e um representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente⁵⁰. O controle da Autarquia pelo poder executivo foi uma das características que marcaram a administração do órgão, cabia à diretoria apenas a tarefa de ‘propor’ ao conselho deliberativo o plano de trabalho e ser realizado pela AMA, sugerir a composição da estrutura de pessoal dentre outros.

Apesar das limitações, a criação da AMA – Autarquia do Meio Ambiente, e sinalizou para a criação de uma estrutura funcional e perene para dar suporte às políticas ambientais em Londrina. A lei que a cria propunha que a nova figura jurídica que nascia deveria articular-se com as demais instituições e organismo no nível local, estadual e federal, bem como com instituições privadas que visassem proteger o meio ambiente. AMA tinha ainda atribuições de elaboração dos programas de educação ambiental a ser aplicado nas escolas.

Evidentemente a Lei que criou a AMA representou um avanço legal institucional no nível local, entretanto ela é resultante fundamentalmente da visão política do prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores, do que uma imposição surgida das necessidades da população. Quando se observa a sociedade civil organizada no município não encontramos muitos elementos que indiquem uma pressão suficientemente forte para criar um organismo para atuar no controle sobre as relações entre as atividades do homem sobre a natureza.

Alguns dos técnicos que trabalharam na AMA, apontam para o fato de que o órgão foi criado mais em função da visão do ‘prefeito’ que já tinha uma militância ambiental no Partido dos Trabalhadores, do que uma demanda das ONGs locais que, segundo estes, ‘foram incorporadas aos quadros da Autarquia’, e passaram a trabalhar ‘para’⁵¹ a AMA e não ‘com’ a AMA.

⁵⁰ Na fase (1993-1996) o conselho ainda não existia, apesar de estar previsto na Lei Orgânica do município.

⁵¹ Entrevista um.

Este tipo de atuação é bastante preocupante pois um nível de comprometimento e vinculação das ONGs com a política municipal pode gerar desconfiança sobre a independência de sua atuação, além do mais, por depender de verba pública o nível de liberdade para criticar a atuação da autarquia reduz-se significativamente. Outro aspecto negativo deste tipo de atuação diz respeito à descontinuidade das políticas públicas brasileiras, há uma excessiva personalização da ação estatal. A vinculação das ONGs a determinado governo, pode inviabilizar sua ação em outro momento, desta forma estas organizações quando atuam vinculadas a políticas e grupos específicos tendem a desacreditar suas lideranças e a vincular sua fala a discursos muito específicos na arena pública, gerando como subproduto desta ação a sua própria debilidade na comunidade.

Na fala dos técnicos, a atuação das ONGs vinculadas à AMA foi um traço importante durante todo o período inicial da autarquia.⁵²

As ações concretas na primeira fase da existência da AMA (1993-1996) deram-se em várias frentes distintas. Neste período foram desenvolvidos alguns projetos específicos destinados, num primeiro momento a fazer conhecer as necessidades ambientais do município, num trabalho de levantamento e mapeamento dos pontos críticos da qualidade ambiental em Londrina, como complemento “impor” nas discussões administrativas o viés das questões ecológicas, desta forma para assumir este novo papel administrativo foram desenvolvidos seguintes projetos:

- 1) Levantamento e mapeamento das áreas verdes existentes na cidade;
- 2) Recuperação de fundos de vale, com projetos urbanísticos com a colocação de equipamentos urbanos, limpeza, remoção de entulho, remoção de invasões etc. Não foi feito o replantio de árvores porque não havia um horto específico com espécies nativas, os hortos existentes na cidade forneciam apenas árvores para a área urbana.
- 3) Recuperação da área degradada do lixão da cidade mudança e criação de um novo aterro sanitário com compostagem e usina de tratamento de chorume. Foi utilizada para este projeto uma verba de 1 milhão de dólares do Banco Mundial, este dinheiro foi repassado para a prefeitura a fundo perdido.

⁵² Não faz parte do objeto deste trabalho um estudo sobre a atuação das ONGs em Londrina, mas fica o registro de que após 1997 (com a derrota do PT nas eleições municipais) elas passaram por um período de forte retração, algumas com redução drástica de atividade e outras que chegaram a fechar, como é o caso da Bandeira Verde, uma das mais atuantes na cidade tendo inclusive participado da ECO-92.

Parte do dinheiro destinado para a recuperação do lixão foi destinada para a construção de uma estação de moagem⁵³ de entulhos da construção civil. Ao lado da estação foi construída uma fábrica de blocos este projeto foi premiado em Istambul durante a Conferência Habitat II, estes blocos destinavam-se à construção de casas para o desfavelamento da cidade.

Este programa aponta para o aspecto da internacionalização da questão ambiental na cidade de Londrina e da atuação da AMA, de um lado a vinculação de recursos internacionais para a solução de um problema local e de outro a participação do município em uma conferência da ONU onde se discute um dos temas mais complexos enfrentados hoje pelas grandes cidades dos países em desenvolvimento.

Apesar deste programa a cidade enfrentou muitos problemas no setor habitacional, a pressão sobre os fundos de vale ocorreram durante todo o governo do PT⁵⁴.

Em 2000 Londrina tinha 57 favelas e assentamentos sendo 17 localizados em fundos de vale, totalizando aproximadamente sete mil pessoas morando nos fundo de vale e mais 41 mil nas outras favelas e assentamentos⁵⁵.

4) Projeto de poda de árvores na área central da cidade, com a implantação do chamado Programa Linha Verde em conjunto com a Copel que consumiu um milhão de reais. O dinheiro deste projeto originava-se da taxa de iluminação pública e consistia na reestruturação dos cabos de energia do anel central de Londrina, sua idéia é bastante simples, ao invés de se utilizar os cabos dispostos na forma a forçar a poda das árvores em 'V' que mutilava as árvores e gerava uma enorme quantidade de detrito, com o sistema implantado o corte era muito mais econômico e discreto.

5) Dentro do projeto anterior foi comprado um equipamento triturador americano, originalmente ele seria acoplado aos caminhões funcionado como um equipamento móvel, sua principal função era diminuir o número de viagens que os caminhões eram obrigados a fazer para depositarem os galhos e as

⁵³ Este equipamento foi completamente abandonado a partir de 1997. O programa de desfavelamento parou por completo, os investimentos em habitação e urbanismo vêm caindo desde então, em 1997 foi de 3,57%, em 1998 2,72%, em 1999 2,18% e em 2000 ficou em 2,79% do orçamento da prefeitura (Habitar Brasil/BID – Desenvolvimento Institucional – abril de 2001:10)

⁵⁴ Em entrevista obtivemos a informação de que setores do próprio PT incentivavam a invasão dos fundos de vale, porque havia uma preocupação em sua preservação. Assim pensava-se, segundo depoimento, que haveria uma solução mais rápida se estas áreas fossem invadidas.

⁵⁵ Fonte: Habitar Brasil/BID – Desenvolvimento Institucional – abril de 2001:16-17

folhas das podas. Tradicionalmente a poda era realizada pela Secretaria de Serviços Públicos, e tinha caráter de favoritismo político. Quem comandava esse serviço era o poder político municipal seja através do prefeito, do secretário, vereadores ou até dos líderes de bairro, desta forma raramente a poda obedecia a critérios técnicos, na grande maioria das vezes os critérios eram ditados por interesses políticos.

O funcionamento do triturador acoplado ao caminhão de poda, conflitava com estes interesses 'tradicionais' pois a partir da do início do funcionamento do equipamento móvel a poda passaria a obedecer a critérios técnicos definidos pela AMA. Entretanto este sistema funcionou por pouco tempo, segundo depoimento do primeiro presidente da AMA, o motor do equipamento fundiu por conta da colocação de areia no cárter. A única solução encontrada para fazer funcionar o triturador foi transformá-lo em equipamento estacionário, sua função reduziu-se à transformação dos galhos e folhas, que continuavam a ser trazidos por caminhões, em compostagem para adubar as hortas escolares e comunitária.

6) Limpeza e recuperação do Lago Igapó, este projeto não foi implementado pois implicaria no esvaziamento do lago e na dragagem e retirada do lixo lá depositado. Mas segundo a AMA este processo afetaria a fauna do lago e mesmo se implementada seria apenas paliativo, seria preciso impedir que a sujeira entrasse no lago. Uma ONG (Patrulha da águas) chegou a sugerir que fosse colocada uma rede em toda a extensão do lago, para impedir que a sujeira das ruas como papel, latas e entulhos em geral que desce para o lago toda a vez que chove. Mas, de efetivo pouca coisa foi feita. Até a varrição periódica e sistemática que era feita por 'margaridas' foi suspenso. De efetivo o que se conseguiu fazer foi diminuir a emissão de dejetos industriais, sobretudo das indústrias localizadas na região do vale do ribeirão Cambezinho.

7) Programa de reciclagem de lixo nas escolas e educação ambiental. Este programa foi bastante criticado pelos diretores professores da rede escolar municipal. Segundo estes as escolas foram transformadas em depósito de material reciclável e os alunos em catadores de papel, para estes professores a educação ambiental exigiria uma outra abordagem. Entretanto a direção da AMA se defende, dizendo que o que havia era uma espécie gincana onde os pontos acumulados dava direito a prêmios como vídeos cassete, televisores, computadores. E que se Londrina tem um bom trabalho na coleta seletiva isto se deve a este trabalho, pois o envolvimento das crianças no projeto conseguia mobilizar não apenas os familiares mas toda a vizinhança que recebia a visita dos estudantes e que eventualmente colaborava com o programa.

8) Início de estudos sobre a poluição sonora, juntamente com o IAP⁵⁶, que dispunha de decibelímetros, foi iniciada uma maior fiscalização nos estabelecimentos que funcionam no período noturno. Do ponto de vista legal muito pouco foi editado, pois segundo a AMA o município já dispõe de uma farta legislação a respeito do assunto e seria desnecessário introduzir mais regras;

9) Nesta primeira fase a AMA efetivou vários convênios de cooperação que procuravam cobrir as deficiências da própria autarquia desta forma as universidades com sede em Londrina, o IAP e o IBAMA participaram das políticas de fiscalização e monitoramento ambiental na cidade.

10) Acerto com a SANEPAR (Companhia de Saneamento e Abastecimento do Paraná) para instalação de redes coletoras para evitar a poluição do ribeirão Cambezinho, este projeto visava despoluir o lago Igapó, uma vez que o ribeirão citado é um dos principais cursos de água que formam o lago.

⁵⁶ Instituto Ambiental do Paraná- Antiga SURHEMA.

VI - Consideração Finais

Os programas e projetos acima apresentados compuseram as principais atividades da AMA nos primeiros anos de sua existência, para completar a descrição panorâmica da atuação da Autarquia Municipal do Ambiente, é necessário dizer que no término da primeira fase (último ano de mandato do PT) a prefeitura iniciou um processo de descentralização das atividades da AMA, em 03 de junho de 1996, foi inaugurada a primeira sede regional do órgão, contando com cento e dez funcionários e encarregada de atender a noventa bairros da região sul, na semana seguinte foi inaugurada a Sede Regional Oeste para atender as demandas dos mais de cinquenta bairros da localidade.

Aos poucos as questões ambientais vão se tornando recorrentes na cidade, só no primeiro semestre de 1996 há mais de uma centena de matérias e artigos nos jornais da cidade em que a questão ambiental é notícia. A grande maioria dos assuntos abordados referem-se a questões particulares como: matagal em terrenos baldios e reclamação de moradores sobre entulho e lixo nas ruas dentre outros problemas. A AMA começa a se tornar uma referência para a população que aprende a reclamar e encontra em um órgão específico o objeto de sua indignação.

Embora comece a se tornar uma referência municipal, a AMA não consegue criar mecanismos de gestão ambiental, sua atuação, como vimos nas atividades desenvolvidas pela autarquia, são também pontuais e pouco expressivas, fruto pródigo de dois processos que se interconectam: o da tradição formalista da cultura política nacional e a incestuosa relação entre o Estado e o processo de acumulação capitalista no Brasil. Deste modo a questão ambiental em Londrina segue ampliando a distância entre o arcabouço jurídico e as ações práticas. Os conflitos subjacentes ao Estado patrimonial/tecnocrático, que já se encontravam presentes no momento da fundação do município, seguem intactos apenas adornados por instituições debilitadas e com políticas de baixa prioridade, onde as questões ambientais são pontuais e ‘solucionáveis’ dentro dos gabinetes ou das pranchetas e planilhas dos técnicos.

Para corroborar com esta tendência, podemos citar que durante todo o primeiro período de atuação da AMA (1993-1997), no governo petista, não foram abertos os canais mínimos de diálogo permanente com a população sobre as questões ambientais como: o Conselho Municipal do Ambiente e ou as audiências públicas. Havia é verdade uma ‘boa vontade’ dos técnicos e da administração em colher as sugestões e as críticas que, na maioria das vezes, chegava ao conhecimento da autarquia através de denúncias nos jornais da cidade, existia ainda uma recorrente intervenção do Ministério Público

apontando e denunciando os problemas, mas mesmo aqui os ‘particularismos’ e os interesses pessoais sobressaíam-se ao princípio de isonomia.

Os limites institucionais da AMA não são meras ‘fatalidades’ onde as debilidades aparecem como subproduto de um processo ‘natural’ de construção do debate ambientalista ainda incipiente na cidade; há na atuação do gestor público e do órgão estatal a clara percepção dos limites que lhe são impostos pela ‘lógica’ global, no caso da autarquia londrinense esta constatação materializa-se nas palavras do administrador público.

“É preciso dizer que estas medidas, quase todas elas, que a gente propôs na esfera ambiental, são medidas reformistas, são medidas que contemporizam o avanço do capital sobre o ambiente. Por isso mesmo eu sempre tentei fazer o ligação com os movimentos, pois é a única coisa que pode dar o passo seguinte (...) Eu tenho plena consciência que o que a gente tá fazendo, aos olhos dos outros é algo extremamente progressista, mas ela nem por isso é progressista. A Agenda 21 é um exemplo, o desenvolvimento sustentável é compatibilizar na verdade com os interesses do capital.”

(Entrevista com Luiz Eduardo Cheida 09/08/2001)

A percepção dos limites institucionais e a profundidade das mudanças necessárias para que discurso ambientalista rompa a barreira utópica das propostas, nos levam a crer que há uma dicotomia quase insolúvel, localizada na fronteira entre a estrutura estatal capitalista, que mitiga o processo de degradação ambiental com placebos ‘estéticos’ e as reivindicações dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais portadores (alguns) de uma proposta mais radical de controle sobre as atividades capitalista, que implica inclusive na mudança cultural de todos os valores individuais e da sociedade contemporânea (LEFF, 2000).

O processo de construção crítica sobre os limites existentes dentro do discurso ambiental global e o processo de internalização deste debate nas localidades é ainda um longo caminho a percorrer. Neste trabalho procuramos identificar alguns dos elementos que compuseram a trama legal/institucional em Londrina, não com o objetivo de fechar todos os aspectos deste debate, mas sim a modesta intenção de abrir para a discussão um elemento pouco estudado no município mas que acreditamos se coloca como ‘pedra angular’ para a continuidade da vida humana no planeta, ou seja a questão ecológica e a interface político/institucional materializada e concebida pela percepção que a sociedade tem de si.

A centralidade destas questões exige que nos debrucemos sobre o tema de forma urgente, e por se tratar de uma questão multidisciplinar por excelência onde as diversas ciências são chamadas a dar sua contribuição, exigindo de cada um de nós o esforço para procurar entender os amplos aspectos que se interconectam simultaneamente para formar o todo, este movimento contínuo dá-nos a impressão de confusão e muitas vezes nos sentimos acuados frente ao tema. Mas, acreditamos também que, a ciência é feita de incertezas, de dúvidas, angustias e uma certa dose de intuição.

Sabemos que uma nota musical em uma sinfonia não é o todo, e que o instrumentista diluído na centena de instrumentos que compõe uma orquestra representa apenas uma parte do ‘inteiro’. Mas, a intuição nos faz crer há algo indispensável naquele acorde e a presumir que a sinfonia não seria completa sem ele. Assim munidos desta percepção somos levados supor que a parte que fazemos, que nossa percepção solitária será também meritória de atenção e contribuirá de alguma forma para o debate do que acreditamos seja essencial.

BIBLIOGRAFIA

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930/1960. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras. Universidade Estadual de São Paulo.

Agenda 21. <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 12 de novembro de 1999.

BENJAMIM, César , et al. **Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BORINELLI, Benilson. Um fracasso necessário: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional (1975-1991). Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Sócio econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.

IBGE. **Brasil em Números**. 3,1-110. Rio de Janeiro: 1994.

BRUZEK, Frans Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In Clovis Cavalcanti (org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez: 1995.

_____. Desestruturação e desenvolvimento. Pag.103-130 In Ferreira, Leila da Costa e Viola, E. *Incertezas da Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Ed. UNICAMP:1997.

CAHN, M. *Environmental Deceptions. The tension between Liberalism and Environmental Policymaking in the United States*. State University of New York Press. Albany:1995.

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. Pág. 153-174. In Clóvis Cavalcanti (org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez:1995.

CHAFFUN, Nelson. Dinâmica global e desafio Urbano. In Bonduki, Nabil (org) *Habitat, as práticas bem sucedidas em habitação, maio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. as práticas bem sucedidas em habitação*. Livros Estúdio Nobel. São Paulo: 1996

Cidades Sustentáveis. <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 15 de julho 2000.

Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, Nossa própria agenda. Brasília, BID/PNUD. s,d

Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a Conferência Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, Presidência da República:1991.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Editora FGV: 1991

CONCA, K. and Dabelo, G. Green Planet Blues. Environmental politics from Stockholm to Kyoto. Westview Press. Boulder:1998.

FARACO, José Luiz. Adensamento central e dispersão periférica: levantamento e sistematização de indicadores que permitam qualificar os desequilíbrios intra-urbanos de Londrina – PR. – São Carlos , 1988. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. 204 p.

FERREIRA, Leila da Costa e Viola, E. Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. Campinas, Ed. UNICAMP: 1996

_____. Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. Campinas, Ed. UNICAMP: 1997.

_____. Sustentabilidade e democracia no poder local. Ambiente e Sociedade, 1,1, 63-79 :1997

_____. A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo, Ed. Boitempo:1998.

FERREIRA, Lucia da Costa. Os Ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In L.C. Ferreira e E. Viola (orgs), Incertezas de sustentabilidade na Globalização. Campinas, Editora da Unicamp:1997.

FILHO, José Lázaro da Silva. Gestão Ambiental Municipal: o Caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GODLAND, Robert. The concept of environmental sustainability. Annual Review of Ecological System:1995.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In Becker, Bertha K., Miranda Mariana. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ :1997.

GUIVANT Guivant, Julia S. Parâmetros teóricos para análise da difusão e adoção de uma agricultura sustentável. Pag. 277-298 in P.F. Vieira e D. Daimon (orgs), As Ciências Sociais e a Questão ambiental. Rio de Janeiro, APED/NAEA: 1993.

_____. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Cadernos de pesquisa nº 14, julho 1998. Mineo.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. Ambiente e Sociedade 1,2, 77-99 :1998.

HOGAN, Daniel Josef. Crescimento demográfico e Meio Ambiente. Revista Brasileira de Estudos de População 8,1/2 (jan/dez 1991):61-71.

_____. Crescimento Populacional e Desenvolvimento Sustentável. Lua nova 31: 57-77 :1993

JACOBI, Pedro. Desestruturação e desenvolvimento. Pag.177-187 In Ferreira, Leila da Costa e Viola, E. Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. Campinas, Ed. UNICAMP: 1997.

LEFF, Enrique. On the management of resources by Forest Dwellers: Towards a Sustainable Productive Rationality in the Humid Tropics Viewed from a Latin American Perspective. In Bilsborrow e D.J. Hogan (Eds.) Population and Deforestation in the Humid Tropics, Liège: 1990

_____. La cultura e los recursos naturales en la perspectiva del desarrollo sostenible: una notaintroductória. Pág 39-53. In E. Leff e J. Carabias (coods.), Cultura y manejo de los Recursos Naturales, vol. 1. México, Porrúa: 1993.

_____. La cultura e los recursos naturales en la perspectiva del desarrollo sostenible: una notaintroductória. Pág 55-88. In E. Leff e J. Carabias (coods.), Cultura y manejo de los Recursos Naturales, vol. 1. México, Porrúa: 1993.

_____. Cultura Democrática, Gestion Ambiental y desarrollo Sustentable en América Latina. Cap. 15 in Ecología y Capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sostenible. México, Siglo XXI: 1994.

_____. Los nuevos actores del ambientalismo en el medio rural mexicano. Ambiente e Sociedade 1,2, 61-75.

_____. Epistemologia Ambiental. São Paulo, Ed. Cortez: 2000

LEIS, H. O Labirinto: Ensaio sobre Ambientalismo e Globalização. São Paulo, Ed. Gaia:1996.

LEME, Edson José Holtz. Faces de uma cidade: representações da prostituição em Londrina (1940-1966). Assis, 2001. 275 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

LIMA, Fausto C. Prestes Maia em Londrina: Moderno em que eentid?. São Paulo Assis, 2000. 217 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo

MAY, Peter H. Economia Ecológica e o desenvolvimento eqüitativo no Brasil. Pág. 235-255 in Clóvis Cavalcanti (Org.) Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez: 1995.

MARICATO, Erminia. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In Bonduki, Nabil (org) Habitat, as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. as práticas bem sucedidas em habitação. Livros Estúdio Nobel. São Paulo.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: cenário global e nacional. Pág. 21-42 in G. Martine (org), População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Campinas, ED Unicamp: 1993.

NERDER, Ricardo Toledo. Para uma regulação pública ambiental pós-desenvolvimentista no Brasil. In: Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Clóvis Cavalcanti (org) – 2 Ed. – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

PAELKE, R. Environmentalism and the future of progressive politics. Yale Universit Press. New Haven and London: 1989.

PORTER, G. and Brown, J. W. Global environmental Politics. Dilemmas in World Politics. Westview Press. Bolder: 1991.

PROVENCIO, Enrique. S.d. Patron de consumo, desigualdad y sustentabilidad: algunas consideraciones generales y para el caso de México. México, SOMEDE s.d.

PERACE, David W., and Jermy J. Warford. 1993. Measuring sustainable development. Pág. 83-95 in D.W Pearce and J.J Warford, World Without End: Economics, Environment and Sustainable Development. New York: Oxford University Press. S.d

RAZENTE, Nestor. Ocupação do espaço urbano em Londrina. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento Urbano apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPe. Recife: UFPe, 1983, p.259.

Revista do BNDS. BNDS. 1,1 Jun: 1994.

RIBEIRO, Eloísa Ramos. Avaliação de impactos ambientais em assentamentos de interesse social – Estudo da viabilidade de aplicação de matrizes de interação. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 1998 – USP

ROLNICK, Raquel e Junior, Nelson Saule. Habitat II – Assentamentos humanos como tema global. In Bonduki, Nabil (org) Habitat, as práticas bem sucedidas em habitação, maio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. as práticas bem sucedidas em habitação. São Paulo, Livros Estúdio Nobel: 1996

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. Cadernos de desenvolvimento e Meio Ambiente 1,47-62: 1994.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo, Editora Hucitec: 1978.

VIG, J. and Kraft, M. 1995. Environmental Policy in the 1990s. C.Q. Press. Washington, D.C.

VIOLA, Eduardo. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidade de financiamento. Ambiente e sociedade 1,1 5-25: 1997.

_____. Eduardo. Globalização democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais. In Becker, Bertha K. e Miranda Mariana. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ: 1997.

World Bank. World Development Report 1992. Development and the environment: 1992.

_____. Monitoring environmental progress: a report on work in progress. Washington: The World Bank, 1995. 82p.

World Resources Institute. The Urban Environment. World Resources 1996-1997: 1-147. New York, Oxford University Press: 1996.

Working Group on Population Growth and Economic Development. Policy Questions. Washington: National Academy of Sciences. S.D